



UNESP

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – FCT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Carla de Souza Leão

***A INSERÇÃO DAS PEQUENAS CIDADES NA REDE
URBANA: O CASO DAS CIDADES DA REGIÃO DE GOVERNO DE
DRACENA-SP***



Presidente Prudente
2011

CARLA DE SOUZA LEÃO

**A INSERÇÃO DAS PEQUENAS CIDADES NA REDE URBANA: O CASO
DAS CIDADES DA REGIÃO DE GOVERNO DE DRACENA-SP**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Geografia da Faculdade de Ciências e
Tecnologia, UNESP, Campus de
Presidente Prudente, para obtenção
do título de Mestre em Geografia, sob
a orientação do Professor Doutor
Eliseu Savério Sposito.

**Presidente Prudente
2011**

L476i Leão, Carla de Souza.
A inserção de pequenas cidades na rede urbana: o caso das cidades na Região de Governo de Dracena / Carla de Souza Leão. - Presidente Prudente: [s.n], 2011.
140 f. il.

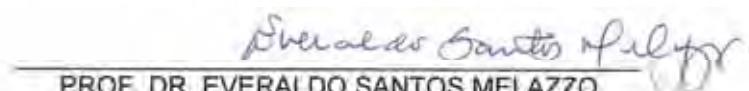
Orientador: Eliseu Savério Sposito
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Pequenas cidades. 2. Rede urbana. 3. Divisão territorial do trabalho. 4. Hierarquia. 5. Região de Governo de Dracena-SP I. Sposito, Eliseu Savério. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

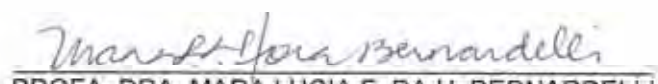
BANCA EXAMINADORA



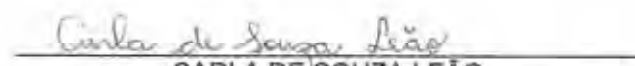
PROF. DR. ELISEU SAVERIO SPOSITO
ORIENTADOR



PROF. DR. EVERALDO SANTOS MELAZZO
(UNESP/FCT)



PROFA. DRA. MARA LUCIA F. DA H. BERNARDELLI
(UEMS)



CARLA DE SOUZA LEÃO

Presidente Prudente (SP), 05 de setembro de 2011.

RESULTADO: APROVADA

A minha mãe (Devanira)
simplesmente por tudo.

Agradecimentos

Posso dizer que a caminhada até aqui foi longa, mas que valeu a pena cada momento de aprendizado durante ela. Muitas pessoas fizeram parte deste aprendizado de forma muito especial e merecem ser lembradas, por isso quero agradecer:

A Deus pelo dom da vida, pela força e pelo conhecimento.

A minha mãe Devanira, por ter me apoiado e ter ouvido todas as minhas queixas, dúvidas e sentimentos com a maior paciência do mundo.

A meu pai, Antonio, pela torcida e pelo carinho.

À Aline, minha irmã, a pessoa mais disciplinada nos estudos que eu conheço, que me inspira e me incentiva.

A minha avó Maria, meus tios e tias, minha prima Cida, pelas orações, pelo incentivo e pelo carinho.

Ao meu orientador Eliseu, que tem a minha admiração, pela paciência e pela amizade.

Aos amigos: Ana Cláudia, Cristina Buratto, Gilnei Machado, Adriano Amaro, Alex Marighetti, Eliane Carvalho, Marcio Catelan, Gabriela Narciso, Vitor Miyazaki, Denise Bomtempo, Elaine Cícero, Cássio Antunes, Daiana Marques, Cintia Pereira, Wagner Batella, Henrique, Melina, Silvia Correia, Lucinete, Edilson, Kátia Pereira, Rodolfo Finatti, Elisabete kawashi, Gilmar, Alyson Bueno, Fernando Veloso, Maria Joseli, Selma e Emanuel pelo carinho e pelos gestos de amizade.

As minhas queridas amigas Aline Carniato, Daniela Molinari, Sonia Segatti e Ana Claudia Nogueira, por terem acreditado em mim quando eu mesma duvidava.

Aos colegas e professores do Programa de Pós-Graduação, todos sem dúvida deram sua contribuição para que este trabalho.

À FAPESP pelo auxílio financeiro.

Aos professores Everaldo e Arthur pelas valiosas contribuições no exame de qualificação.

Aos professores da banca examinadora, que se dispuseram a contribuir com este trabalho.

Aos funcionários da seção de Pós- Graduação, em especial a Cinthia, Ivonete e André, e à funcionária da biblioteca, Fátima.

Ao ex-diretor do Centro Regional da Secretaria do Meio Ambiente do Estado, Luis Fernando, cujo apoio foi fundamental para que pudesse cursar as disciplinas do mestrado.

Ao Luciano Furini pelos diálogos e contribuições nos questionários.

Aos entrevistados e a todos que prontamente forneceram as informações necessárias.

Ao senhor Pedro Penha e dona Cida pela acolhida em sua casa.

Ao Paulo Zancanaro e João Florêncio pelo auxílio com os questionários.

À Carol Dias e Larissa pelo auxílio na transcrição das entrevistas.

Ao Wagner Batella, Alex Marighetti e Gilmar Santos pela ajuda com os dados, mapas e com o trabalho de campo.

A todos a minha gratidão.

Resumo

Neste trabalho é proposta a análise das pequenas cidades da região de Governo de Dracena, localizada no oeste do Estado de São Paulo, que surgiram em decorrência do mesmo processo de ocupação. A princípio, as atividades nelas desenvolvidas estavam completamente voltadas para a produção agrícola, porém suas funções foram se alterando, surgindo também uma diferenciação na rede urbana regional. O objetivo central da pesquisa é compreender os processos e elementos responsáveis pela diferenciação entre as cidades, que interferem na sua inserção na rede urbana e conseqüentemente no processo de hierarquização. A região é composta por 10 municípios com populações que variam de 2.104 habitantes a 43.244 habitantes, em que há uma nítida seletividade na localização de equipamentos urbanos e das atividades econômicas, havendo a valorização do espaço em determinadas cidades em detrimento de outras. A cidade de Dracena passou a apresentar maior dinamicidade e centralidade em relação às demais ao incorporar diferentes papéis. Hoje ela possui maior capacidade de oferecer serviços na área da saúde, educação, com um comércio mais diversificado e apresenta o desenvolvimento de certas atividades industriais, capaz de articulá-la com outros centros urbanos fora da sua região de influência, estas atividades culminaram em uma maior capacidade de atrair população. Observou-se que enquanto as atividades comerciais, a prestação de serviços, sobretudo quando nos referimos àqueles relacionados às necessidades mais básicas da população local, são responsáveis por uma circulação mais intensa de pessoas entre as cidades da região e produzem relações muito mais hierarquizadas. Ao mesmo tempo, a produção no campo e atividades industriais se torna cada vez mais exogenamente determinadas e são responsáveis pela quebra da hierarquia e pela articulação com espaços cada vez mais longínquos.

Palavras-chaves: pequenas cidades; rede urbana; divisão territorial do trabalho; hierarquia; Região de Governo de Dracena-SP.

Abstract

In this dissertation, we propose an analysis of the small cities, which compose the region of Dracena Government in the west state of São Paulo. These cities emerged from the same occupation process. In the beginning, the developed activities were related to the agriculture production, but the scene changed, appearing as well as a distinction in the urban network of the region. The main objective of this research is to understand the processes and aspects responsible for the distinction among the cities, which interfere in their insertion in the urban network and consequently in the hierarchical process. The region is composed by 10 municipalities with numbers of inhabitants ranging from around 2,104 to 43,244. Furthermore, there is a clear selection for the location of urban facilities and economic activities, with the appreciation of space in certain cities over others. Dracena has presented more dynamism and centrality than the other cities due to the incorporation of different functions. Nowadays, Dracena has major capacity to offer service in the health area, education, diversification of the trade and shows a development in some industrial activities able to join to another urban network outside of its influence area. These activities ended up in a major capacity to attract people. We remark that the commercial activities and the public service are responsible for the people circulation among the cities in its region and produce relations more hierarchical between them. At the same time, this hierarchy has been broken by the agriculture and industrial connection in distant regions.

Key-words: small cities; urban network; territorial division of labor; hierarchy; region of Dracena Government

Lista Quadros

Quadro 1: Proprietários rurais, loteadores e incorporadores que atuaram na ocupação dos municípios da região de Governo de Dracena	58
Quadro 2: Divisão do Brasil em regiões funcionais - 1972.....	61
Quadro 3: Região de Influência das Cidades – 1987	61
Quadro 4: Região de Influência das Cidades – 1993	62
Quadro 5: Região de Influência das Cidades – 2007	62
Quadro 6: Critérios adotados para a formação dos grupos de municípios de IPRS.....	69
Quadro 7: Características dos estabelecimentos entrevistados.....	84
Quadro 8: Origem da matéria-prima e destino da produção nos estabelecimentos entrevistados.....	94
Quadro 9: Origem dos funcionários dos estabelecimentos entrevistados.....	97
Quadro 10: Cursos de nível superior presentes na Região de Governo de Dracena.....	102
Quadro 11: Empresas de transporte de passageiros intermunicipal e interestadual que atuam na Região de Governo de Dracena.....	112
Quadro 12: Importância dos elementos presentes na cidade de Dracena.....	122
Quadro 13: Relação com as demais cidades.....	123

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Número de linhas do transporte coletivo.....	115
Gráfico 2: Municípios de origem.....	120
Gráfico 3: Motivação da viagem a Dracena.	121

Lista de Mapas

Mapa 1: Municípios da Região de Governo de Dracena-SP.....	17
Mapa 2: Região da Nova Alta Paulista	52
Mapa 3: Distribuição das indústrias na Região de Governo de Dracena-SP.....	99
Mapa 4: Linhas de transporte diário entre as cidades da RG de Dracena-SP	116

Lista de Figuras

Figura 1: Vista aérea da COIMMA ao lado da SP-294	85
Figura 2: Mulheres trabalhando na seleção manual do amendoim para a	

fabricação de doces em Junqueirópolis.	87
Figura 3: Instalações da Granol em Junqueirópolis.	87
Figura 4: Instalações da Formi Fruchi no distrito industrial de Dracena.....	88
Figura 5: Instalações da FAIMA em Dracena	89
Figura 6: Fachada da Medral no centro de Dracena-SP [197-].....	91
Figura 7: Comércio em Nova Guataporanga.....	110
Figura 8: Supermercado em Monte Castelo.....	110

Lista de Tabelas

Tabela 1: Evolução no número de municípios no Brasil	25
Tabela 2: População total dos municípios da RG de Dracena.....	60
Tabela 3: PIB dos municípios da Região de Governo de Dracena em 2008.....	66
Tabela 4: Valor Adicionado Total e por setor econômico em 2008.....	67
Tabela 5: IDH dos municípios da Região de Governo de Dracena	68
Tabela 6: Municípios segundo os Grupos do IPRS.	70
Tabela 7: Municípios segundo dados de riqueza do IPRS	71
Tabela 8: Municípios segundo dados de longevidade do IPRS.....	71
Tabela 9: Municípios segundo dados de escolaridade do IPRS.....	72
Tabela 10: Estrutura Fundiária nos municípios da RG de Dracena em 1960.....	75
Tabela 11: Estrutura Fundiária nos municípios da RG de Dracena em 2007/2008.....	77
Tabela 12-A: Principais produtos agrícolas por área plantada (ha.) – 2007/08	78
Tabela 12-B: Principais produtos agrícolas por área plantada (ha.) – 2007/08	78
Tabela 13: Criação de bovinos de 1990-2009 (cabeças em 31/12).....	80
Tabela 14: Número de estabelecimentos por setor em 2008	81
Tabela 15-A: Tipo de estabelecimentos industriais.....	82
Tabela 15-B: Tipo de estabelecimentos industriais.....	82
Tabela 16: Exportações da RG de Dracena em 2009	90
Tabela 17: Origem dos alunos das Faculdades Unifadra e Cesd de Dracena	104
Tabela 18: Origem dos alunos do Campus Experimental da UNESP	105
Tabela 19: Origem dos alunos do ISE de Junqueirópolis	105
Tabela 20: Estabelecimentos de saúde das cidades da Região de Governo de Dracena.....	106
Tabela 21: Proveniência e número de pacientes internados na Santa Casa de	

Dracena-Período julho de 2009 a junho 2010	107
Tabela 22-A: Tipo de estabelecimentos comerciais.....	108
Tabela 22-B: Tipo de estabelecimentos comerciais.....	109
Tabela 23: Número de Instituições financeiras nas cidades da Região.....	111
Tabela 24-A: Número de linhas do transporte coletivo suburbanas da empresa Expresso Adamantina com destino a Dracena, Junqueirópolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga e Ouro Verde	114
Tabela 24-B: Número de linhas do transporte coletivo suburbanas da empresa Expresso Adamantina com destino a Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Pau D'Alho e Tupi Paulista.....	114
Tabela 25-A: Deslocamento diário de pessoas por motivo de estudo e trabalho com destino a Dracena, Junqueirópolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga e Ouro Verde.....	117
Tabela 25-B: Deslocamento diário de pessoas por motivo de estudo e trabalho com destino a Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Pau D'Alho e Tupi Paulista.....	117
Tabela 26: Placas dos carros encontrados em Dracena	119

Lista de abreviaturas e siglas

ACP - Áreas de Concentração da População
 AMNAP - Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista
 APL - Arranjo Produtivo Local
 CAIC – Companhia Agrícola de Imigração e Colonização
 CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
 CEFAM - Centro Específico de Formação do Magistério
 CEP – Centro de Ensino Profissional
 CESD – Centro de Ensino Superior de Dracena
 CNES – Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde
 CPEF – Companhia Paulista de Estradas de Ferro
 DATASUS – Banco de Dados do Sistema Único de Saúde
 EVM – Estudo de Viabilidade Municipal
 FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
 FCT – Faculdade de Ciência e Tecnologia

FUNDEC – Fundação Dracenense de Educação e Cultura
GAsPERR – Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social
ISE – Insitituto de Ensino Superior de Junqueirópolis
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
LUPA – Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU – Organização das Nações Unidas
PDET – Programa de Disseminação de Estatística do Trabalho
PEA – População Economicamente Ativa
PIB – Produto Interno Bruto
PNDR – Plano Nacional de Desenvolvimento Rural
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RA - Região Administrativa
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
ReCiMe – Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias
REGIC – Região de Influência das Cidades
RG – Região de Governo
SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas
SECEX – Secretaria do Comércio Exterior
UME – Unidade Modelo de Ensino
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNIFADRA – União das Faculdades de Dracena

Sumário

Introdução.....	15
Capítulo 1: A rede urbana e as pequenas cidades.....	22
1.1 Pequenas cidades: dos critérios oficiais às definições.....	23
1.2 Rede urbana: centralidade, hierarquia, classificações e tipologia	31
1.3 A divisão territorial do trabalho: da relação cidade-campo a cidade-cidade.....	40
1.4 Desenvolvimento e pequenas cidades	44
Capítulo 2: Da região à rede: a formação socioespacial e a inserção das cidades na rede urbana na região de Governo de Dracena.	49
2.1 A formação socioespacial da região de Governo de Dracena.....	50
2.2 A hierarquia urbana e a centralidade	58
2.3 Características socioeconômicas das pequenas cidades.....	65
Capítulo 3: A produção e a circulação na região de Governo de Dracena.....	73
3.1 A produção no campo	74
3.2 A produção industrial.....	80
3.3 A circulação na rede: infra-estrutura, economia e serviços.....	101
3.3.1 As instituições de ensino.....	102
3.3.2 Os serviços de saúde.....	106
3.3.3 O comércio local e os serviços bancários.....	108
3.3.4 Os deslocamentos de pessoas entre as cidades.....	112
Considerações finais	124
Bibliografia.....	127
Anexo	134
Apêndices	137

Introdução

Embora não possamos dizer este estudo trata de um tema novo, já que os primeiros estudos que abordaram as pequenas cidades, publicados no Brasil, remontam à década de 1970 com os trabalhos de Alegre (1970), Santos (1972) e Juanico (1977) seguidos por trabalhos como o de Sposito (1982) e Fresca (1991), podemos afirmar que a busca pelo entendimento sobre as pequenas cidades é um grande desafio e cada vez mais geógrafos têm se arriscado nesta empreitada, haja vista o aumento no número de trabalhos realizados nos últimos anos, dos quais destacamos Bernardelli (2004), Endlich (2006a), Gil (2007), Melo (2008), Roma (2008), Figueiredo (2008), Moreira Junior (2009), Olanda (2010) e Jurado da Silva (2011), entre outros, realizados principalmente nos programas de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente e Rio Claro, e da Universidade Federal de Uberlândia.

Apesar dos avanços alcançados, persistem os desafios, entre os quais podemos elencar:

- imprecisão das definições conceituais que muitas vezes não dão conta de explicar a diversidade da realidade urbana brasileira;
- dificuldade em estabelecer um limiar entre o que é rural e o que urbano, de modo que possa ser aplicado empiricamente;
- falta de sistematização dos estudos sobre as pequenas cidades, o que resulta em insuficientes formulações teóricas.

Este conjunto de problemas leva à constatação de uma dificuldade maior, que é o estabelecimento de metodologias de análise para se trabalhar com pequenas cidades. Em consequência disso, tem-se uma diversidade nas metodologias aplicadas e também uma diversidade de abordagens, o que por outro lado é positivo, pois há estudos de caso que abordam desde a pequena cidade na sua relação com o campo e a sua inserção na rede urbana, até o enfoque do planejamento ambiental, passando pelos temas da industrialização, da exclusão social e da pobreza. Em muitos trabalhos citados, é possível constatar apenas o recorte espacial delimitado, não havendo uma discussão aprofundada sobre a definição de pequenas cidades, e nos quais apenas se busca como determinado fenômeno se comporta sob este recorte; já em outros, é o objeto de estudo propriamente dito, em que há como preocupação principal a

compreensão teórica das pequenas cidades.

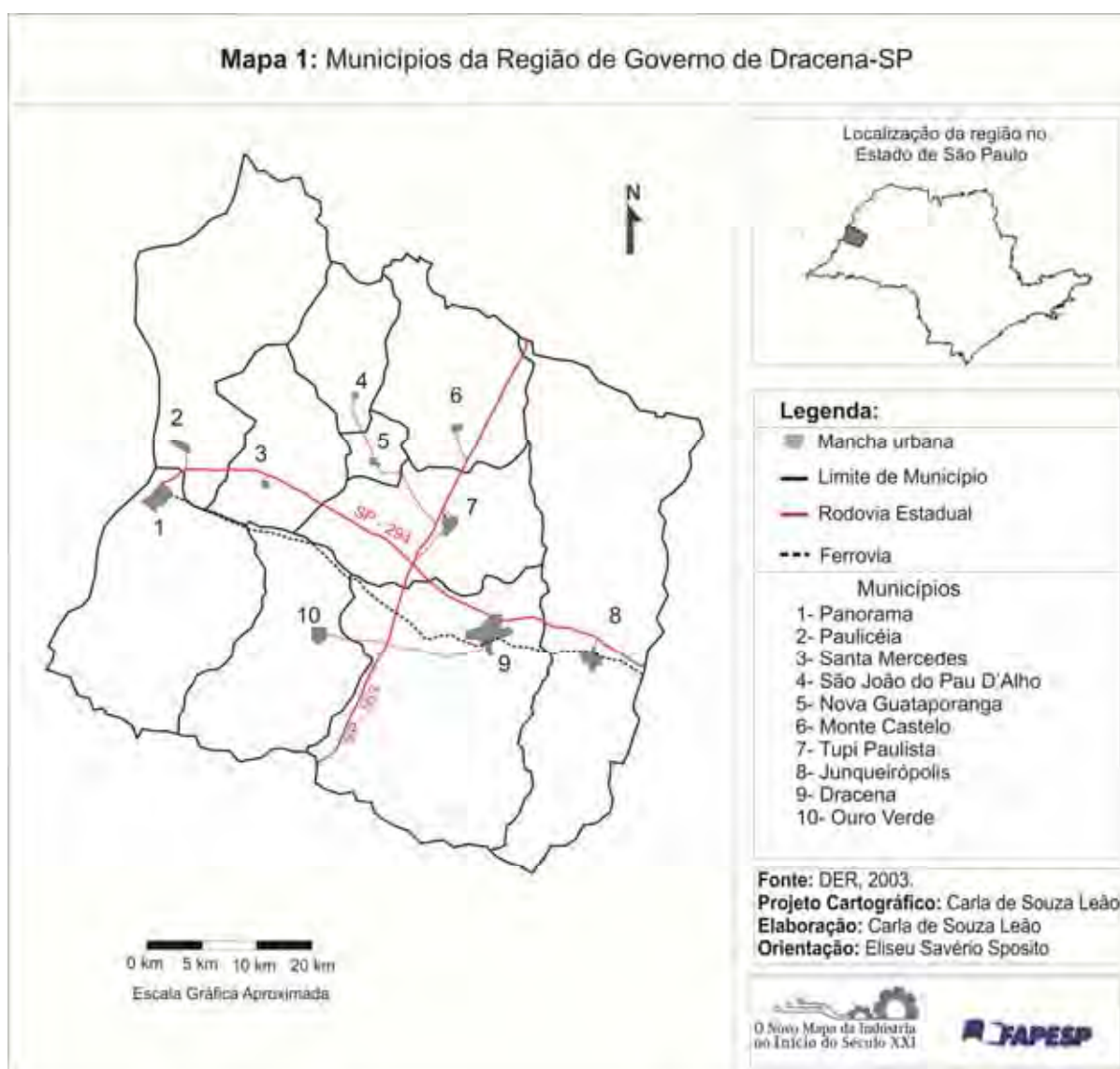
Neste trabalho, pretende-se analisar o processo e as causas da diferenciação entre as pequenas cidades que interferem diretamente na definição de seu papel na rede urbana. Através da análise da inserção das pequenas cidades na rede urbana pode-se verificar as funções por elas exercidas, as relações com cidades de portes diferentes e do mesmo porte, as relações com o campo. Por outro lado, através da rede é possível verificar as diversas relações e os meios importantes para o estabelecimento das relações entre as cidades e das cidades com a rede urbana. É fundamental, portanto, a compreensão dos objetos que por elas são interligados, a partir dos quais é preciso compreender a necessidade da conexão.

Além do mais, é preciso considerar que a rede urbana brasileira tem passado por transformações que atingem as relações entre as cidades, inclusive alterando suas relações hierárquicas e não-hierárquicas. Dentre essas transformações, Ferreira (2010) menciona:

a desconcentração de atividades econômicas, a ampliação e a diversificação de atividades industriais que beneficiaram a economia de outras cidades e oportunizaram o surgimento de centros industriais especializados; a modernização, industrialização e capitalização do campo, com ênfase na constituição de complexos agroindustriais; as inovações na gestão das indústrias, do comércio e de serviços; a terciarização e a constituição de grandes corporações empresariais. (Ferreira, 2010, p.23)

Algumas dessas transformações afetam diretamente as pequenas cidades. Nesse processo, observa-se que a perda de centralidade e de papéis são alguns dos impactos produzidos, enquanto que outras, igualmente pequenas, se dinamizam, têm aumento de funções e, às vezes, passam a polarizar as cidades do entorno.

Neste sentido, pretende-se analisar as diferenças entre as pequenas cidades que compõem a Região de Governo de Dracena: Dracena, Junqueirópolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Pau D'Alho e Tupi Paulista (ver mapa 1) e o modo como elas se relacionam e se inserem na rede urbana.



A escolha das cidades estudadas se deve ao fato de que elas se originaram pelo mesmo processo de ocupação, que teve por base a especulação fundiária, a produção agrícola (principalmente a executada nas pequenas e médias propriedades) e a implantação da ferrovia, porém apresentam-se diferentes em relação ao tamanho populacional em seus municípios, que variam entre 2.140 e 43.244 habitantes; em relação aos papéis e funções, que apresentam níveis de complexidade diferentes na prestação de serviços, no comércio ou mesmo, na existência ou não de uma produção industrial, como é o caso de Dracena e Panorama que possuem 94 e 93 estabelecimentos respectivamente, enquanto Nova Guataporanga e Monte Castelo apresentam um

estabelecimento cada. Então, embora se diga que todas as cidades da região são pequenas, as diferenças entre elas concorrem para que haja uma diferenciação no modo como se inserem na rede urbana, pois Dracena se destaca como centro de maior influência sobre as demais cidades da região ou quando se configura uma relação de dependência.

A partir das considerações feitas, surgem as seguintes questões:

1º por que cidades que se originaram de um mesmo processo de formação socioespacial podem apresentar características diferentes entre si?

2º quais elementos levaram a essa diferenciação?

3º como se estabelecem os fluxos, como se conectam as cidades da região com o seu entorno?

4º como essas cidades se inserem na rede urbana?

Deste modo, propomo-nos aos seguintes objetivos específicos para o trabalho:

- contribuir para a discussão sobre pequenas cidades e a rede urbana, dando ênfase aos papéis e a dinâmica socioeconômica destas cidades;
- analisar o processo de formação socioespacial da região que hoje se define como Região de Governo de Dracena;
- pesquisar as relações na rede urbana, objetivando compreender os aspectos da divisão territorial do trabalho entre o campo e cidade e entre as cidades.

Para toda definição de procedimentos metodológicos são necessários que se estabeleçam recortes que permitam a escolha das variáveis adequadas para se atingir os objetivos propostos; portanto, considerando que são múltiplas as abordagens sobre pequenas cidades, e em consequência são múltiplos os procedimentos utilizados, para a compreensão das pequenas cidades a partir da análise de sua inserção na rede urbana, pautamo-nos por uma metodologia semelhante à utilizada pela Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe). Seleccionamos algumas das variáveis mencionadas por Sposito (2007)¹, adequando-as ao estudo das pequenas cidades, são elas:

¹ O quadro com os Grupos de Variáveis utilizadas pelos pesquisadores da ReCiMe pode ser encontrado no anexo A.

- região de influência das cidades e hierarquia urbana;
- presença de equipamentos industriais;
- serviços de saúde especializados;
- ensino superior, com destaque para a graduação;
- rede bancária e financeira;
- evolução da população;
- circulação de pessoas entre as cidades para acesso a bens e serviços, especialmente para aqueles que se deslocam para estudo e trabalho;
- produção no campo.

Algumas variáveis foram tratadas a partir do levantamento de dados secundários: para a análise da região de influência e da hierarquia urbana da RG de Dracena, utilizou-se das informações constantes nos estudos do IBGE de 1972, 1987, 1993 e 2007. Para os dados sobre a produção no campo e estrutura fundiária utilizou-se dos Censos Agrícolas do IBGE, dados da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

Foram levantados, ainda, dados de fonte secundária sobre a economia da região a partir da base de dados da Fundação Sistema Estadual Análise Dados, com levantamento de informações sobre o PIB, Valor Adicionado, IDH e IPRS. Além disso, foram levantados dados do Ministério do Trabalho e Emprego da base de dados da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, da qual foram extraídos dados sobre os estabelecimentos industriais, comerciais e de instituições financeiras da região. E, finalmente, para se organizar as informações sobre os estabelecimentos de saúde na região foram extraídos dados do Banco de Dados do Sistema único de Saúde do DATASUS, no qual se buscaram informações sobre o número e os tipos de estabelecimentos presentes na região e a origem dos pacientes.

Para o refinamento das informações sobre a indústria partiu-se para a aplicação de questionários e realização de entrevistas semi-estruturadas com empresários e administradores de empresas da região que atuam em ramos diversificados, onde se privilegiaram as informações sobre o histórico de surgimento da empresa e sobre a produção realizada, a localização da empresa e as interações que elas realizam com outros espaços.

Já para o refinamento das informações sobre a circulação de pessoas na

região foram levantados dados junto às faculdades e universidades públicas e particulares da região, informações sobre a origem de seus alunos; junto às empresas de transporte coletivo na região foram levantadas informações sobre as linhas (número diário de viagens, origem e destino); e, ainda, foram aplicados 85 questionários junto aos usuários de transporte coletivo.

Esse questionário foi aplicado no terminal rodoviário da cidade de Dracena após a constatação de que a cidade possui a maior circulação de linhas de transporte, e nele privilegiaram-se informações sobre motivação para o deslocamento, frequência e demais deslocamentos realizados pelas cidades da região. Por se tratar de 85 questionários, o que não pode ser considerado como suficiente para análise amostral, a partir deles foi possível traçar perfis das pessoas pelas razões da circulação pela cidade.

Com base nas informações obtidas foi possível identificar, ainda que se não em sua totalidade, ao menos em parte, como se dá a produção, a circulação e o consumo que interferem diretamente nos papéis e nas funções das cidades, e os vínculos que se estabelecem entre elas, embora nem sempre sejam perceptíveis pelos sujeitos que fazem parte da dinâmica.

Sendo assim, trazemos no primeiro capítulo deste trabalho, intitulado “*A rede urbana e as pequenas cidades*”, uma discussão sobre os critérios oficiais para definição de cidade e a conceituação de cidade, a definição de pequena cidade a partir da perspectiva de sua inserção na rede urbana, que pode gerar inclusive diferentes classificações e tipologias. Trazemos, ainda, uma discussão sobre a divisão do trabalho entre as cidades e entre as cidades e o campo, o que dará subsídios para as análises posteriores.

No segundo capítulo, “*Da região à rede: formação socioespacial e a inserção das pequenas cidades na rede urbana da região de Governo de Dracena*”, abordamos como se deu a formação socioespacial da região e como se inseriram estas cidades na rede urbana, e trazemos, ainda, uma breve caracterização da economia dos municípios e dos indicadores do desenvolvimento das mesmas.

Já no terceiro capítulo, “*A produção e a circulação na região de Governo de Dracena*”, apresentamos como se dá a produção no campo e na indústria, esta última se revela como elemento articulador não só entre as cidades da região, mas também com outros Estados, e ainda na sua articulação com o campo a

partir das entrevistas com empresários e funcionários de indústrias regionais. Também analisamos a circulação de pessoas entre as cidades, mais precisamente utilizamos dados da circulação de pessoas a partir dos elementos que consideramos serem os principais propulsores da mesma: as instituições de ensino superior, os serviços médicos hospitalares e o comércio.

Capítulo 1:
A rede urbana
e as pequenas cidades

1.1 Pequenas cidades: dos critérios oficiais às definições

Atualmente, diversos são os critérios utilizados para definir cidades, não existindo um consenso para tanto, em vários países do mundo. Em Mello (2008, p.441), pode ser encontrado um levantamento destes critérios utilizados em diferentes países do mundo para se estabelecer a partir de qual momento as aglomerações podem ser consideradas cidades. O tamanho demográfico é o mais comum na maioria deles, sendo utilizado na Argentina (localidade com 2.000 habitantes ou mais), Canadá e Estados Unidos (tamanho demográfico variável entre os estados), Chile (mínimo de 2.000 habitantes ou de 1.001 a 2.000 mais 50% da PEA ocupada em atividades secundárias ou terciárias), Dinamarca (comunidade urbana com mais de 250 habitantes), Espanha (comunidade urbana com mais de 10.000 habitantes), França (comunidade urbana com mais de 2.000 habitantes) e Islândia (comunidade urbana com mais de 300 habitantes). No Paraguai, o critério é político-administrativo, na Itália funcional e em Portugal uma cidade deve conter um número mínimo de habitantes e determinados equipamentos urbanos. Para a OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, o critério é a densidade populacional de 150 habitantes por km² e, para, a ONU é a área urbanizada com mais de 20.000 habitantes.

Entretanto, critérios a partir do tamanho demográfico como o adotado por cada um dos países citados, talvez levem a conclusões aproximadas do que realmente seja uma cidade, isto dependendo do contexto em que cada uma delas está inserida. O que queremos dizer é que, de modo nenhum o critério demográfico deve ser o único elemento para a definição do que seja uma cidade já que, como veremos mais adiante, a compreensão do urbano implica em dinâmicas muito mais complexas, passando inclusive pela divisão territorial do trabalho entre cidade e campo. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, com diferentes realidades em cada região, esse tipo de classificação seria muito inadequado.

No Brasil, a definição oficial segue um caráter político-administrativo, segundo o qual todas as sedes de municípios são consideradas cidades. A Constituição de 1988, em seu artigo 18, § 4º, previa que:

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

O critério de cidade como centro político-administrativo de um município tem sido muito discutido, afinal esse critério não leva em considerações dimensões importantes como a econômica. Muitas vezes, o que leva ao surgimento de um novo município e, conseqüentemente, de uma nova cidade, são questões que envolvem a capacidade da elite local em exigir, com base nos mais diferentes interesses, a emancipação político-administrativa de determinadas áreas, onde geralmente existe um pequeno núcleo urbano como um distrito.

De acordo com o estudo do IBGE intitulado REGIC-2007 (p. 9), do universo de 5.564 municípios existentes em 2007, foram pesquisados para a elaboração do estudo 4.625, dos quais aproximadamente 85% têm menos de 20.000 habitantes, e 4.447 dos centros urbanos desses municípios foram classificados como centros locais, isto é, com cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu próprio município, servindo apenas aos seus habitantes.

Conforme podemos observar na tabela 1, durante de 1940 a 1950, o crescimento no número de municípios ocorreu principalmente na região Sudeste e Sul. Mas as taxas de crescimento mais significativas no Brasil foram durante as décadas de 1950 e 1960, principalmente nas regiões Centro-Oeste, Sul e Nordeste, que apresentaram as maiores taxas de crescimento.

Deveras, o Brasil é um país cuja ocupação do interior e a integração do seu território se deu recentemente. As políticas territoriais das décadas de 1950 e 1960, com a ampliação da malha rodoviária e até mesmo a transferência da capital nacional para a região central do Brasil, resultaram na ocupação de novas áreas, e favoreceram o surgimento de novos municípios.

Tabela 1: Evolução no número de municípios no Brasil.

Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste	Brasil
1940	88	584	641	181	80	1.574
1950	99	609	845	224	112	1.889
A	12,5%	0,4%	31,8%	23,7%	4%	20%
1960	120	903	1.085	414	244	2.766
B	21,2%	48%	28,4%	84,8%	117%	46,4%
1970	143	1.376	1.410	717	306	3.952
C	19,1%	52,3%	29%	73,1%	25%	42,8%
1980	153	1.375	1.410	719	317	3.974
D	6,9%	-0,07%	0%	0,2%	0,3%	0,5%
1990	298	1.509	1.432	873	379	4.491
E	94%	97,4%	1,5%	21,4%	19,5%	13%
2000	449	1.787	1.666	1.159	446	5.507
F	50,6%	18,4%	16,3%	32%	17,6%	22,6%
2007	449	1.793	1.668	1.188	466	5.564
G	0%	0,3%	0,1%	2,5%	4,4%	1%

a Taxa de Crescimento, do período de 1940-1950

b Taxa de Crescimento, do período de 1950-1960

c Taxa de Crescimento, do período de 1960-1970

d Taxa de Crescimento, do período de 1970-1980

e Taxa de Crescimento, do período de 1980-1990

f Taxa de Crescimento, do período de 1990- 2000

g Taxa de Crescimento, do período de 2000- 2007

Fonte: IBGE, 2010.

Organização: Carla de Souza Leão

A partir do final da década de 1980 e durante a década de 1990, de certo modo, a política de descentralização do Estado também favoreceu um maior desmembramento de municípios² e, conseqüentemente, o aumento no número cidades que em sua maioria são pequenas. Fato ocorrente tanto no Brasil quanto Estado de São Paulo, no período pós-Constituição de 1988. Para o caso brasileiro, há ainda uma tendência que continuem surgindo mais cidades, visto que o processo de ocupação e urbanização do território continua em expansão.

Na tentativa de disciplinar a criação de municípios e cidades, o texto do § 4º da Constituição foi alterado em 1996, pela emenda constitucional de nº.15:

² Segundo Melo (1996, p.15-16), os efeitos perversos do federalismo fiscal se expressam de várias formas, dentre elas, a proliferação de municípios, pois "a nova Constituição brasileira transferiu a responsabilidade legal pela definição de critérios de criação de novos municípios – que até então era prerrogativa federal - para o âmbito estadual. [...] O processo de criação de municípios adquiriu um ritmo desenfreado nos últimos anos. Até fevereiro de 1995, cerca de 1.200 municípios haviam sido criados e centenas de novos municípios estão sendo objeto de criação em todo o país." (p. 16)

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei. (BRASIL, 1996)

A partir desta emenda só poderiam ser aprovadas as criações de novos municípios com base no Estudo de Viabilidade Municipal; no entanto, ainda não foi aprovada no Congresso Nacional a Lei Ordinária de apresentação e publicação do EVM.

Apesar de parecer interessante a idéia de se elaborar um estudo para verificar a viabilidade de um novo município, as propostas até agora apresentadas para o EVM são bastante polêmicas, pois a instituição de municípios e o reconhecimento oficial de que determinados aglomerados urbanos sejam cidades passariam a ser feitos com bases em critérios mais rigorosos; porém, deve-se ter muito cuidado e haver uma profunda reflexão sobre os critérios a serem adotados, de modo que não haja distorções ainda maiores ao redor da definição de cidade.

O Projeto de Lei do Senado PLS 98/2002 apresentou os seguintes critérios:

Art. 13. O Estudo de Viabilidade Municipal tem por finalidade o exame e a comprovação da existência das condições que permitam a consolidação e desenvolvimento dos Municípios envolvidos, e deverá comprovar, preliminarmente, em relação ao Município a ser criado, se foram atendidos os seguintes requisitos:

- I - população igual ou superior a:
 - 5.000 (cinco mil) habitantes nas Regiões Norte e Centro-Oeste;
 - 7.000 (sete mil) habitantes na Região Nordeste;
 - 10.000 (dez mil) habitantes nas Regiões Sul e Sudeste;
- II - eleitorado igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) de sua população;
- III - existência de núcleo urbano já constituído, dotado de infraestrutura, edificações e equipamentos compatíveis com a condição de Município;
- IV - número de imóveis, na sede do aglomerado urbano que sediará o novo Município, superior à média de imóveis de 10% (dez por cento) dos Municípios do Estado, considerados em ordem decrescente os de menor população;
- V - arrecadação estimada superior à média de 10% (dez por cento) dos Municípios do Estado, considerados em ordem decrescente os de menor população;
- VI - área urbana não situada em reserva indígena, área de preservação ambiental ou área pertencente à União, suas autarquias e fundações;

VII - continuidade territorial.

§ 1º Atendidos os requisitos estabelecidos no caput, dar-se-á prosseguimento ao Estudo de Viabilidade Municipal que deverá abordar os seguintes aspectos:

I - viabilidade econômico-financeira;

II - viabilidade político-administrativa;

III - viabilidade sócio-ambiental e urbana.

(BRASIL, 2002)

O projeto, se aprovado, tornará mais difícil a criação de municípios no Brasil e a instituição de novas cidades será avaliada, sobretudo a partir de critérios quantitativos, que vão desde um número mínimo de habitantes até o número de edificações comparando-se com os demais municípios do Estado. De certo modo, a proposta apresenta alguns pontos que sinalizam avanços, pois se levará em conta o contexto regional em que estará inserido estes municípios.

Por outro lado, não compareceu até o momento a reflexão do que é o urbano, nem se questiona se as cidades devem ser ou não todas as sedes municipais, questão esta que deveria ser o ponto de partida. É importante que os profissionais que se debruçam sobre a temática, inclusive os geógrafos, não percam de vista este debate que está acontecendo também fora dos limites das universidades, onde permanece a falta de consenso. Do contrário, podem ser adotados critérios técnicos sem a devida fundamentação teórico-conceitual, e será a partir desses critérios que oficialmente se definirão as políticas voltadas para os municípios e para as cidades.

Veiga (2002) apresentou propostas igualmente polêmicas, em que para a definição de cidade no Brasil se adotasse um critério baseado no tamanho populacional, densidade demográfica e localização. Ele afirma que o critério de densidade demográfica é um fator decisivo, que seria a base para o “índice de pressão antrópica” e que não poderia haver melhor indicador do que aquele que indique o grau de artificialização dos ecossistemas. Segundo considerações do autor em seu livro *Cidades Imaginárias*, “o Brasil é menos urbano do que se calcula”, e que apenas 455 sedes municipais seriam urbanas, as demais não seriam cidades, apenas vilarejos e vilas.

Porém, conforme já afirmou Endlich (2006b), o uso da densidade demográfica expressa uma compreensão do urbano como sendo uma mera aglomeração de pessoas, além do que uma cidade não apresenta a mesma densidade demográfica em toda a sua extensão.

Segundo Souza (2003), para que se possa considerar uma cidade enquanto tal é preciso se ter uma “certa centralidade econômica (e, adicionalmente, também política) e algumas características econômico-espaciais que a distinguem de um simples núcleo formado por lavradores ou pastores, agrupados, em um habitat rural concentrado, [...]”. (p.30). Já Sposito (2004) afirma que a “[...] urbanização expressa e ampara a existência de uma divisão social do trabalho entre o campo e a cidade, ela mesma divisão territorial do trabalho [...]” (p. 35), e neste sentido a compreensão de cidade deve-se dar “[...] pelo seu espaço-tempo e pela dialética rural-urbana [...]”. (p.38).

Não há como questionar que São Paulo, Campinas ou Presidente Prudente sejam cidades, o que gera grande dificuldade é quando se discute as pequenas cidades que estão no limite existente entre o rural e o urbano, na oposição que se tem estabelecido.

Santos (1965), ao discutir a definição de cidade, observa que em alguns autores aparece a idéia de centralidade, de autonomia, de direção e coordenação, e desaconselha a definir as formas primárias do fato urbano a partir de sua oposição ao meio rural, pois

(...) não é fácil estabelecer um limite além do qual a transição já se deu, indiscutivelmente. Essa dificuldade é tanto maior quanto sabemos como são diferentes os processos de formação de uma hierarquia, nas diferentes economias e civilizações; transpor essa dificuldade para uma definição de caráter geral é tarefa onerosa. (SANTOS, 1965 p.135)

E, ainda, ao tomar o problema em escala regional, o autor ressalta que as nuances são múltiplas, sendo também diferente o momento da passagem, concordando com P. George que afirma não ser possível chegar a uma definição simples e universal (SANTOS, 1965, p.137).

Ao tratar das cidades pequenas, em outro trabalho, Santos (1982, p. 70) faz a distinção entre o que denomina de *pseudocidades* e as verdadeiras cidades, as quais prefere chamar de *cidade local*, dizendo que essas apresentam seu crescimento a partir de sua economia local, ou seja, um crescimento auto-sustentado.

As *pseudocidades*, segundo esse autor, seriam inteiramente dependentes da atividade primária ou mesmo de atividades não primárias como cidades

industriais, religiosas, universitárias, balneárias, de montanha; ou ainda, que estão na zona de influência de grandes cidades, constituindo-se como parques industriais ou cidades dormitórios. Já a cidade local é “a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população, com verdadeira especialização do espaço” (SANTOS, 1982, p. 71).

Sendo assim, podemos considerar que a presença de uma pequena cidade depende do contexto regional em que ela está inserida e do nível de centralidade que possui; e que uma definição numérica, nesses termos, pode generalizar o fenômeno urbano que é muito mais qualitativo, limitando a sua compreensão e não sendo capaz de exprimir a verdadeira realidade dessas cidades. Neste sentido, só a partir da investigação da “complexidade econômica e social”³ é que se pode determinar a existência de uma cidade, o que de certo modo não está necessariamente relacionado ao tamanho populacional que esta possa ter.

Uma pequena cidade ou uma cidade média só podem ser conceituadas quando estabelecemos suas relações com outras cidades na esfera da rede urbana e sua importância dentro da hierarquia de cidades. (ENDLICH, 2006, p. 89; SPOSITO, 2004, p. 311). Serão as funções, os papéis desempenhados e o nível de centralidade que determinarão qual será posição ocupada por estas cidades dentro da hierarquia urbana.

Há, aqui, uma distinção que merece ser realizada: a noção de pequena cidade e a de cidade de pequeno porte, que remete a uma única variável, que é o tamanho. Estabelecendo um paralelo com a discussão sobre cidades médias, observamos em Sposito (2004) a mesma necessidade de diferenciação entre o que é uma cidade média e uma cidade de porte médio. Uma cidade para ser considerada como de porte médio no Brasil precisa ter entre 50 e 500 mil habitantes, enquanto uma cidade média deve ser entendida como

[...] de porte médio que desempenham papéis intermediários e/ou regionais no conjunto da rede urbana, daí a utilização do conceito similar de “cidades intermediárias” que é a terminologia utilizada pelos pesquisadores de língua espanhola e utilizada por Milton

³ Santos (1979) afirma que somente quando há coalescência de funções numa aglomeração que garanta um mínimo de complexidade econômica e social se pode afirmar a existência de uma cidade.

Santos, por exemplo, em várias publicações. (SPOSITO, 2004, p.331, grifo da autora).

Ainda, segundo Sposito:

Pode-se supor, entretanto, a existência de cidades médias com menos de 50 mil habitantes, em áreas de baixa densidade demográfica, nas quais as distâncias entre as cidades em função da rede urbana rarefeita levam assentamentos urbanos que não são de porte médio, considerando-se os parâmetros populacionais eleitos, a desempenhar papéis de cidade média [...].

Da mesma forma, há situações em que a grande densidade demográfica e a proximidade entre as cidades, ou seja, a existência de uma rede urbana densa gera grande competição entre as cidades de porte médio e/ou o reforço da concentração dos papéis de uma cidade com mais de 500 mil habitantes. (SPOSITO, 2004, p. 333).

Desse modo, a idéia de cidade de porte médio remete exclusivamente ao tamanho demográfico, enquanto uma cidade média remete à idéia de posição na hierarquia urbana, sendo possível somente sua apreensão quando buscamos estabelecer relações com outras cidades. Do mesmo modo, devemos transpor esta idéia sobre o contexto das cidades dentro da hierarquia urbana ao tentarmos construir uma definição de cidades pequenas, levando em consideração a diferença entre o que seria o porte ou tamanho e o nível de centralidade. Este último, levando em consideração que se tratando de pequenas cidades, pode-se prever que em muitos casos não ultrapassará a área de seu município.

Corroboram para o mesmo entendimento Jurado da Silva e Sposito (2009), ao afirmarem que

Na avaliação da rede urbana, o espaço das pequenas cidades ganha qualitativos relevantes. Desse cenário, pode-se extrair a produção, o consumo, a circulação e os diversos fluxos que compõem a realidade urbana, bem como podemos apreciar a influência político-econômica que uma determinada cidade exerce em relação as suas proximidades e/ou região. Então compreendemos que a dimensão histórica da rede urbana tende a revelar a lógica dos papéis que uma determinada cidade assumiu e/ou assume temporalmente na dinâmica das relações capitalistas de produção. (JURADO DA SILVA ; SPOSITO, 2009, p. 210).

Nesse sentido, Fresca (2010), retomando o conceito de cidade local julga necessário que se faça a distinção entre cidade pequena e centro local. Para a

autora, ao referir-se a cidade local, trata-se da dimensão mínima a partir da qual se pode falar em uma verdadeira cidade, conforme proposto por Milton Santos, enquanto, ao se referir à pequena cidade, “pode-se encontrar desde aquela com limite mínimo de complexidade das atividades urbanas, ou até aquelas onde funções urbanas são mais complexas” (FRESCA, 2010, p. 5). De acordo com a autora, o uso do termo “pequena” acaba por igualar cidades que na essência são diferentes e

Não permitirá que se entenda as diferentes inserções de cada núcleo urbano nas redes ou região, impedindo que se entenda seus papéis, suas áreas de influência, suas integrações internas e externas às redes, dentre outros aspectos fundamentais para a consideração de uma cidade como sendo pequena. (FRESCA, 2010, p.2)

Conforme o exposto, tem-se uma noção da real extensão da variabilidade existente de pequenas cidades, a partir da qual se podem estabelecer tipologias e classificações não apenas entre cidades, de um modo geral, mas especialmente entre pequenas cidades, como veremos mais adiante.

1.2 Rede urbana: centralidade, hierarquia, classificações e tipologia

O conceito de rede tem aplicação em várias áreas do conhecimento; das ciências humanas, ao ser aplicado na análise da rede urbana, redes sociais etc., às ciências exatas, utilizado na representação computacional, por exemplo. Na Geografia, ele apresenta várias derivações, sendo utilizado para explicar as relações entre os diferentes espaços, que se dão através das redes de telefonia, de transportes, de sistemas de internet, e também de cidades.

Sposito (2008) afirma que as redes não se formam ao acaso, mas que são resultados do trabalho de numerosos atores em diferentes lugares e momentos, com capacidades distintas de ação; e, ainda, que há um aumento na intensidade das redes na atualidade decorrente da necessidade cada vez maior do transporte de pessoas, mercadorias e do fluxo de informação. A rede urbana é a manifestação mais completa do conceito de rede porque possibilita a articulação de qualquer outro tipo de rede. (SPOSITO, 2008, p. 147).

Santos (2002) afirmou que as definições e conceituações de rede são

múltiplas, mas que podem ser admitidas duas matrizes, a que considera o seu aspecto material e outra que considera o social e político. Na noção material aparecem definições como as de N. Curien (1988, p. 212), citada por Santos (2002): “toda a infra-estrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia e de informação, e que se inscrevem em um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação”. Já na dimensão social, as redes podem ser “um conjunto de participantes autônomos, unindo idéias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados”. (MARTELETO, 2001, p. 72).

Deste modo, ao nos debruçarmos sobre o conceito de rede, estamos buscando compreender como elas se configuram, que tipo de relações elas estabelecem e através de quais meios. Para a sua análise torna-se fundamental a compreensão dos objetos que por elas são interligados, a partir dos quais surge a necessidade da conexão.

Podemos definir a rede urbana, conforme Corrêa (1989, p. 87), como “o conjunto funcionalmente articulado de centros, que se constitui na estrutura territorial onde se verifica a criação, apropriação e circulação do valor excedente.” Ou ainda conforme Santos (1982, p. 47), como “um conjunto de aglomerações produzindo bens e serviços junto com uma rede de infra-estrutura de suporte e os fluxos que, através desses instrumentos de intercâmbio, circulam entre as aglomerações”.

Neste caso, seu surgimento está relacionado a uma divisão territorial do trabalho, no qual se verifica a existência de centros urbanos que passam a realizar atividades específicas; ou seja, a cada centro é atribuída uma função própria, fazendo com que haja deste modo, uma diferenciação entre esses centros, resultando em hierarquias, que não se dão só pelas diferentes funções, mas também pelos diferentes níveis de centralidade, que podem ser medidos pelo alcance espacial destas funções.

De acordo com Corrêa (1989), para a existência da rede urbana são necessárias as seguintes condições:

[...] uma economia de mercado com uma produção que é negociada por outra que não é produzida local ou regionalmente.

[...] a existência de pontos fixos no território onde os negócios acima referidos são realizados, ainda que com certa periodicidade e não de modo contínuo.

[...] existência de um mínimo de articulação entre os núcleos anteriormente referidos, articulação que se verifica no âmbito da circulação [...] (CORRÊA, 1989, p. 7).

A teoria mais conhecida sobre a rede urbana foi desenvolvida por Walter Christaller, em 1933, sendo considerada clássica (CORRÊA, 1989, 2004; ENDLICH, 2006a). A Teoria das Localidades Centrais trouxe conceitos importantes para a compreensão da rede urbana e da noção de funções centrais, “atividades de distribuição de bens e serviços para uma população externa residente na região complementar [...] em relação à qual a localidade central tem uma posição central” (CORRÊA, 1989, p. 21), além dos conceitos de alcance espacial máximo e alcance espacial mínimo, que tem relação com o tipo de bem ou serviço oferecido, sendo os de uso freqüente oferecidos a uma população próxima com um mercado mínimo e alcance espacial reduzido, e os de uso mais raro têm um mercado e alcance espacial maior, tendendo a ser encontrado nos centros de nível hierárquico mais elevado. A partir desses diferentes alcances também se produz a hierarquia dos centros.

Mas nos estudos sobre a rede urbana, na atualidade, cabe ressaltar dois aspectos importantes, dos quais não se pode prescindir: Primeiro, as transformações e ao aumento das atividades comerciais e de serviços, pois as alterações no consumo se deram em toda sociedade e, por isso, não é possível comparar número e tipo de estabelecimentos. De acordo com Santos (2002)

No primeiro momento, as redes existentes serviam apenas a uma pequena vida de relações. O consumo era limitado. Exceto para uns poucos indivíduos, as sociedades locais tinham suas necessidades localmente satisfeitas. Os itens trocados eram pouco numerosos e as trocas poucos freqüentes. A competitividade entre grupos territoriais era praticamente inexistente, em períodos normais. O tempo era vivido como um tempo lento. Num segundo momento o consumo se amplia, mas o faz moderadamente. As modernidades se localizam do modo discreto. O progresso técnico tem utilização limitada. (SANTOS, 2002, p. 264-265)

As tecnologias incorporadas às mercadorias e as formas como as mesmas são consumidas exigem, atualmente, que as interações por meio da rede

sejam intensificadas e muitas vezes virtualizadas. No caso das pequenas cidades, Fresca (2010) afirma que,

Mudanças quantitativas e qualitativas vêm ocorrendo no terciário das pequenas cidades, suprimindo em parte, demandas de seu mercado consumidor, seja pela presença dos estabelecimentos físicos, bem como pelo comércio via internet. Esta última possibilidade de aquisição de bens, articulado à renda dos consumidores, tem provocado muitas modificações nos anteriores esquemas de análise do terciário. (FRESCA, 2010, s/p.)

O segundo aspecto na análise da rede é que devem se levados em conta outros elementos, pois a distribuição de bens e serviços tradicionalmente trabalhados, não são mais suficientes para o entendimento das redes urbanas. Um destes elementos é a indústria, pois como alerta Endlich (2006), a “dispersão relativa das **atividades industriais**, porque promovem interações diferenciadas.” (p. 175, grifo nosso). Entender estas interações torna-se também essencial para a compreensão das redes, pois conforme Carlos (1988), a indústria, que embora se concentre em pontos do espaço, quando se trata de sua concentração, ela tem o “poder de articular e integrar, através do mercado e da divisão espacial e internacional do trabalho, todo o universo” (p. 20), e “exige a inter-relação de parcelas do espaço, já que está longe de ser uma atividade que se auto-sustenta” (p. 23).

É deste modo que a indústria é capaz de mudar as relações também entre as cidades no modo capitalista de produção, que necessitam estar interligadas, favorecendo o surgimento de uma rede urbana extremamente articulada. Também se alteram as formas, estrutura e as funções de cada cidade que podem se especializar em determinados processos produtivos. De acordo com Gonçalves (2005), a cidade

[...] ganha um novo caráter dinâmico a partir da industrialização, na medida em que as relações de produção, distribuição, circulação e consumo, fundamentais à reprodução do sistema capitalista, exige uma constante reorganização e adaptação das formas e das funções da cidade, através dos processos sócio-espaciais (GONÇALVES, 2005. p. 56).

E, ainda, conforme Corrêa (1989), ela acentua o processo de diferenciação entre as cidades pois

a criação de um mercado consumidor, a partir da exploração dos meios de produção e a vida de enorme parcela da população, e a industrialização levam a expansão da oferta de produtos industriais e de serviço. Esta oferta por sua vez, se verifica de modo espacialmente desigual, instaurando-se então a hierarquia das cidades. (p. 20-21).

George (1976, p. 67) afirmou que “a indústria exige um novo ritmo nos transportes e uma melhor distribuição de energia”, por isso a fluidez no território promovida pela dinâmica da circulação torna-se, pois, fundamental e dependendo do grau de necessidade de fluidez que uma indústria exigir, será fator indispensável a incorporação pelas cidades das técnicas condicionantes a esta fluidez.

A circulação promovida pela dinâmica da indústria e também de pessoas e de capital tem seus efeitos sobre a hierarquia e a diferenciação entre as cidades. De acordo com Vallaux (1914, p. 311) *apud* Arroyo (2006, p. 73) “a circulação não anula a diferenciação: unicamente se modifica, se estende, se suaviza e se desenha num novo plano”.

No processo de urbanização, há, então uma tendência crescente à diferenciação e à especialização, acompanhada de uma maior divisão interurbana do trabalho, e atrelada diretamente às possibilidades de articulação que a dinâmica da circulação promove. (ARROYO, 2006, p. 76)

Sendo assim, podemos afirmar que a hierarquia urbana reflete o desenvolvimento desigual do espaço, mas não somente no que diz respeito às diferenças entre os centros locais e os centros regionais e as metrópoles, mas também entre centros do mesmo nível na hierarquia urbana; dependendo do contexto regional em que estão inseridos também podem apresentar diferenças no desenvolvimento.

Em relação à hierarquia urbana deve também ser considerado que a internacionalização da economia tem provocado transformações nas relações entre as cidades atingindo a hierarquia urbana, onde o progresso nos meios de transportes e de comunicações e a facilidade na circulação de capitais fazem com que as cidades menores nem sempre sejam tributárias da cidade mais próxima, passando a se relacionar com cidades cada vez mais distantes, como demonstrou

Santos (1994).

Entretanto, não desapareceu a hierarquia urbana, as relações entre os centros na rede urbana podem ser hierárquicas ou não, havendo uma coexistência entre relações hierárquicas e não-hierárquicas, que se sobrepõem e se mesclam uma na outra, assim como a natureza das relações dentro da rede urbana que podem ser de competição, de cooperação ou de subordinação. Podemos pensar como exemplo de cooperação os consórcios intermunicipais que envolvem cidades de uma mesma região, com as mesmas características, que reforçam a partir de um contrato as relações entre si. Ou, ainda, a disputa por atrair determinados investimentos a uma cidade específica, através de isenções fiscais, em detrimento das cidades próximas, seria um exemplo clássico da competição.

Do mesmo modo, as transformações na economia têm seus efeitos na organização espacial, nas formas e funções, redefinindo os papéis das cidades, e levando até mesmo a criação de novos centros urbanos.

A respeito das transformações das cidades na rede urbana, em especial na rede urbana brasileira, elas podem sofrer alterações e modificar sua posição dentro da hierarquia urbana, conforme Sposito (2004), enquanto que as cidades médias podem ascender na hierarquia urbana, por um forte aumento demográfico ou, ainda, pela ampliação de seus papéis; as pequenas cidades tendem a permanecer como tal, visto a sua pouca centralidade a menos que “[...] se localizem em regiões pouco ocupadas e/ou que vivenciem mudanças significativas nas formas de produção e apropriação do espaço pelo modo capitalista de produção.” (p. 336).

Diante da dinâmica e da diversidade da realidade das cidades e regiões no Brasil, e visando a compreensão das mesmas, vários estudos foram elaborados, a partir dos quais se estabelecem classificações e tipologias a nível nacional. Dentre estes estudos mais recentes destacamos “*Região de Influência das Cidades – 2007*” (2008), elaborado pelo IBGE⁴; e, “*Tipologia das Cidades*” (2005), elaborado pelo Observatório Pernambuco de Políticas Públicas para o

⁴ O estudo sobre as Regiões de Influências das Cidades é realizado periodicamente pelo IBGE, sendo que o primeiro foi realizado em 1967, denominado de “Divisão do Brasil em Regiões Polarizadoras”, atualizado em 1972, pelo estudo “Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas”. Em 1987, a série de estudos passou a se chamar “Regiões de Influência das Cidades”, realizados em 1987, 1993 e em 2007.

Ministério das Cidades.

O REGIC-2007 apresentou a nova hierarquia dos centros urbanos brasileiros e delimitou a região de influência destes centros, com o objetivo subsidiar o planejamento estatal e as decisões quanto à localização das atividades econômicas de produção, consumo privado e coletivo, bem como prover ferramentas para o conhecimento das relações sociais vigentes e dos padrões espaciais que delas emergem.

A classificação dos centros urbanos de acordo com o REGIC 2007 privilegiou a gestão do território, avaliando os níveis de centralidade do Poder Executivo e do Poder Judiciário no nível federal, e de gestão empresarial (localização das sedes e filiais das empresas), bem como a diferença dos equipamentos e dos serviços capazes de dotar uma cidade de centralidade (informações de ligações aéreas, de deslocamentos para internações hospitalares, das áreas de cobertura das emissoras de televisão, da oferta de ensino superior, da diversidade das atividades comerciais, e de serviços bancário, da presença de domínios de Internet) para, a partir dessas informações, estabeleceram-se os principais nós da rede. Para determinar as regiões de influências das cidades, como as informações de fluxo entre as cidades de fonte secundária disponíveis não são suficientes para parte dos municípios brasileiros, o IBGE realizou um levantamento através da aplicação de questionários preenchidos por suas agências, pelo qual foi possível levantar dados não quantificados das principais ligações de transporte e os principais destinos dos moradores dos municípios pesquisados para obter produtos e serviços.

Deste modo, as cidades brasileiras foram classificadas na seguinte hierarquia: 1 – Metrópole, que foi subdividida em Grande Metrópole Nacional, Metrópole Nacional e Metrópole; 2 – Capital Regional, que foi subdividida em níveis A, B e C; 3 – Centro Subregional, subdividido em níveis A e B; 4 – Centro de Zona, também subdividido em A e B; e, 5 – Centro Local. Sendo que os Centros Locais foram assim classificados por sua centralidade e atuação não ultrapassarem seus limites, servindo apenas aos seus habitantes.

Outra pesquisa que merece menção, a *“Tipologia das cidades”* teve como objetivo subsidiar a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, onde o elemento norteador para a diferenciação tipológica foi a associação da cidade com o território. Para compor os agrupamentos dentro da heterogeneidade

urbana no Brasil, os membros da equipe do Observatório Pernambuco de Políticas Públicas partiram da reflexão de quatro dimensões: tamanho populacional⁵, tamanho funcional (posição da hierarquia na rede urbana do País)⁶, características inerentes a posição geográfica⁷, e características internas à socioeconomia das cidades⁸. (BITOUN, 2009)

O trabalho resultou em uma tipologia com 19 tipos de cidades⁹: os tipos de 1, 2, 3 e 4 são compostos pelos municípios com mais de 100 mil habitantes ou partes de aglomerações metropolitanas; os tipos de 5 a 13, compostos por municípios entre 20 mil e 100 mil habitantes diferenciados com base na tipologia subregional do PNDR; e os municípios dos tipos de 14 a 19 compostos pelos municípios com menos de 20 mil habitantes diferenciados com base na tipologia subregional do PNDR e também pelo envolvimento ou não de seus habitantes em atividades não primárias.

Dentro da tipologia, podem ser encontradas pequenas cidades dos tipos de 5 a 19 e em todos eles foi levado em consideração o espaço rural em que se encontram, que podem ser prósperos, consolidados ou pobres, e ainda a maior proximidade ou distância destes centros de outros centros maiores também foi fundamental para a classificação. Os tipos de 5 a 13 correspondem, em sua maioria aos Centros Subregionais e Centros de Zona, conforme a classificação da REGIC -2007, onde se observaram grandes diferenças entre os que estão localizados nas Regiões Norte e Nordeste dos localizados no Centro-Sul, principalmente em relação à densidade e estrutura da rede urbana. Os tipos 14 a 19 correspondem, predominantemente, aos Centros Locais e, de acordo com

⁵ Adotou-se a divisão dos municípios em: com até 20 mil habitantes; maiores municípios do país (que principais centros urbanos brasileiros, e municípios que compõe as aglomerações urbanas); e, municípios com população entre 20 mil e 100 mil habitantes.

⁶ Associou-se a hierarquia dos centros urbanos a diferenças regionais adotando-se a tipologia utilizada no PNDR, que levou em consideração duas dimensões: renda per capita e PIB, resultando em 4 tipos de regiões: Alta Renda; Dinâmicas, Estagnadas e Baixa Renda

⁷ Principais características: i) isolamento da cidade vs. proximidade de outras cidades; ii) alta intensidade da exploração econômica da área de influência da cidade vs. baixa intensidade da exploração econômica da área de influência da cidade; iii) posição de contato direto com países vizinhos nas fronteiras vs. posição afastada das fronteiras.

⁸ Características demográficas (população total, rural vs. urbana); características sociais – desigualdades intermunicipais e intramunicipais (análise de renda per capita, índice de Gini; de pendência de transferências governamentais, renda dos chefes dos domicílios); variáveis econômicas (PIB per capita, total, valor per capita dos depósitos a vista nas agências bancárias, percentual do PEA ocupado na atividade primária); variáveis de política e de gestão (com pouco tempo de gestão administrativa, receita tributária oriunda do IPTU total e per capita; variáveis urbanísticas (déficit habitacional, domicílios sem instalações sanitárias).

⁹ A lista completa dos Tipos de Cidades pode ser encontrada em Bitoun (2009, p. 43-44).

Bitoun (2009, p.37),

as políticas de desenvolvimento destes centros devem ser guiadas “por características dos territórios municipais, considerando em particular a acessibilidade à sede municipal das populações rurais e os traços predominantes do rural que dependem de traços físicos-naturais, dos sistemas agrícolas existentes e de traços culturais.

Deste modo, na tipologia das cidades, observa-se que os centros urbanos de menor centralidade, classificados em níveis hierárquicos mais baixos, compostos basicamente por pequenas cidades, relacionam-se intrinsecamente com o seu entorno, principalmente em relação aos centros locais.

Embora várias críticas possam ser feitas quando se criam classificações e tipologias, pois estas podem apresentar variações de acordo com a finalidade a qual se destinam, em relação à metodologia, e ainda, do posicionamento teórico, político e ideológico dos envolvidos diretamente nos trabalhos que levam a sua criação; ressalta-se aqui a importância deste tipo de trabalho, que pode ser “o processo mais direto de entendimento de semelhanças e diferenças entre as diversas cidades que compõem a rede urbana” (SCHOR; COSTA; OLIVEIRA, 2009, p. 36).

A classificação dos centros urbanos em grupos de nível hierárquico certamente permite a apreensão de semelhanças e diferenças entre as cidades que compõem uma mesma rede e cidades em redes diferentes, admitindo-se ainda que haja cidades que simplesmente não mantêm nenhum tipo de interação com as demais, mas há que se concordar também que a análise do entorno de uma cidade também permitirá que se compreenda uma série de elementos presentes em uma cidade, e isto também é essencial à rede urbana.

O estabelecimento de classificações hierárquicas e tipologias de cidades servem de norteadores para a intervenção e o planejamento de ações que visem o desenvolvimento regional. Segundo George (1983, p. 205), a cidade funciona “como um pivô de uma série de relações” que definem “limites locais e regionais que são fronteira onde termina o exercício de suas atividades”. Para George as redes urbanas “são a verdadeira armação de cada região” (p. 206). Do mesmo modo a análise das redes é essencial para a compreensão da região.

Isso não significa que a abordagem da rede urbana a partir do enfoque

regional deva permanecer estanque, dentro desta única escala, mas defendemos a abordagem regional em sua articulação com as locais e extra-regionais inclusive. Neste sentido, qualquer proposta que possa ser apresentada de classificação hierárquica e tipologia de cidades só terão algum sentido dentro do contexto regional e do papel de inserção na rede.

Deste modo, podemos pensar para além da própria distinção entre cidade de pequeno porte, pequena cidade e cidade local, que se daria primeiramente a partir da definição conceitual adotada, para uma classificação e estabelecimento de tipologias e hierarquias, que são definidas a partir das metodologias.

1.3 A divisão territorial do trabalho: da relação cidade-campo para a relação cidade-cidade

Adotando por base a afirmação de Singer (1977) que entende por economia urbana *uma organização da produção que se baseia na divisão de trabalho entre o campo e a cidade e entre diferentes cidades*, trazemos aqui o tema da divisão territorial do trabalho, que tratamos a partir de dois enfoques de análise: a relação cidade-campo e a relação cidade-cidade, onde ambas podem ser verificadas no âmbito das redes.

Para Singer (1977, p. 141), para se entender o funcionamento da rede urbana, “é preciso partir da constatação de que nenhuma economia urbana, em de uma cidade isolada nem do conjunto delas, pode ser autossuficiente”. Portanto, consideramos estes enfoques como níveis diferentes de relações convergentes, que se apresentam de forma hierárquica no atual modo de produção.

A relação cidade-campo passa, inicialmente, pelo processo de divisão social do trabalho, onde no campo se produz o excedente alimentar liberando força de trabalho a outras atividades, e a partir disto, surgem as instituições sociais, as relações de poder (dominação e exploração), onde os homens participam diferentemente deste processo. A partir desta divisão social se estabelece uma nova divisão, a territorial do trabalho entre a cidade e campo, com a diferenciação das funções e das formas.

Na divisão entre cidade e campo, as cidades a princípio eram o local onde se encontravam as instituições sociais e onde se verificavam as relações de

poder, mas logo ela passa a ser também local de produção e seu adensamento permitiu o surgimento também de uma divisão intra-urbana do trabalho, e de acordo com Singer (1977, p. 19), “a expansão da divisão de trabalho intra-urbana, ensejada pelo crescimento da cidade se desdobra, a partir de certo momento, na constituição de uma divisão de trabalho entre diferentes núcleos urbanos”. Esta diferenciação de funções entre os núcleos deu origem à rede urbana.

A análise dessa relação passa, ainda, pela análise do processo de diferenciação das classes sociais, na medida em que o trabalho na cidade passa a ter valores diferentes do trabalho no campo e a cidade passa a coordená-lo. Segundo Singer (1977), não somente a transferência do excedente alimentar é condição para o surgimento da cidade, mas também a sua divisão em classes sociais.

Do mesmo modo, Sposito (2006, p. 115) considera que

O estabelecimento da divisão social do trabalho e as relações de poder que sustentam essa divisão teve, como condição e consequência, a constituição de espaços diferentes entre si – **cidade e campo** – correspondentes a papéis dispares desempenhados no âmbito das sociedades, bem como formas distintas de relações entre as sociedades e os espaços apropriados por elas. Segundo essa perspectiva, a diferenciação social não é atributo apenas da cidade, mas do campo também. Assim, a oposição entre a cidade e campo cede lugar, do ponto de vista analítico, para o enfoque das relações entre a cidade e o campo da unicidade e complementaridade compreendida por este par dialético, podendo-se adotar, por conseguinte, a expressão **cidade ⇔ campo** (cidade em suas relações com o campo) (grifo do autor).

A cidade pode ser assim pensada por meio das perspectivas das relações com o campo e também na perspectiva de um contínuo cidade-campo, no reconhecimento de que muitas vezes esses espaços se confundem e se sobrepõem, principalmente quando analisamos os espaços periféricos das cidades. Silva (2006) afirma que

O reconhecimento de um contínuo cidade/campo não pressupõe o desaparecimento da cidade e do campo como unidades espaciais distintas, mas constituição de áreas de transição e contato entre esses espaços que se caracterizam pelo compartilhamento no mesmo território ou em micro parcelas territoriais justapostas e sobrepostas, de uso do solo, de práticas socioespaciais e de

interesses políticos e econômicos associados ao mundo rural e ao mundo urbano. (SILVA, 2006, p. 121)

E ainda,

A superposição **cidade/campo** realiza-se, assim também no plano que ultrapasse o das formas materiais propriamente ditas, pois a articulação entre espaços urbanos e rurais realiza-se por meios de comunicação que ultrapassam, sem superar completamente, a organização hierárquica que regeu as relações entre cidade e campo e entre cidades de uma rede urbana. (SILVA, 2006, p. 126, grifo do autor)

Como já alertava Corrêa (1989), a rede urbana constitui-se simultaneamente em um reflexo *da* e uma condição *para* a divisão territorial do trabalho. Sposito (2008, p. 57) esclarece que o reconhecimento dessa divisão implica na consideração de que

a sociedade se apropria da natureza e a transforma - dinâmica que se realiza com a constituição de formas espaciais das cidades e de suas articulações, cujos fluxos são de difícil mensuração e, muitas vezes, até impensáveis por causa da sinergia estabelecida entre os atores sociais, os volumes de informações transmitidas e os valores do trabalho e das mercadorias, além das formas como as pessoas se organizam para produzir e consumir, principalmente na cidade. (SPOSITO, 2008, p. 57-58)

A partir da análise acima, conseguimos compreender a gênese da relação cidade-campo e da rede urbana, mas essa relação se modificou ao longo do tempo e se tornou mais complexa cada fase do modo capitalista de produção. Diferenciação que não se dá apenas no tempo, mas também no espaço.

O processo de modernização do campo é um dos principais elementos que alteram as relações cidade-campo, as cidades se integram e se adaptam às necessidades do campo modernizado, para atender a demanda por maquinários, insumos, sementes e equipamentos cada vez mais com tecnologia incorporada. A informação passa a fazer parte, também, da dinâmica produtiva do campo, já que “a oferta de informação – imediata e próxima – a uma atividade agrícola que, nos dias atuais, já não podem se feitas sem esse insumo, tornado indispensável”. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 81)

Transpondo a discussão para o nível das relações que se dariam no âmbito das cidades na rede, Santos (2002, p. 273) afirma que

São as cidades locais que exercem esse comando técnico, ligado ao que, na divisão territorial do trabalho, deve-se à produção propriamente dita. Cidades distantes, colocadas em posições superiores no sistema urbano (sobretudo as cidades globais), têm o comando político mediante ordens, disposição da mais-valia, controle do movimento, tudo isso que guia a circulação, a distribuição e a regulação.

A parcela técnica da produção permite que as cidades locais ou regionais tenham um certo comando sobre a porção de território que as rodeia, onde se realiza o trabalho a que presidem. (SANTOS, 2002, p. 273)

Sendo assim, a análise da rede urbana passa pela análise da relação da cidade com o campo, principalmente quando nos referindo as pequenas cidades, que embora as lógicas de produção do campo modernizado não estejam sobre sua gestão, sendo as instituições distantes, localizadas nos grandes centros, que ditam as regras, as pequenas cidades cumprem seu papel na realização da produção no campo, como fornecedora de mão-de-obra, maquinário e alguns insumos agrícolas.

A partir das lógicas de regulação da produção no campo, onde as cidades de diferentes níveis na hierarquia urbana participam diferentemente, Santos (1993) afirma que não há mais um Brasil urbano e um Brasil rural, mas um *Brasil urbano* e um *Brasil agrícola*, onde o espaço brasileiro seria preenchido por *regiões urbanas* e *regiões agrícolas*, que são definidas do seguinte modo:

A região urbana tem sua unidade devida sobretudo à inter-relação das atividades de fabricação ou terciárias encontradas em seu respectivo território, às quais a atividade agrícola preferentemente se relaciona.

[...] tanto mais importante a região urbana, tanto mais forte será a divisão interna de trabalho, com diversos núcleos que a compõem vendendo uns aos outros bens intermediários e finais.

A região agrícola tem sua unidade devida à inter-relação entre mundo rural e mundo urbano, representado este por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e que dependem, segundo graus diversos dessas atividades. (SANTOS, 1993. p. 67)

Deste ponto de vista, a relação cidade-campo passa a ser compreendida na escala da região, que abriga tanto atividades de produção agrícola quanto as

cidades envolvidas na produção de bens e prestação de serviços, que comparecem tanto na região urbana quanto na região agrícola, porém, grosso modo, são diferenciadas pelo tipo de relação realizada, sendo a região urbana predominam atividades de relações complexas e na região agrícola predominam atividades mais diretamente produtivas, sendo consequência da própria divisão territorial do trabalho.

Os conceitos e reflexões aqui trabalhados, as relações de diferenciação entre as cidades de uma mesma região e as relações entre elas e campo são as bases para apreensão da rede urbana sobre o recorte das pequenas cidades e, nortearão nossa análise nos capítulos seguintes.

1.4 Desenvolvimento e pequenas cidades

Vemos que várias transformações afetam radicalmente as pequenas cidades brasileiras que mudaram de função e conteúdo frente aos processos de globalização, e conforme Santos (1979, p. 72) o fenômeno da cidade local acha-se “ligado às transformações do modelo de consumo do mundo, sob o impacto da modernização tecnológica, da mesma forma que as metrópoles são resultado dos novos modelos de produção”.

Antes eram as cidades dos notáveis, hoje se transformaram em cidades econômicas. As cidades dos notáveis, onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados. (SANTOS, 1993, p. 51)

Durante esse percurso, ao mesmo tempo em que algumas delas ganham novas funções, dinamizam-se, inserem-se na lógica dos novos modelos de produção e interagem através de fortes ligações com as cidades de papéis centrais na rede nacional e fortuitamente até internacional, outros estudos de caso mais recentes, como de Endlich (2006a) e Bernardelli (2004), revelam que muitas delas têm passado por processos que as levam a perder ou a redução de papéis e centralidade, muitas vezes, se tornando local de moradia para as reservas de mão-de-obra, refletindo na pobreza e baixa qualidade de vida.

Isto decorre do modo como essas cidades se inserem na divisão territorial do trabalho e do grau desta divisão, tornando relevante a discussão sobre inclusão das pequenas cidades quando se refere à temática do desenvolvimento.

Segundo Jurado da Silva e Sposito (2009), as pequenas cidades podem ser incorporadas de diferentes modos: ao quadro pleno de incorporação de tecnologia, de modernização e/ou especialização, ou ainda marginalmente, onde seus papéis estão vinculados à periferia econômica da rede urbana, se tornando residência dos trabalhadores do campo, dependentes exclusivamente de uma única atividade econômica, e só existem em função do auxílio fiscal pela esfera governamental, ou ainda aquelas cidades que se transformam apêndices/anexos dos centros mais dinâmicos. Há ainda aquelas que estão totalmente marginalizadas economicamente e

por isso nem sequer podem se transformar em subúrbios-dormitórios (especialmente por conta da grande distância das áreas economicamente mais dinâmicas). Esse aglomerado urbano não se articula a uma rede de rodovias adequada para a circulação de pessoas e mercadorias, e relacionam com muita fragilidade na rede urbana e nas interações financeiras. (JURADO DA SILVA; SPOSITO p. 214)

Corrêa (1999), ao fazer uma análise sobre a globalização e a reestruturação da rede urbana a partir das pequenas cidades, aponta dois caminhos a serem seguidos por elas. O primeiro diz respeito à “perda, relativa ou absoluta, de centralidade, acompanhada em muitos casos pelo desenvolvimento de novas funções não-centrais ligadas diretamente à produção do campo” (1999, p.48), ou seja, a modernização da agricultura transformou esses centros em reservatório de mão-de-obra temporária engajada em atividades agrícolas. Neste caso, os centros urbanos passam a exercer a função de moradia e é comum a presença de agroindústrias que aí se instalam, pois exigem para seu funcionamento de grandes espaços e abundância de mão-de-obra barata e pouco qualificada.

O segundo caminho diz respeito à

Transformação do pequeno núcleo a partir de novas atividades, induzidas de fora ou criadas internamente, que conferem uma especialização produtiva ao núcleo preexistente, inserindo-o

diferentemente na rede urbana, introduzindo nele uma complexa divisão territorial do trabalho. (CORRÊA, 1999, p. 50).

Neste caso, as novas atividades podem ser associadas à industrialização do campo, ou ainda, associadas a “atividades industriais criadas no bojo da expansão do capital produtivo por meio de filiais [...]” (p.50), ou ainda, por meio de iniciativas de capital local, que tenham conseguido se expandir e se manter no mercado.

Em estudo mais recente, Corrêa (2004) aponta dois outros caminhos para as cidades pequenas:

i. Prósperos lugares centrais em áreas agrícolas nas quais a modernização não afetou radicalmente a estrutura fundiária e o quadro demográfico. Esses centros distribuem produtos para a população, que tem nível de demanda relativamente elevado. A prestação de serviços é também importante.

[...]

iv. Pequenos centros em áreas econômica e demograficamente esvaziadas por um processo migratório que desequilibra ainda mais a estrutura etária, afetando ainda a proporção entre os sexos. A renda da cidade é em grande parte procedente de emigrantes que mensalmente enviam escassas sobras de recursos aos familiares que permaneceram, ou procedentes de aposentadorias de trabalhadores agrícolas [...] (CORRÊA, 2004 p. 75-76).

Mais uma vez, os diferentes caminhos das cidades pequenas são reflexos da desigualdade produzida pela seletividade no uso do espaço, ora se fazendo o uso intensivo do mesmo, tornando-o dinâmico, ora perpetuando-os como nichos de pobreza.

Juanico (1977) que havia observado algumas características dos sistemas urbanos nos países subdesenvolvidos assinalava que

Há, atualmente, na maior parte dos países em desenvolvimento, políticas que tentam se concentrar no desenvolvimento dos centros urbanos maiores, apesar dos problemas de distribuição, canalizando maior parte dos recursos de investimento para as cidades, em detrimento das hinterlândias rurais. (p. 25).

Para o caso brasileiro, embora tenhamos visto que a maioria das cidades brasileiras é pequena, grande parcela da população encontra-se concentrada nas

grandes cidades, o que contribuiu para que por muito tempo as políticas territoriais estivessem voltadas principalmente para as aglomerações e metrópoles. Deste modo, Fernandes (2009) afirma que

a excessiva concentração de população e de investimentos em poucas cidades leva ao desperdício de partes consideráveis do território e de indivíduos talentosos que não conseguem desenvolver-se na ausência de infraestruturas e políticas sociais básicas, especialmente de educação. O frágil sistema urbano bloqueia a divisão de trabalho, a criação de trabalho novo e as oportunidades de desenvolvimento dos cidadãos, o que reitera a estagnação regional e o peso da origem histórica de atraso tecnológico. (p. 73)

Na concepção da autora, o desenvolvimento está atrelado à inovação, onde a cidade tem um papel fundamental pela importância de seu potencial inovador, tornando-a um instrumento em si de desenvolvimento regional, conseqüentemente as políticas públicas que visam o desenvolvimento devem combater a raridade do fenômeno urbano e a exagerada concentração de competências inovativas nas maiores cidades.

Diniz e Crocco (2006) descrevem os avanços recentes na teoria regional e urbana, do ponto de vista teórico, além do resgate de formulações clássicas sobre localização, áreas de mercado, centralidade urbana, foram desenvolvidas diferentes interpretações sobre os determinantes da concentração e do crescimento diferenciado das cidades e regiões, e do ponto de vista instrumental as novas técnicas baseadas em modelos e métodos computacionais, novas técnicas de econometria espacial vieram se juntar aos tradicionais métodos de análise regional. Para eles “o processo de planejamento e desenvolvimento regional do Brasil deve partir de uma perspectiva da rede urbana e de seu papel na estruturação e na ordenação do território” (DINIZ; CROCCO, 2006, p. 26)

Neste sentido, as áreas pouco urbanizadas e as pequenas cidades começam a ganhar algum destaque a partir de estudos mais recentes como “Tipologia das cidades brasileiras”, anteriormente mencionado, e isso se deve em grande parte a concepção adotada de articulação do urbano à dimensão regional, que segundo Fernandes (2009, p.63) implica na compreensão da cidade como um fator de distribuição de infraestrutura, serviços públicos, qualidade de vida e

oportunidades para a população no território, do que apenas focar na sua perspectiva intraurbana.

Diante do exposto, foi nosso objetivo neste subcapítulo defender a idéia de que qualquer política que vise o desenvolvimento deve passar necessariamente pela relação urbano-regional, na qual estão inclusas as pequenas cidades brasileiras, muito negligenciadas. Ao se considerar a realidade das pequenas cidades e as regiões do seu entorno, se estará considerando diversas parcelas do território, onde se encontram cidades em espaços rurais caracterizados pela pobreza e/ou de frágil dinamismo, e com elevada desigualdade social.

Capítulo 2:
Da região à rede:
formação socioespacial e a
inserção das pequenas cidades na rede urbana
na região de Governo de Dracena.

2.1 A formação socioespacial da região de Governo de Dracena

Para compreendermos o processo de formação da Região de Governo de Dracena, e das suas transformações espaciais ao longo do tempo, recorreremos a duas categorias de análise: ao próprio conceito de região e ao conceito de formação socioespacial.

Para Sposito (2009, p. 19) “a região é o próprio quadro de referências, é o próprio ambiente socialmente construído a partir da relação entre as cidades [...]”. Concordamos ainda com Rochefort (1998, p. 20), ao afirmar que as cidades que compõem uma região são a materialidade de uma rede urbana dentro dessa escala.

Pode-se propor chamar uma de rede urbana uma organização dos centros urbanos e de suas zonas de influência no interior de uma região controlada por um centro regional, e de arcabouço urbano comandado pela capital nacional?

O fato de o estudo do lugar situar numa ou noutra dessas duas escalas espaciais a diferenciação dos centros urbanos repousa em causas de natureza variada, e os elementos da rede urbana, constituídos pelos diversos tipos centros, são mais ou menos numerosos segundo o modo de formação deste último. (ROCHEFORT, 1998, p. 20)

Sendo assim, temos que no caso específico a região de Governo de Dracena trata-se de um recorte espacial que representa um limite inferior (do ponto de vista escalar) da rede urbana no Estado de São Paulo no âmbito do regional, que apresenta suas particularidades não só entre as demais regiões do estado, mas também entre as cidades que a compõem. Essas diferenças são resultados das forças internas e externas que atuam sobre essas cidades e também intrínsecas ao próprio processo de sua formação socioespacial.

Para elaborar o conceito de formação socioespacial, Santos (1982) recorre à categoria Formação Econômica e Social (F.E.S.), dando ênfase ao espaço.

Retomando Sereni, Santos (1982, p. 12-17) sustenta que a categoria F.E.S. expressa a unidade e a totalidade das diversas esferas econômica, social, política e cultural da vida de uma sociedade decorrendo desta a unidade da continuidade e da descontinuidade de seu desenvolvimento histórico, a qual não pode se realizar senão *no espaço e pelo espaço*. E ainda, para ele,

o estudo genético permite reconhecer, a partir de sua filiação, as similaridades entre F.E.S., mas isso não é suficiente. É preciso definir a especificidade de cada formação o que as distingue das outras, e no interior da F.E.S. a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo reproduzido numa de suas frações (SANTOS, 1982, p.12).

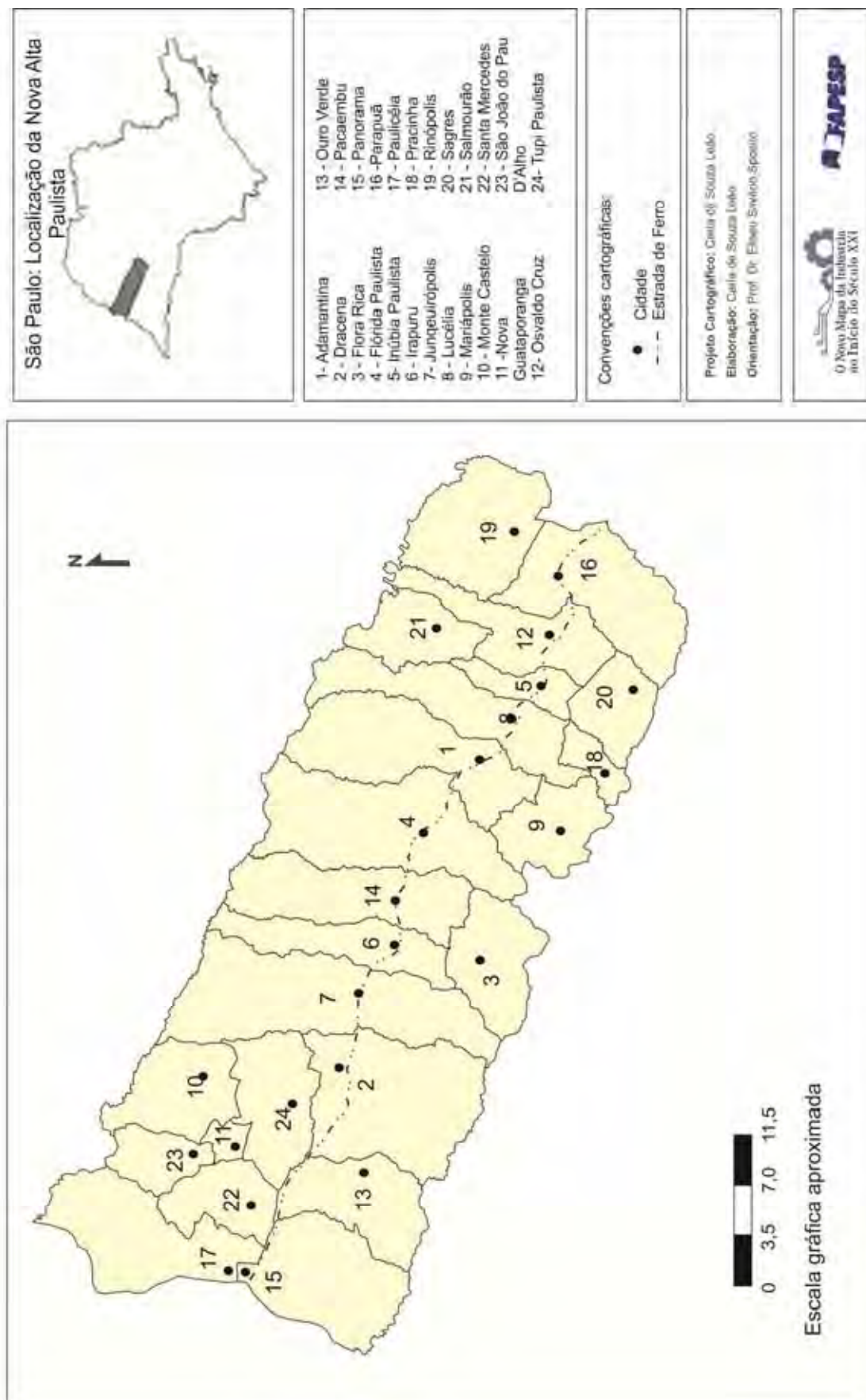
O processo da formação socioespacial regional não está descolado da formação socioespacial do Estado de São Paulo que, conforme Sposito (2006, p. 412) constitui-se a partir do desenvolvimento da economia cafeeira e da industrialização provocando, e ao mesmo tempo apoiando-se no desenvolvimento da rede urbana paulista. Mas, embora a região de Governo de Dracena faça parte dessa dinâmica maior, apresenta suas especificidades, quando comparada à escala do Estado de São Paulo e também na escala das demais regiões.

Para compreendermos a formação da Região de Governo de Dracena é necessário que entendamos a formação da Nova Alta Paulista, que se trata de uma outra regionalização, mais relacionada ao momento inicial da ocupação do território.

A região da Nova Alta Paulista é considerada uma extensão da Alta Paulista, pois no momento da apropriação do seu território, a regionalização tinha como base a área de atuação das companhias de estradas de ferro. No caso da região em tela, a companhia atuante foi a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, mais conhecida apenas como Companhia Paulista, por isso a denominação das regiões de sua área de atuação foram Alta Paulista e Nova Alta Paulista.

Conforme Gil (2007), o adjetivo “Nova” teria sido incluído pela própria população local, como uma diferenciação da Alta Paulista que teve uma ocupação mais antiga. A definição dos limites regionais também não é precisa, a princípio considera-se que é composta pelas áreas onde o processo de ocupação ter-se-ia dado após 1930, sendo então composta pelos municípios que atualmente fazem parte das Regiões de Governo de Dracena e de Adamantina, acrescida dos municípios de Rinópolis e Parapuã.

Mapa 2: Região da Nova Alta Paulista



Segundo Silva (1989, p. 8), o início da ocupação da região da Alta Paulista deu-se por meio das penetrações laterais a partir das regiões Noroeste e Sorocabana. A primeira ocorreu pela atuação dos fazendeiros de café e a segunda pela exploração pecuária e, somente na última década do século XIX, é que teve início a sua ocupação a partir do espigão “Feio/Aguapeí e Peixe”.

A ocupação precedeu a construção da estrada de ferro, contando apenas com estradas de rodagem para sua efetivação, pois nela ocorreu o contrário do que aconteceu com as regiões Noroeste e Sorocabana, que tiveram seus trilhos rapidamente implantados (no caso da Alta Sorocabana a última estação foi construída em 1922 em Presidente Epitácio e, no caso da Noroeste, a última estação no Estado foi em Jupiá em 1910). Na Alta Paulista os trilhos foram construídos segundo trechos que se sucediam e só no ano de 1945 chegaram a Tupã e, a Panorama, em 1955, último município do traçado às margens do Rio Paraná. Segundo Monbeig (1984, p.200), “sempre houve entre os administradores da Paulista a política de fazer paradas bastante longas depois de haver atingido o ponto visado e antes de prosseguir.”

Entretanto, isso não significa que a ferrovia não tenha tido sua importância neste processo, pois, como veremos a seguir, embora não tivesse sido implantada, só o planejamento e a expectativa de implantação foram capazes de impulsionar a ocupação da área.

Outro elemento fundamental no processo foi a produção agrícola que, até meados da década de 1930, esteve ligada à grande propriedade e à monocultura de café. Nas décadas de 1940 e 1950 tem-se a continuidade da produção de café, ocorrendo o aumento do número de cafeeiros novos e a participação da região na produção do Estado, pois apesar da crise da produção cafeeira, ela nunca deixou de existir completamente e, ainda, a produção em novas áreas onde o investimento para o cultivo era menor devido às condições do solo que permitiram que se auferisse algum lucro. Também passa a ser grande a produção de gêneros alimentícios como milho, arroz, feijão, mandioca e do algodão, que era produzido para abastecer a indústria têxtil da capital. (FRESCA, 1990).

Na escala nacional pode-se dizer que havia a transição de uma economia agrário-exportadora para uma economia urbano-industrial, tendo como pólo a cidade de São Paulo, porque, no Estado de São Paulo, as demais cidades

desenvolvem-se e se inserem nesse processo a partir de uma nova divisão territorial do trabalho. Sobre este momento, Sposito (2006, p. 456) afirma que,

à medida que as atividades econômicas se diversificavam, havia um aumento da participação dos papéis urbanos desempenhados numa divisão territorial do trabalho entre a cidade e o campo e, ainda, um aumento das relações entre cidades, sobretudo com a capital que passou a nuclear essa reestruturação econômica e urbana. (SPOSITO, 2006, p. 456)

Voltando mais especificamente à ocupação da Nova Alta Paulista, a penetração pelo espigão entre os rios Feio/Aguapeí e Peixe se realizou através de estradas de rodagem não pavimentadas, mas a partir do traçado elaborado para localizar os trilhos da estrada de ferro e as estações de embarque/desembarque, feito pela CPEF (Companhia Paulista de Estradas de Ferro) (SILVA 1989). Aliás, como Monbeig (1984, p. 230) afirma, na região a própria companhia ferroviária é quem constrói as estradas de rodagem, desempenhando ainda o papel de empresa de transportes rodoviários. O fato contribui para a conformação de uma rede axial, onde a maioria dos núcleos urbanos se localiza quase que num traçado retilíneo.

Surge aí, ainda, um terceiro elemento importante no processo de ocupação, que é a especulação fundiária, pois houve uma valorização das terras próximas as áreas de futuras instalações das estações ferroviárias de embarque/desembarque, onde surgiram os principais núcleos de povoamento, os chamados patrimônios, localizados estrategicamente nos locais das estações.

A instalação dos núcleos de povoamento esteve ligada à ação planejada de empresas colonizadoras, grandes proprietários e sociedades ligadas ao capital estrangeiro, que ao buscar auferir o lucro com a especulação, colonizaram de maneira programada, possibilitando aos compradores condições favoráveis e atrativas como acesso à água e às rodovias e, futuramente, a ferrovia. Os loteadores, além de promoverem a divisão dos lotes, construíam estradas que dessem acesso ao futuro centro urbano e isso garantia aos novos proprietários o escoamento da produção (SILVA, 1989; FRESCA, 1990).

Os lotes vendidos eram constituídos por pequenas e médias propriedades, e eram comprados, em sua maioria, por ex-colonos das antigas áreas de café que entravam em decadência. Muitas vezes esses novos

proprietários possuíam condições de comprar apenas o lote, a lavoura em muitos casos também foi financiada pelo próprio loteador.

Para que os loteamentos rurais tivessem sucesso era necessária a presença de um núcleo urbano para garantir aos novos proprietários de terras acesso ao mercado para os produtos cultivados e o fornecimento de bens e serviços. Desse modo, os lotes rurais eram postos à venda junto com os lotes urbanos, tudo de forma planejada. Conforme Reis Filho (1997),

a história política do Estado, a partir desse momento, é, em boa parte história de lutas entre grupos, para se apropriar de terras devolutas no interior, para equipá-las e vendê-las parceladamente para os cultivadores, fossem de cana-de-açúcar ou de café.” (p. 146)

E, ainda,

Os grandes empreendimentos eram a apropriação das terras e a sua viabilização econômica para revenda e, simultaneamente, a implantação de um sistema urbano de serviços. Eram também a venda dessas terras urbanas com benefícios significativos e todas as operações empresariais, ligadas à transformação dessas terras florestadas improdutivas em terras cultiváveis produtivas. Eram o desmatamento, a construção do sistema de transportes, a comercialização da produção no litoral, a construção das cidades com todos os seus equipamentos urbanos e o financiamento da produção. (REIS FILHO, 1997, p. 146)

Como formar cidades era um empreendimento, assim como tal equipá-las de uma infra-estrutura e serviços urbanos era um modo de agregar valor ao produto “terra”, onde a concorrência entre os loteadores era um fator decisivo, como podemos observar no relato de Gil (2007, p. 131), sobre a disputa pela instalação de um fórum entre Tupi Paulista e Dracena, mesmo após já se encontrarem na condição de município emancipado:

Astuto, o senhor Írio Spinardi, fundador da primeira (Dracena), sabia do significado desta conquista para o seu desenvolvimento. Ao receber o desembargador, que faria a avaliação entre as duas cidades, ele preparou sutilezas para impressionar a autoridade. Para destacar a economia local, com a cafeicultura não tão estruturada como a concorrente, ele deu ênfase à produção de mamão, também ainda pouco significativa. Como os frutos que conseguiu não eram tão viçosos nem abundantes, ele os serviu cortados e enfeitados em suculento café da manhã. Ao deslocarem-se para a cidade vizinha, escolheu uma estrada secundária, bastante prejudicada pelas enxurradas. Para chegar

até a prefeitura, ele escolheu as ruas mais esburacadas, desviando-se da parte onde havia maior aglomeração de casas e estabelecimentos comerciais. Com a melhor impressão que o desembargador teve da cidade de Dracena, o fórum saiu para aquela cidade. Somente anos mais tarde Tupi Paulista conquistou o seu. (GIL, 2007, p. 131)

Deste modo, podemos afirmar que a propaganda já era a “alma do negócio”, aliás, a divulgação dos empreendimentos era feita amplamente através de cartazes espalhados em locais de ampla circulação, como as estações ferroviárias, como no exemplo abaixo:

Ouro Verde possui uma situação privilegiada, as melhores terras para o café e cereais da zona, grande número de pequenas propriedades, água fácil e excelente, clima saudável e melhor topografia da Alta Paulista! Visitem a cidade de Ouro Verde em sua nova e grande fase de progresso! (Acervo histórico do Centro Cultural de Ouro Verde, [196?]).

Nas cidades da região, os principais atores que passam a compor a cena urbana eram os prefeitos, os comerciantes e os maquinistas (donos das máquinas de beneficiamento dos produtos agrícolas), que muitas vezes não só compravam a produção para o beneficiamento, como também financiavam a produção agrícola.

Foram rápidos os processos de desmatamento e o surgimento de pequenos núcleos na região, acompanhados pelo grande afluxo migratório. Os municípios localizados no traçado dos trilhos da estrada de ferro tiveram, de certo modo, um crescimento mais rápido e mais intenso, enquanto outros, localizados fora do traçado ferroviário, tiveram um crescimento pouco expressivo. Alguns destes pequenos núcleos se tornaram sedes de municípios, outros desapareceram, o que ocorreu com o patrimônio de Arabela (localizado em área que hoje compõe o município de Ouro Verde), ou ainda se tornaram distritos de paz, como o distrito de Oásis no município de Tupi Paulista, por exemplo.

Como vimos, há uma diferenciação no processo de ocupação da região da Nova Alta Paulista em relação às demais, talvez tenha sido a última região a passar por um processo de ocupação mais intensa no Estado de São Paulo com base na agricultura – ferrovia (leia-se aqui especulação fundiária).

Podemos identificar a ocupação da Nova Alta Paulista como sendo de transição pela diminuição do dinamismo eufórico causado pela economia cafeeira

e por uma diversificação das atividades agrícolas. Tanto assim foi que os grandes proprietários que ali chegavam não tinham outro objetivo que dividir as grandes propriedades em lotes menores, antes mesmo de fazer uso de qualquer outra forma de exploração econômica nelas, diferentemente da região da Alta Paulista ou das demais regiões do Estado, que só foram loteadas em propriedades menores após a exploração produtiva. Na Nova Alta Paulista a especulação fundiária era muito mais lucrativa que a própria atividade produtiva, promover a ocupação desse território era atividade bastante vantajosa, como ressaltou Monbeig (1984, p. 212): “Já tivemos ocasião de ver como outrora florestas foram vendidas e depois revendidas, antes de serem abatidas, os vendedores auferindo lucros substanciais”.

De certo modo, podemos dizer que isto favoreceu para que a ocupação a estrutura fundiária da região fosse menos concentrada, e a pequena e a média propriedade eram a principal unidade de produção, além de atrair rapidamente um fluxo maior de pessoas.

Os grandes proprietários/incorporadores receberam o nome de “fundadores” dos municípios, são lembrados até os dias de hoje com grande prestígio, em muitos locais se tornaram a elite local e o representante (ou o próprio) poder público. Nos casos mais restritos aos municípios que compõem a região de Governo de Dracena temos a atuação tanto de proprietários individuais (fazendeiros), quanto a atuação de grupos de colonização com objetivo específico de promover os loteamentos. No quadro abaixo vemos os promotores dos loteamentos que deram origem às cidades da região, mas também houve outros grupos que participaram no processo de ocupação da região como a C.A.I.C. – Companhia Agrícola de Imigração e Colonização, que era subsidiária da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e foi responsável pelo parcelamento de terras em vários municípios.

No caso de Dracena, Írio Spinardi, que também foi o primeiro prefeito da cidade, era sócio da Empresa Colonizadora Norte do Paraná, que deu origem à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que foi subsidiária da Paraná Plantations Company, responsável pela ocupação de diversas áreas no Estado do Paraná e pelo surgimento de cidades como Londrina, Maringá, Astorga, Arapongas, Loanda, Japurá, Jussara entre outras.

Em Junqueirópolis, Álvaro de Oliveira Junqueira foi prefeito por duas

vezes, entre 1956-1960 e 1968-1972; já em Ouro Verde, Odemar Carvalho do Val, filho de Olavo Ribeiro do Val, foi prefeito por três mandatos, entre 1989-1992, 1993-1996 e 2001-2004.

Quadro 1: Proprietários rurais, incorporadores e loteadores que atuaram na ocupação dos municípios da região de Governo de Dracena.

Município	Proprietários rurais/incorporadores	Ano de emancipação	Município ou vila de origem
Dracena	Írio Spinardi, João Vendramini, Vírgilio Fioravante e Florêncio Fioravante	1948	Tupi Paulista
Junqueirópolis	Álvaro de Oliveira Junqueira	1948	Lucélia
Monte Castelo	Ricardo Tognon	1953	Tupi Paulista
Nova Guataporanga	Imobiliária Goataporanga Ltda.	1959	Tupi Paulista
Ouro Verde	Olavo Ribeiro do Val	1953	Dracena
Panorama	Panorama Colonização da Bacia do Rio Paraná S.A.	1953	Paulicéia
Paulicéia	Loteadora Oliveira & Cia. Ltda.	1948	Tupi Paulista
Santa Mercedes	Empresa Imobiliária Maripã Ltda.; Alípio Bedaque e Achile Neves	1953	Paulicéia
S. J. do Pau D'Alho	Evaristo Cavalieri	1959	Tupi Paulista
Tupi Paulista	Lélio Piza e Almeida	1948	Lucélia

Fonte: Silva, 1990; Silva Neto, 1998.

Org.: Carla de Souza Leão.

Esse conjunto de determinações políticas, econômicas e sociais construiu as condições para a apropriação do território da Nova Alta Paulista e a constituição de uma formação socioespacial, permitindo o desenvolvimento de uma rede de cidades cujas atividades estavam fortemente ligadas às atividades produtivas no campo.

2.2 A hierarquia urbana e a centralidade na Região de Governo de Dracena.

Segundo Fresca (1990), o papel das pequenas cidades era garantir que as terras fossem ocupadas, exercer funções ligadas à produção agrícola (beneficiamento, atividades de crédito aos produtores e escoamento da produção) e garantir o fornecimento de bens e serviços à população local.

Ainda, segundo Fresca (1990), a partir das décadas de 1960 e 1970 começa a haver mudanças significativas na estrutura fundiária nos municípios da região, com uma concentração de terras, isto em consequência do

desaquecimento nas atividades agrícolas e dos processos de modernização do campo. Gil (2007) também destaca o fenômeno de uma geada no ano de 1975, que atingiu profundamente a produção agrícola da região, e também a degradação do solo, os tratos culturais inadequados, descapitalização dos agricultores aliados à conjuntura político-econômica do país, com alta da inflação e dos juros dos financiamentos agrícolas.

Essas transformações trazem consequências às pequenas cidades, pois na maioria delas houve a diminuição da população nas áreas rurais que migrou para outras regiões ou, em menor intensidade, para áreas urbanas. Essas pequenas cidades também passam pela perda das funções antes por elas exercidas, pois suas atividades estavam diretamente ligadas à produção no campo.

O processo de urbanização também resultou no aumento das atividades terciárias que surgiram para atender à demanda de serviços e bens da população dessas cidades, embora este aumento não garantiu dinamismo semelhante ao que houve durante o processo de ocupação das décadas de 1940 e 1960.

Entretanto, esses processos não se deram de modo homogêneo, pois nem todas as cidades da região tiveram a diminuição de suas funções centrais como consequência, mas tiveram suas funções alteradas, com a incorporação de algumas indústrias; e também passaram a polarizar outras cidades menores através da oferta de bens e serviços, como saúde e educação, entre outros.

Analisando os dados populacionais, apesar de não se encontrarem de maneira contínua pela ausência de dados de alguns municípios e dos dados da década de 1960, podemos observar que os municípios de Dracena, Panorama e Paulicéia tiveram aumentos populacionais contínuos (ver tabela 2) e isso se deve a uma maior diversificação de suas atividades.

Já a população na maior parte dos municípios sempre esteve em queda com exceções de alguns momentos em que houve pequenas oscilações. Isto expressa que durante esse processo algumas cidades tiveram um maior poder de atrair população enquanto que outras acabaram por repeli - lá devido ao baixo dinamismo.

Tabela 2: População total dos municípios da RG de Dracena.

Municípios	1950	1970	1980	1990	2000	2010
Dracena	9.589	31.245	35.912	39.229	40.491	43.244
Junqueirópolis	9.589	22.638	21.425	18.082	17.012	18.704
Monte Castelo	5.834	*	6.134	4.860	4.095	4.064
Nova Guataporanga	*	*	2.729	2.192	2.087	2.174
Ouro Verde	3.567	7.706	5.839	6.962	7.147	7.786
Panorama	1.013	*	8.019	11.809	13.636	14.596
Paulicéia	1.516	*	2.353	3.923	5.290	6.338
Santa Mercedes	898	*	4.137	3.089	2.805	2.835
S. J. do Pau D'Alho	*	*	3.604	2.891	2.185	2.140
Tupi Paulista	10.359	12.660	16.386	14.285	13.293	14.256

Fonte: IBGE – Censo demográfico, 1950, 1970. Adaptado de Fresca (1990).

Fundação SEADE – Dados populacionais, 1980, 1990, 2000 e 2010.

Org.: Carla de Souza Leão

* dados não disponíveis

Nas classificações hierárquicas do IBGE, nos estudos sobre a rede urbana brasileira, vemos que alguns municípios que compõem esta região se classificaram em diferentes níveis. No estudo de 1972, o primeiro estudo deste tipo do IBGE, “Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas”, a cidade de Dracena, classificada no nível 3b, já aparecia como centro de maior influência dentre as pequenas cidades da região. Na REGIC, em 1987, foi classificada como Capital Regional, em 1993 foi classificada como centro de nível médio de centralidade, que corresponde ao padrão de cidade tendendo a Centro sub-regional, e em 2007, foi classificado como Centro de zona A. Deste modo, embora o modo como as cidades tenham sido classificadas variou durante a série de estudos, temos que Dracena sempre ocupou um nível intermediário entre os municípios de menor influência e as capitais regionais.

Com relação aos centros de nível mais local, observamos ainda, que o município de Tupi Paulista, aparece no estudo de 1972 no nível 4a, tendo influência sobre os municípios de Nova Guataporanga, Paulicéia, Santa Mercedes e São João do Pau D'Alho.

Quadro 2: Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas -1972

1º nível	2º nível		3º nível		4º nível		Municípios
	2a	2b	3a	3b	4a	4b	
São Paulo		Marília		Dracena			Junqueirópolis
							Ouro Verde
							Panorama
							Monte Castelo
					Tupi Paulista		Nova Guataporanga
							Paulicéia
							Santa Mercedes
							São João do Pau D'Alho

Fonte: IBGE, 1972.

Org.: Carla de Souza Leão

Novas mudanças ocorrem na análise da REGIC de 1987, Tupi Paulista foi desta vez classificada como Centro de Zona, e sua influência se estende para os municípios de Monte Castelo e Panorama. Junqueirópolis, também ascende na hierarquia urbana sendo classificado como Centro de Zona e passa a influenciar o município de Irapuru, e é influenciado duplamente pelos centros sub-regionais de Adamantina e Dracena.

Quadro 3: Região de Influência das Cidades – 1987

Metrópol e Regional	Centro sub-metropolitano	Capital Regional	Centro Sub-Regional	Centro de Zona	Municípios Subordinados
São Paulo		Marília e President e Prudente	Adamantina	Junqueirópolis	Irapuru
			Dracena	Ouro Verde	
				Tupi Paulista	Nova Guataporanga
					Monte Castelo
					Panorama
					Paulicéia
					Santa Mercedes
					São João do Pau D'Alho
				Junqueirópolis	Irapuru

Fonte: IBGE, 1987.

Org.: Carla de Souza Leão

Quadro 4: Região de Influência das Cidades – 1993

Máximo	Muito Forte	Forte	Forte Médio	Médio	Médio p/ Fraco	Fraco	Muito Fraco
São Paulo	Presidente Prudente			Dracena			Junqueirópolis Monte Castelo Nova Guataporanga Ouro Verde Panorama Paulicéia Santa Mercedes São João do Pau D'Alho Tupi Paulista

Fonte: IBGE, 1993.

Org.: Carla de Souza Leão

No estudo da REGIC de 1993, os centros da região passam a ser influenciados diretamente por Dracena, e Junqueirópolis e Tupi Paulista passam a ser classificados como centros de grau muito fraco de influência. No estudo de 1993, coincide a regionalização oficial das regiões de Governo e Administrativa, com os níveis de influência da REGIC.

Quadro 5:Região de Influência das Cidades – 2007

Grande Metrópole Nacional	Capital Regional A	Capital Regional B	Capital Regional C	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional B	Centro de Zona A	Centro de Zona B	Centro Local
São Paulo			Presidente Prudente			Dracena		Flora Rica Irapuru Junqueirópolis Monte Castelo Nova Guataporanga Ouro Verde Panorama Paulicéia Santa Mercedes São João do Pau D'Alho Tupi Paulista

Fonte: IBGE, 2008.

Org.: Carla de Souza Leão

No último estudo publicado pelo IBGE em 2008 sobre a rede urbana, a configuração regional se confirma, porém os municípios de Flora Rica e Irapuru,

que oficialmente fazem parte da Região de Governo de Adamantina aparecem sobre a influência de Dracena. O município de Flora Rica aparece pela primeira vez nos quadros, enquanto que Irapuru também no estudo de 1987, tendo a influência direta de Junqueirópolis e reaparece agora sob a influência de Dracena.

Observarmos ainda que os municípios que atualmente compõem a R.G. de Dracena eram influenciados inicialmente pela cidade de Marília, e na REGIC de 1987, aparece a influência da cidade de Presidente Prudente, além da influência de Marília, esta última não é mais observada nos estudos posteriores.

Dentre as causas que condicionaram para que esses municípios estivessem ligados inicialmente ao município de Marília, temos a própria configuração da rede ferroviária e rodoviária¹⁰, e a influência de Presidente Prudente sob a região se deve, ao menos em parte, a configuração da Região Administrativa de Presidente Prudente, no qual foram incluídos os municípios.

A divisão do Estado em Regiões Administrativas foi efetuada através do Decreto 48.162 em 1967, mesmo antes da publicação do estudo do IBGE em 1972, e adquiriu “um papel importante no contexto da organização regional paulista na medida em que induzia através do processo de planejamento uma hierarquia urbana modelizada” (SILVA NETO, 1998, p.107)

Posteriormente também foram criadas as chamadas Regiões de Governo pelo poder público estadual como política de descentralização do Estado dos serviços de administração públicos, em 29/11/1984 por meio do decreto 22.970, sendo uma subdivisão das Regiões Administrativas, e passaram a conviver em um novo padrão da organização espacial para a administração pública. (SEADE, 2003). Em 1987, o Decreto nº. 26.581, compatibilizou as Regiões de Governo com as Regiões Administrativas, que passaram a ter os mesmos limites.

A própria ação da instituição das Regiões Administrativas baseou-se na análise da rede urbana e de delimitação de áreas e núcleos a partir dos quais se efetivasse a descentralização administrativa e se promovesse o planejamento (SOUZA, 1976). As Regiões de Governo foram delimitadas nos mesmos moldes das Regiões Administrativas, porém em um contexto onde a descentralização foi um instrumento para a democratização e as políticas de planejamento perderam

¹⁰ A principal rodovia que dá acesso a RG de Dracena é a SP-294 (Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros), que se estende de Bauru até Panorama, passando pela cidade de Marília. Semelhante é o traçado da estrada de ferro da Cia. Paulista.

forças. A regionalização elaborada nesses moldes ao mesmo tempo em que, tem como base a rede urbana, reforça as centralidades já existentes no âmbito da rede, assim como também pode induzir a formação de hierarquias.

Duarte e Navarro (2009), ao fazerem uma análise das transformações ocorridas na hierarquia das cidades paulistas, tendo como referência a REGIC de 2007, com relação a regionalização oficial do estado, concluíram que, excetuando-se ACPs (Áreas de Concentração da População),

Para o restante dos municípios paulistas, os resultados do *REGIC* demonstram que o atual recorte político administrativo do estado guarda significativa coerência com o relacionamento existente entre os municípios, principalmente no que se refere ao recorte territorial das RA's. De forma geral, o que os resultados do *REGIC* sugerem é, eventualmente, um ajuste nas fronteiras das atuais regiões. (DUARTE; NAVARRO, 2009, p.83)

É de se esperar que regionalização oficial não se altere tão rapidamente quanto a realidade, e qualquer nova proposta de regionalização conterà em si elementos da regionalização anterior. De acordo com Silva Neto (1998,)

a essa regionalização chamou-se “matriz regional”. Ela é constituída pelo quadro de municipalidades existentes e pelos agrupamentos regionais criados pelo Estado a partir da rede urbana que é, também resultado da formação sócio-espacial. (SILVA NETO, 1998, p. 127)

Mas, no caso da Região de Governo de Dracena, a atual configuração não corresponde a sua região de influência, composta também pelos municípios de Flora Rica e Irapuru, o que sugere para uma possível incorporação destes municípios na RG de Dracena.

Essa relação de polarização da cidade de Dracena em relação às demais se deve, como veremos mais à frente, a oferta de serviços especializados e mais diversificados, e em serviços educacionais. Dracena conseguiu, ainda, através de investimento de capitais locais, o desenvolvimento de algumas atividades industriais, já nas décadas de 1960 e 1970, nos setores agroindustriais, de metalurgia e transformação, e moveleiro.

Panorama e Paulicéia também tiveram um maior desenvolvimento de atividades industriais como as de cerâmica vermelha (telhas e tijolos), que

conseguiram se desenvolver pela proximidade com a matéria-prima; ainda mais recentemente essas cidades foram favorecidas pelo desenvolvimento de atividades turísticas e de pesca desenvolvidas às margens do Rio Paraná, e pelas atividades desenvolvidas no Porto de Panorama que liga o Estado de São Paulo a Brasilândia no Mato Grosso do Sul, o que pode explicar o seu aumento populacional, entretanto essas funções não foram capazes de garantir um papel mais central na rede urbana. Mais recentemente, a ponte sobre o rio Paraná¹¹ recém concluída que liga o município de Paulicéia ao de Brasilândia é cogitada como algo que poderá trazer impactos ao município e a região, e talvez traga algumas alterações à dinâmica da rede urbana-regional.

Diante do exposto podemos inferir que o próprio processo de formação socioespacial das cidades favoreceu para que Dracena, já se inserisse desde o princípio em posição mais central na rede urbana, na medida em que os próprios loteadores conseguiram influenciar para que Dracena estivesse mais equipada para o fornecimento de bens e serviços (inclusive os serviços públicos, como vimos anteriormente a estratégia utilizada para a construção do fórum na cidade), como também conseguiram atraíam maiores investimentos de capitais privados para a cidade. Esta situação apenas se consolida com a elevação da cidade a sede de região de Governo.

2.3 Características socioeconômicas nas pequenas cidades da Região de Governo de Dracena

Embora os municípios da região de Governo de Dracena se caracterizam por terem uma dinâmica econômica voltada, principalmente, para a prestação de serviços, apresentam-se com algumas diferenciações internas em relação dinâmica e aos indicadores sociais, como veremos neste subcapítulo.

Analisando os dados sobre o PIB dos municípios da Região, Dracena é o que apresenta o maior PIB e a maior participação no PIB do Estado, seguido pelo município de Junqueirópolis e Panorama, e juntos somam 68,51% do PIB regional. O município de Monte Castelo é o que apresenta o maior PIB per capita,

¹¹ A ponte é uma obra compensatória para as cidades afetadas pela formação do reservatório da UHE Sergio Motta. O acordo foi firmado entre a Companhia Energética de São Paulo (Cesp) e a Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista (AMNAP) em julho de 1998. O objetivo da obra é facilitar o escoamento da produção do Mato Grosso do Sul até o porto de Santos.

seguido pelo município de Dracena e de Paulicéia. Por outro lado, Nova Guataporanga é o município com o menor PIB total (1,23% do PIB regional) e também com o menor PIB per capita, que está entre os 40 municípios com menor PIB per capita do Estado. De modo geral, todos os municípios da região têm um PIB bem menor do que PIB per capita estadual, que é de 24.457,00 reais.

Tabela 3: PIB nos municípios da Região de Governo de Dracena em 2008.

Município	PIB total (em milhões de reais)	PIB per capita (em reais)	Participação (%) no Estado de SP
Dracena	496,76	11.292,91	0,049527
Junqueirópolis	191,52	9.714,48	0,019095
Monte Castelo	48,8	11.816,36	0,004865
Nova Guataporanga	14,61	6.713,09	0,001456
Ouro Verde	64,56	7.996,49	0,006437
Panorama	121,48	8.376,80	0,012112
Paulicéia	60,95	10.600,57	0,006077
Santa Mercedes	23,63	9.030,34	0,002356
São João do Pau D'Alho	22,69	10.354,08	0,002262
Tupi Paulista	136,96	9.578,79	0,013655
Total	1.181,97	10.064,26	0,117841

Fonte: SEADE, Informações dos Municípios Paulistas, 2010.

Org.: Carla de Souza Leão

O PIB como total dos bens e serviços produzidos permite que avaliemos o crescimento econômico dos municípios; entretanto, para analisarmos a importância de cada setor econômico utilizamos das informações sobre o Valor Adicionado. Na região a maior participação no valor adicionado é em relação aos serviços, 75,54 % do valor adicionado total, seguido pela indústria com 16,68%, e em último a agropecuária com 7,77%. Isso demonstra como realmente se alterou a dinâmica econômica da região, pois como vimos, durante o processo de formação socioespacial da região, a agricultura era a atividade econômica mais importante.

Dracena é o município com maior valor adicionado total enquanto Nova Guataporanga é o município com menor valor adicionado total. O município com maior participação percentual na agropecuária é Santa Mercedes, com 26,23%; na indústria é o município de Paulicéia com 24,61%; e no setor de serviços é o município de Dracena com 79,62%. Em valores absolutos, o município de

Dracena apresenta valores adicionados muito superiores na indústria e na prestação de serviços que os demais.

Tabela 4: Valor Adicionado Total e por setor econômico em 2008.

Município	Valor Adicionado (em milhões de reais correntes)						
	Total	Agropecuária	%	Indústria	%	Serviços	%
Dracena	453,32	15,42	3,4	76,98	16,98	360,92	79,62
Junqueirópolis	175,05	16,9	9,65	24,34	13,91	133,81	76,44
Monte Castelo	45,55	9,68	21,26	5,85	12,84	30,02	65,91
Nova Guataporanga	14,03	1,41	10,03	1,5	10,7	11,12	79,27
Ouro Verde	60,77	7,89	12,99	13,6	22,38	39,28	64,63
Panorama	112,57	4,92	4,37	17,25	15,33	90,39	80,3
Paulicéia	55,91	7,65	13,68	13,76	24,61	34,5	61,71
Santa Mercedes	22,72	5,96	26,23	2,01	8,86	14,75	64,9
S. J. do Pau D'Alho	21,36	3,45	16,17	3,97	18,57	13,94	65,26
Tupi Paulista	127,32	11,35	8,91	22,37	17,57	93,6	73,52
Total	1.088,60	84,64	7,77	181,63	16,68	822,33	75,54

Fonte: SEADE, Informações dos Municípios Paulistas, 2010.
Org.: Carla de Souza Leão

Para a caracterização das pequenas cidades tentamos avançar para pensar além do posicionamento na hierarquia urbana ou crescimento econômico, buscando dados que pudessem nos dar uma dimensão sobre o desenvolvimento dos municípios pertencentes a região de Governo de Dracena.

Neste sentido, o desenvolvimento durante muito tempo foi tido como sinônimo de crescimento econômico, passível de ser medido através do crescimento do PIB. Alguns autores, como Boisier (1997), consideram o crescimento econômico como algo necessário ao desenvolvimento, mas o crescimento não seria o fim, é necessário transformá-lo em desenvolvimento.

Consideramos que o desenvolvimento teria, em si, a multidimensionalidade, onde todas as dimensões possuem importância, não se privilegiando uma em detrimento da outra. Fernandes (2005) chama isso de desenvolvimento territorial e, segundo ele, é processo multidimensional que envolve diversos segmentos e instituições; nele está contida a utopia da equidade e não se dissocia o homem da natureza, presumindo-o na condição de sujeito. E ainda de acordo com Fernandes (2005), o desenvolvimento territorial não tolera

políticas compensatórias, pois elas são setoriais, e assim não promovem a liberdade; enfim, o desenvolvimento territorial propõe políticas afirmativas.

Na tentativa de mensurar o desenvolvimento, adotamos a metodologia já utilizada por Bordo (2006); Vieira (2009); Bellentani (2010) que se utilizaram dos índices de IDH - Índice de Desenvolvimento Humano; e por Bordo (2006) que utilizou o IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social, que são indicadores elaborados com base não só nos dados de crescimento econômico e renda, mas também avaliam índices de longevidade e educação.

Apesar desses indicadores ainda não contemplarem a análise de diversas outras dimensões importantes para o desenvolvimento e do risco na transcrição de informações em simples dados numéricos, servem de parâmetros a partir dos quais se pode estabelecer algumas comparações entre os diferentes municípios.

O IDH é resultado de uma média aritmética com base nos índices de longevidade, educação e renda per capita; com o resultado da média aritmética tem-se valores que vão de 0 a 1, sendo que 0 é o pior índice e 1 o melhor, a partir do IDH, os municípios podem ser classificados em um *ranking*. De acordo com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) os valores do IDH são considerados de baixo desenvolvimento humano se menor que 0,500; médio desenvolvimento humano quando entre 0,500 e 0,800; e elevado desenvolvimento humano se superior a 0,800.

Tabela 5: IDH nos municípios da Região de Governo de Dracena.

Município	Em 1980	Em 1991	Em 2000
Dracena	0,724	0,737	0,800
Junqueirópolis	0,635	0,685	0,766
Monte Castelo	0,621	0,681	0,743
Nova Guataporanga	0,577	0,678	0,740
Ouro Verde	0,582	0,644	0,723
Panorama	0,627	0,695	0,783
Paulicéia	0,593	0,672	0,754
Santa Mercedes	0,572	0,666	0,741
São João do Pau D'Alho	0,612	0,676	0,754
Tupi Paulista	0,704	0,722	0,792

Fonte: SEADE, Informações dos Municípios Paulistas, 2009.

Org.: Carla de Souza Leão

Analisando a tabela 14, é possível observar que de modo geral houve melhoras significativas no índice em todos os municípios entre o período de 1980 e 2000, sendo que Dracena sempre apresentou melhores resultados, seguido pelo município de Tupi Paulista.

De acordo com a classificação do PNUD, a região sempre esteve com índice mediano de desenvolvimento humano, e embora não haja diferenças tão significativas, mesmo no ano 2000, vemos os municípios que apresentavam melhores índices eram aqueles que possuem mais de 10.000 habitantes.

Outro índice, desta vez elaborado pela fundação SEADE para medir o desenvolvimento é o IPRS, que considera as mesmas dimensões do IDH (riqueza, longevidade e escolaridade), todavia classifica os municípios segundo grupos qualitativos, conforme o quadro 6.

Nele observamos que também se priorizou a dimensão econômica em relação às demais, pois só os municípios que apresentam alta riqueza são classificados no Grupo 1 e 2, e mesmo os municípios que apresentarem alta escolaridade e alta longevidade são classificados no Grupo 3.

Quadro 6: Critérios adotados para a formação dos grupos de municípios de IPRS.

Grupo	Categorias
<i>Grupo 1</i>	Alta riqueza, alta longevidade e média escolaridade. Alta riqueza, alta longevidade e alta escolaridade. Alta riqueza, média longevidade e média escolaridade. Alta riqueza, média longevidade e alta escolaridade.
<i>Grupo 2</i>	Alta riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade. Alta riqueza, baixa longevidade e média escolaridade. Alta riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade. Alta riqueza, média longevidade e baixa escolaridade. Alta riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade.
<i>Grupo 3</i>	Baixa riqueza, alta longevidade e alta escolaridade. Baixa riqueza, alta longevidade e média escolaridade. Baixa riqueza, média longevidade e alta escolaridade. Baixa riqueza, média longevidade e média escolaridade.
<i>Grupo 4</i>	Baixa riqueza, baixa longevidade e média escolaridade. Baixa riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade. Baixa riqueza, média longevidade e baixa escolaridade. Baixa riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade.
<i>Grupo 5</i>	Baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade.

Fonte: Fundação SEADE. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, 2002.

Em cada uma das três dimensões, foram criados indicadores sintéticos, que são expressos em uma escala de 0 a 100, que constituem uma combinação linear das variáveis selecionadas e permitem a hierarquização dos municípios de acordo com cada dimensão (SEADE, 2004).

Na tabela 7 temos a classificação dos municípios da região segundo os grupos. Observamos que os municípios da região se classificam entre os grupos 3 e 4, exceto o município de Panorama que foi classificado no Grupo 5, durante todo o período, e o município de Paulicéia que também ficou no Grupo 5 no ano 2000.

Analisando as dimensões separadamente, é possível observar melhor as diferenças entre os municípios. Na dimensão riqueza, conforme tabela 7, observa-se que Dracena se destaca em relação aos demais durante todo o período, mas também Junqueirópolis e Tupi Paulista apresentam bom desempenho. Nesta dimensão, em certa medida, podemos relacionar tamanho populacional e riqueza, já que os municípios que apresentam média acima de 30 são aqueles com mais de 10.000 habitantes.

Tabela 6: Municípios segundo os Grupos do IPRS.

Município	2000	2002	2004	2006
Dracena	3	3	4	4
Junqueirópolis	3	4	3	3
Monte Castelo	4	4	3	3
Nova Guataporanga	3	4	3	3
Ouro Verde	3	4	3	4
Panorama	5	5	5	5
Paulicéia	5	4	4	4
Santa Mercedes	4	3	3	3
São João do Pau D'Alho	3	3	3	3
Tupi Paulista	3	3	3	4

Fonte: SEADE, Informações dos Municípios Paulistas, 2009.

Org.: Carla de Souza Leão

Tabela 7: Municípios segundo dados de riqueza do IPRS

Município	2000	2002	2004	2006	média
Dracena	43	35	37	39	38,5
Junqueirópolis	36	30	31	34	32,75
Monte Castelo	29	23	25	26	25,75
Nova Guataporanga	25	18	19	24	21,5
Ouro Verde	27	24	25	29	26,25
Panorama	36	29	29	31	31,25
Paulicéia	34	29	27	28	29,5
Santa Mercedes	29	26	26	24	26,25
São João do Pau D'Alho	31	26	27	30	28,5
Tupi Paulista	38	32	32	34	34

Fonte: SEADE, Informações dos Municípios Paulistas, 2009.

Org.: Carla de Souza Leão

Com relação à dimensão longevidade, este tipo de relação não é mais possível de estabelecer, visto que o município que apresenta o melhor índice, São João do Pau D'Alho, apresentando média de 84,75 pontos, tem uma população inferior a 2.000 habitantes, enquanto os municípios de Junqueirópolis e Tupi Paulista, que apresentam também bons índices, possuem população maior que 12.000 habitantes.

Dracena, que se destacou no índice riqueza, apresenta resultados medianos na dimensão longevidade quando comparada aos demais municípios.

Tabela 8: Municípios segundo dados de longevidade do IPRS

Município	2000	2002	2004	2006	Média
Dracena	65	67	67	70	67,25
Junqueirópolis	72	64	73	72	70,25
Monte Castelo	52	62	75	77	66,5
Nova Guataporanga	65	66	69	79	69,75
Ouro Verde	66	61	69	65	65,25
Panorama	58	53	67	63	60,25
Paulicéia	61	52	59	65	59,25
Santa Mercedes	58	62	79	74	68,25
São João do Pau D'Alho	84	87	84	84	84,75
Tupi Paulista	68	80	73	59	70

Fonte: SEADE, Informações dos Municípios Paulistas, 2009.

Org.: Carla de Souza Leão

Em relação à escolaridade, na média os municípios melhores pontuados foram Tupi Paulista, Dracena, Nova Guataporanga e São João do Pau D'Alho, enquanto Panorama e Paulicéia tiveram a menor pontuação.

Tabela 9: Municípios segundo dados de escolaridade do IPRS

Município	2000	2002	2004	2006	Média
Dracena	54	70	68	71	65,75
Junqueirópolis	50	60	62	72	61
Monte Castelo	54	61	60	72	61,75
Nova Guataporanga	55	66	60	75	64
Ouro Verde	44	54	59	66	55,75
Panorama	37	40	50	56	45,75
Paulicéia	33	51	54	66	51
Santa Mercedes	46	60	71	70	61,75
São João do Pau D'Alho	48	68	64	70	62,5
Tupi Paulista	59	71	76	84	72,5

Fonte: SEADE, Informações dos Municípios Paulistas, 2009.

Org.: Carla de Souza Leão

Ficou nítido que Dracena apresenta um crescimento econômico maior, mas isso não significa que o desenvolvimento seja maior, se este não trazer benefícios diretos à sua população. Mesmo sendo mais dinâmica economicamente, persistem nela sinais de desigualdade que talvez fossem melhor captadas se a analisássemos também a partir da escala do interurbano, contudo não há como negar que seu dinamismo e seu posicionamento na rede urbana tem contribuído para que seu crescimento econômico seja maior que nos demais municípios, principalmente em relação a indústria e a prestação de serviços.

Capítulo 3:
A produção e a circulação
na região de Governo de Dracena.

3.1 A produção no campo

Como vimos anteriormente, a compreensão da rede urbana passa pela divisão territorial do trabalho, que pode ser verificada, não apenas entre as diferentes cidades, incluindo-se ainda as relações entre a cidade e o campo. A região de Governo de Dracena teve como um dos elementos de sua formação a especulação fundiária, com a promoção do loteamento de terras por empresas e grandes proprietários rurais individuais, favorecendo para que a pequena e a média propriedade fossem as principais unidades de produção.

Vimos, ainda, que nas pequenas e médias propriedades, os principais produtos agrícolas na região eram o café, o algodão para o abastecimento da indústria têxtil, e os gêneros alimentícios como o milho, arroz, feijão e mandioca. Os pequenos núcleos que se formaram, estavam diretamente ligados a estas atividades.

Nas tabelas 10 e 11, vemos como esteve conformada a estrutura fundiária dos municípios da região na década de 1960 e nos anos de 2007/2008. Observamos que na década de 1960, 97,15% das propriedades na região possuíam até 100 hectares e ocupavam aproximadamente 53,01% da área total da região. No entanto, neste mesmo período havia também a presença de algumas propriedades grandes, com áreas acima de 500 hectares, que embora compusessem apenas 0,77% do número total de propriedades ocupavam uma área correspondente a 42,04% da área total de propriedades na região.

No mesmo período observa-se que o município com maior percentual de pequenas propriedades é Ouro Verde, cuja 77,67% do total de propriedades possuíam até 10 hectares. O município com menos concentração de terras na região era Nova Guataporanga, cujas propriedades com até 100 hectares ocupavam 71,02% da área total de propriedades rurais do município e correspondiam a 94,48% do número de propriedades; as propriedades com tamanho entre 100 e 500 hectares correspondiam 5,52 do número total e ocupavam 28,97% da área total de propriedades, além do mais não havia propriedades com mais de 500 hectares no município.

Tabela 10: Estrutura Fundiária nos municípios da RG de Dracena em 1960.

Município	Hectares	Nº estabelecimentos	%	Área (ha.)	%
Dracena	até 10 ha.	1.514	70,06	7.961	20,86
	de 10 a 100 ha.	594	27,49	13.482	35,33
	de 100 a 500 ha.	44	2,04	9.673	25,35
	acima de 500	7	0,32	7.039	18,45
	Total	2.161	100	38.155	100
Junqueirópolis	até 10 ha.	1.430	61,66	7.891	16,76
	de 10 a 100 ha.	846	36,48	18.390	39,07
	de 100 a 500 ha.	33	1,42	6.944	14,75
	acima de 500	10	0,43	13.846	29,41
	Total	2.319	100	47.071	100
Monte Castelo	até 10 ha.	500	59,03	2.819	11,23
	de 10 a 100 ha.	321	37,90	8.376	33,37
	de 100 a 500 ha.	21	2,48	4.498	17,92
	acima de 500	5	0,59	9.410	37,48
	Total	847	100	25.103	100
N. Guataporanga	até 10 ha.	43	26,38	218	4,21
	de 10 a 100 ha.	111	68,10	3.459	66,81
	de 100 a 500 ha.	9	5,52	1.500	28,97
	acima de 500	-	-	-	-
	Total	163	100	5.177	100
Ouro Verde	até 10 ha.	988	77,67	6.270	28,80
	de 10 a 100 ha.	260	20,44	5.498	25,26
	de 100 a 500 ha.	19	1,49	4.376	25,10
	acima de 500	12	0,94	7.810	35,88
	Total	1.272	100	21.765	100
Panorama	até 10 ha.	85	30,46	556	1,62
	de 10 a 100 ha.	174	62,36	4.531	13,24
	de 100 a 500 ha.	12	4,30	2.155	6,29
	acima de 500	8	2,87	26.990	78,84
	Total	279	100	34.232	100
Paulicéia	até 10 ha.	18	18,37	84	0,33
	de 10 a 100 ha.	58	59,18	2.174	8,47
	de 100 a 500 ha.	7	7,14	1.207	4,70
	acima de 500	15	15,31	22.202	86,50
	Total	98	100	25.667	100
Santa Mercedes	até 50 ha.	76	22,62	523	2,89
	de 50 a 100 ha.	274	81,55	7.078	39,10
	de 100 a 500 ha.	12	3,57	2.418	13,36
	acima de 500	4	1,19	8.180	45,19
	Total	336	100	18.100	100
S. J. do Pau d'Alho	até 10 ha.	33	17,10	220	1,73
	de 10 a 100 ha.	142	73,57	3.801	29,82
	de 100 a 500 ha.	14	7,25	2.668	20,93
	acima de 500	3	1,55	6.055	47,50
	Total	193	100	12.747	100
Tupi Paulista	até 10 ha.	444	47,74	2.400	11,00
	de 10 a 100 ha.	465	50,00	12.084	55,40
	de 100 a 500 ha.	19	2,04	3.818	17,50
	acima de 500	2	0,21	3.509	16,10
	Total	930	100	21.811	100
Total	até 10 ha.	5.131	59,68	83.986	27,34
	de 10 a 100 ha.	3.245	37,47	78.873	25,67
	de 100 a 500 ha.	190	2,21	39.257	12,78
	acima de 500	66	0,77	105.041	34,19
	Total	8.598	100	307.157	100

Fonte: IBGE. Censo Agrícola (1960)
Adaptado de: Fresca (1991, p.91)
Organizado por: Carla de Souza Leão.

Os municípios com maiores concentração de terras na região eram Panorama e Paulicéia, cujas propriedades com mais de 500 hectares correspondiam a 2,87% do número total de propriedades em Panorama, mas ocupava área de 78,84% do total do município, e no município de Paulicéia as propriedades acima de 500 hectares correspondiam a 15,31% do número total de propriedades e ocupavam 86,50% da área total de propriedades no município.

Embora na tabela 10 e 11 haja diferenças em relação às classes dos tamanhos das áreas, na tabela 10 temos classe de até 10 hectares e de 10 a 100, enquanto na tabela 11 temos classe de até 50 hectares e de 50 a 100 hectares, pois os dados foram produzidos por instituições diferentes. Mesmo assim é possível estabelecer algumas comparações entre os períodos, pois vemos que de modo geral houve um aumento na concentração fundiária na região. Houve uma diminuição no número total de propriedades, principalmente para as propriedades de até 100 hectares, enquanto que cresceu o número de propriedades com mais de 500 hectares.

Nos anos de 2007/2008, os municípios de Nova Guataporanga, São João do Pau D'Alho e Tupi Paulista apresentaram uma maior participação no número de pequenas propriedades com até 50 hectares, acima de 90% do total.

Panorama continua sendo o município com a maior concentração fundiária da região, com 17 propriedades com mais de 500 hectares, que ocupam 63,67% da área total de propriedades no município. Enquanto isso, em Paulicéia se registrou uma pequena diminuição na concentração, com um aumento no número de propriedades com até 100 hectares, que hoje compõem o 80,42% do total de propriedades, em 1960 esse número era de 77,55% do total, conseqüentemente a área ocupada por estas propriedades também aumento, antes correspondiam a 8,8% da área total e em 2007/2008 corresponderam a 13,43%. Mesmo assim Paulicéia continua sendo junto a Panorama o município com alta concentração, em que 14 propriedades com mais de 500 hectares ocupam 54,31% da área total do município.

Tabela 11: Estrutura Fundiária nos municípios da RG de Dracena em 2007/2008

Município	Hectares	Nº UPAs	%	Área (ha.)	%
Dracena	até 50 ha.	872	85,15	10.067,7	22,25
	de 50 a 100 ha.	69	6,74	4.689,8	10,36
	de 100 a 500 ha.	70	6,84	16.198,1	35,8
	acima de 500	13	1,27	14.291,9	31,59
	Total	1.024	100	45.247,5	100
Junqueirópolis	até 50 ha.	1.019	85,06	15.460,9	29,56
	de 50 a 100 ha.	83	6,93	5.926,3	11,33
	de 100 a 500 ha.	83	6,93	16.995,2	32,49
	acima de 500	13	1,09	13.918,9	26,61
	Total	1.198	100	52.301,3	100
Monte Castelo	até 50 ha.	363	84,34	6.523,2	29,4
	de 50 a 100 ha.	37	7,94	2.548,5	11,48
	de 100 a 500 ha.	30	6,44	5.758,7	25,95
	acima de 500	6	1,29	7.360,3	33,17
	Total	466	100	22.190,7	100
N. Guataporanga	até 50 ha.	152	92,12	2.175,9	55,77
	de 50 a 100 ha.	6	3,64	431,2	11,05
	de 100 a 500 ha.	7	4,24	1.294,4	33,18
	acima de 500	0	0	0	0
	Total	165	100	3.901,5	100
Ouro Verde	até 50 ha.	267	77,17	4.370,2	16,27
	de 50 a 100 ha.	27	7,80	1.973,9	7,35
	de 100 a 500 ha.	41	11,85	10.131,1	37,72
	acima de 500	11	3,18	10.382,0	38,66
	Total	346	100	26.857,2	100
Panorama	até 50 ha.	158	69,60	2.807,5	8,72
	de 50 a 100 ha.	20	8,81	1.440,3	4,47
	de 100 a 500 ha.	32	14,10	7.449,5	23,14
	acima de 500	17	7,49	20.498,4	63,67
	Total	227	100	32.195,7	100
Paulicéia	até 50 ha.	181	77,02	2.933,1	11,15
	de 50 a 100 ha.	8	3,40	600,2	2,28
	de 100 a 500 ha.	32	13,62	8.483,7	32,36
	acima de 500	14	5,96	14.282,3	54,31
	Total	235	100	26.229,3	100
Santa Mercedes	até 50 ha.	144	70,59	3.007,5	18,66
	de 50 a 100 ha.	22	10,78	1.700,9	10,55
	de 100 a 500 ha.	33	16,18	6.051,1	37,54
	acima de 500	5	2,45	5.361,5	33,26
	Total	204	100	16.121,0	100
S. J. do Pau d'Alho	até 50 ha.	245	91,41	3.552,2	36,51
	de 50 a 100 ha.	9	5,45	626,0	6,43
	de 100 a 500 ha.	12	7,27	2.040,0	20,97
	acima de 500	2	1,21	3.510,9	36,09
	Total	268	100	9.729,1	100
Tupi Paulista	até 50 ha.	841	90,92	12.460,6	49,92
	de 50 a 100 ha.	55	5,95	3.673,5	14,72
	de 100 a 500 ha.	25	2,70	4.086,9	16,37
	acima de 500	4	0,43	4.740,0	18,99
	Total	925	100	24.961,0	100
Total	até 50 ha.	4.272	84,46	63.358,8	24,39
	de 50 a 100 ha.	336	6,64	23.610,6	9,09
	de 100 a 500 ha.	365	7,22	78.488,7	30,21
	acima de 500	85	1,68	94.346,2	36,31
	Total	5.058	100	259.804,3	100

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento – CATI/LUPA 2007/08

Adaptado de: Segatti (2009, p.76)

Organizado por: Carla de Souza Leão.

Tabela 12-A: Principais produtos agrícolas por área plantada (ha.) - 2007/08

Produto	Dracena	Junqueirópolis	Monte Castelo	Nova Guataporanga	Ouro Verde
Braquiária	26.976,1	29.181,9	15.165,9	2.791,0	15.959,3
Cana-de-açúcar	10.861,5	17.204,2	3.528,0	697,9	9.192,0
Café	672,6	721,4	117,1	103,2	115,9
Milho	606,4	97,6	123,4	4,9	14,0
Eucalipto	346,9	86,6	215,3	47,5	61,4
Urucum	6,6	149,3	786,3	49,2	61,2
Colonião	157,0	91,0	60,8	-	-
Seringueira	28,6	516,0	150,6	-	158,0
Feijão	363,3	21,2	4,8	-	-
Gramas	290,2	55,5	0,7	-	-
Amendoim	7,3	14,4	-	-	5,5
Manga	76,1	60,1	116,5	-	19,1
Mandioca	88,2	2,3	0,6	1,1	-
Acerola	62,8	176,8	-	-	-
Algodão	-	-	25,5	-	-
Uva Fina	18,4	18,1	3,0	2,1	-

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento – CATI/LUPA 2007/08
Org.: Carla de Souza Leão.

Tabela 12-B: Principais produtos agrícolas por área plantada (ha.) - 2007/08

Produto	Panorama	Paulicéia	Santa Mercedes	S. J. do Pau D'Alho	Tupi Paulista
Braquiária	24.500,8	12.325,9	10.999,0	8.224,4	16.983,3
Cana-de-açúcar	3.950,8	11.335,0	4.085,8	503,2	5.337,7
Café	6,5	0,3	26,9	86,4	672,6
Milho	88,1	38,1	207,1	-	56,7
Eucalipto	60,7	394,5	245,3	13,2	167,3
Urucum	0,7	32,1	5,0	384,3	230,1
Colonião	300,4	733,5	22,0	-	45,0
Seringueira	1,5	-	35,6	43,3	152,6
Feijão	-	25,9	19,0	-	98,8
Gramas	242,6	34,0	80,6	-	-
Amendoim	-	-	-	-	-
Manga	13,2	12,2	28,7	-	120,3
Mandioca	75,0	0,8	1,0	217,0	5,2
Acerola	-	-	2,0	-	3,6
Algodão	-	-	-	155,1	18,5
Uva Fina	-	-	-	-	173,5

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento – CATI/LUPA 2007/08
Org.: Carla de Souza Leão.

Em relação à produção agrícola, temos que em todos os municípios a principal cultura é a braquiária, principal gramínea utilizada na formação de pastagem para gado, que ocupa extensas áreas na região.

Em seguida, temos a cana-de-açúcar que ocupa mais de 10.000 hectares nos municípios de Junqueirópolis, Dracena, Paulicéia. A forte presença da cana-de-açúcar na região se deve as usinas de açúcar e álcool, no total de seis usinas, instaladas nos municípios de Paulicéia, Santa Mercedes, Dracena, Panorama e 2 em Junqueirópolis. Duas destas usinas começaram a operar na região no ano de 2010, outra em 2009, outra em 2007, e uma no ano de 2006 e no ano de 2001.

Deste modo, a implantação das usinas de açúcar e álcool na região fazem parte de uma dinâmica mais recente que, no entanto, não estão ligadas a uma lógica local de produção, mas sim, são cada vez mais externamente determinadas, como é o caso da produção de cana-de-açúcar, que tem se expandido em várias regiões do país para a produção do biocombustível, e freqüentemente estão ligadas ao investimento do capital externo¹²

No campo a produção monocultora da cana-de-açúcar em áreas cada vez mais extensas transforma as paisagens. O proprietário rural passa a não mais residir na propriedade, já que o arredamento da propriedade dispensa a sua mão-de-obra e proximidade nos cuidados de manutenção da área, enquanto que as cidades são ocupadas por um contingente enorme de trabalhadores temporários para o corte da cana-de-açúcar.

Muitos produtores locais, como demonstra Veloso (2008), criam estratégias para permanência, como a produção com base no trabalho familiar, trabalho de alguns membros fora da propriedade, obtenção de outras fonte de renda, participação em cooperativas e sindicatos e utilização de diferentes canais de comercialização, como meio de fugir da lógica externa que procura se impor. Uma destas estratégias foi a fruticultura, conforme demonstra Oliveira (2003), solução encontrada por pequenos produtores rurais na região, que tornou-se tão dinâmica e acabou consolidando-se pelo surgimento de empresas processadoras de frutas, como a Fruteza Sucos Naturais Ltda.

¹² Conforme Segatti (2009), os sócios a Usina da Alta Paulista Ltda. – USALPA localizada em Junqueirópolis são oriundos do Estado de Pernambuco, os sócios da Usina Caeté S.A. em Paulicéia são oriundos do Estado de Alagoas, e os da Usina Dracena de Açúcar e Álcool Ltda. e da Sociedade Agrícola Santa Mercedes, localizadas em Dracena e Santa Mercedes, respectivamente, são oriundos de outras regiões do Estado de São Paulo.

Observamos ainda que outras culturas se fazem presentes em praticamente todos os municípios, como a do café, milho, eucalipto, urucum, seringueira, feijão.

Tabela 13: Criação de bovinos de 1990-2009 (cabeças em 31/12)

Bovinos	1990	1995	2000	2005	2009
Dracena	40.698	55.487	55.213	51.256	43.162
Junqueirópolis	45.643	67.144	69.629	61.914	40.720
Monte Castelo	21.833	29.480	27.664	29.189	22.285
Nova Guataporanga	2.025	4.983	4.335	4.911	4.464
Ouro Verde	20.636	27.559	32.297	28.171	21.723
Panorama	24.537	34.282	33.411	32.936	27.812
Paulicéia	22.761	31.737	33.334	38.849	26.083
Santa Mercedes	17.623	17.919	17.915	19.014	16.590
São João do Pau D'Alho	5.432	11.043	11.470	12.993	7.821
Tupi Paulista	21.913	32.178	28.034	28.145	21.243
Total	223.101	311.812	313.302	307.378	231.903

Fonte: IBGE, 2010.
Org.: Carla de Souza Leão.

Outro dado interessante é a criação de bovinos na região, pois embora a maior parte das áreas da região seja recobertas por pastagens, há uma tendência de diminuição na criação de gado na região nesta última década, que tem como uma das motivações a substituição das pastagens pela cana-de-açúcar.

Na tabela 13, podemos observar que de 1990 até o ano 2000 houve um aumento de 40,43% no número de cabeças de gado na região, porém de 2000 a 2009 houve uma diminuição de 25,98% no número de bovinos na região. Os municípios que mais tiveram diminuição do rebanho foram Junqueirópolis (41,52%) e Ouro Verde (32,00%).

3.2 A produção industrial

Entendemos que a indústria é um elemento tão importante na análise da rede quanto a própria atividade comercial e a prestação de serviços. Não apenas porque é responsável pela produção cujo excedente irá circular pelo espaço, mas pela vida de relações que ela cria para a sua existência.

Embora a indústria, o comércio e os serviços estejam intrinsecamente relacionados, de modo que nos dias atuais eles são totalmente interdependentes,

através do recorte pela indústria é possível observar que outros níveis de relações se estabelecem no âmbito de uma rede urbana.

Assim como oferecimento de determinados serviços e o comércio explica muitas das relações que as pequenas cidades da região estabelecem entre si, a análise da indústria na rede urbana da região de Dracena vai ajudar a explicar as relações que se estabelecem na escala extra-regional, das cidades da região com as demais regiões do Estado e do país e, até mesmo, internacional, mas também as relações que a cidade estabelece com seu entorno imediato que é o campo.

Nessas cidades não há um processo de industrialização, onde este tipo de atividade predomine sobre as demais, pois como vemos na tabela 14, os estabelecimentos industriais compõem o menor percentual em qualquer um dos municípios; menos ainda se observa sobre eles os efeitos diretos da desconcentração industrial no estado de São Paulo, pois conforme Jurado da Silva (2011, p. 149), o que há na região é um processo de “*difusão espacial da produção*”, entendida enquanto dinâmica de *disseminação/instalação* de estabelecimentos industriais no espaço [...]”

Tabela 14: Número de Estabelecimentos em 2008.

Município	Comércio	Serviços	Indústria	Total/município
Dracena	649	398	94	1.141
Junqueirópolis	172	166	30	368
Monte Castelo	11	12	3	26
Nova Guataporanga	10	6	1	17
Ouro Verde	45	33	10	88
Panorama	150	17	93	260
Paulicéia	34	27	19	80
Santa Mercedes	8	11	3	22
São João do Pau D'Alho	8	7	1	16
Tupi Paulista	164	102	21	287
Total/Atividade	1.251	779	275	2.305

Fonte: SEADE, Informações dos Municípios Paulistas, 2009.
Org.: Carla de Souza Leão

Tabela 15-A: Tipo de estabelecimentos industriais em 2009

Município	Minerais não-metálicos	Indústria metalúrgica	Indústria mecânica	Eletrônica e de comunicação	Materiais de Transporte
Dracena	7	16	4	0	4
Junqueirópolis	3	2	0	0	1
Monte Castelo	0	0	0	0	0
Nova Guataporanga	0	0	0	0	0
Ouro Verde	4	1	0	0	0
Panorama	82	2	0	1	0
Paulicéia	13	0	0	0	0
Santa Mercedes	2	0	0	0	0
São João do Pau D'Alho	0	0	0	0	0
Tupi Paulista	1	1	0	0	1
Total	112	22	4	1	6

Fonte: PDET/Rais, 2009.
Org.: Carla de Souza Leão.

Tabela 15-B: Tipo de estabelecimentos industriais em 2009

Município	Madeira e mobiliário	Indústria química	Indústria têxtil	Indústria de calçados	Alimentos e bebidas	Total
Dracena	13	6	7	0	25	91
Junqueirópolis	3	0	6	1	11	30
Monte Castelo	0	0	0	0	3	3
Nova Guataporanga	0	0	0	0	0	0
Ouro Verde	0	1	1	0	3	10
Panorama	1	0	1	0	1	90
Paulicéia	0	0	0	0	3	16
Santa Mercedes	0	0	0	0	0	2
São João do Pau D'Alho	0	0	0	0	1	1
Tupi Paulista	3	1	4	0	9	21
Total	20	8	19	1	56	264

Fonte: PDET/Rais, 2009.
Org.: Carla de Souza Leão.

De modo geral, no que concerne às empresas industriais, a maioria dos estabelecimentos da Região de Governo de Dracena atua no ramo de minerais não metálicos, isso graças ao número empresas de cerâmica vermelha existentes na cidade de Panorama, na qual das 90 empresas registradas em 2009, 82

empresas eram do setor, que representam 31% das empresas na região.

Panorama e Dracena são os municípios que mais possuem empresas industriais, entretanto, enquanto Panorama apresenta uma especialização produtiva, Dracena apresenta ramos diversificados, com empresas nos setores de alimentos e bebidas, metalúrgicas, de madeira e mobiliário, minerais não metálicos e têxtil.

Por outro lado, os municípios de Monte Castelo, Santa Mercedes e São João do Pau D'Alho apresentam pouquíssimos estabelecimentos industriais, e mesmo Nova Guataporanga não tem nenhum.

Predominam, na região, os estabelecimentos de capital local e a história de sua constituição se confunde em muitos momentos com a história das cidades da região.

Realizamos no trabalho de campo a aplicação de um questionário para obtenção dos dados quantitativos e informações mais pontuais e, para questões mais abertas, foram realizadas entrevistas; ambos eram aplicados na mesma empresa. Para sua realização, procurou-se por empresas diversificadas, em relação ao tempo de atuação na cidade, aos tipos de produto fabricado e a sua importância para a região, embora várias empresas tenham ficado de fora, pois nem todas aceitaram nos conceder informações. A análise se focou, principalmente, no histórico de formação da empresa, sobre a localização e as interações que estas realizam com outros espaços, sejam outras cidades, seja com o campo.

Foram entrevistadas 10 representantes de empresas, sendo oito localizadas no município de Dracena, uma em Panorama e uma em Junqueirópolis. A opção por selecionar 10 empresas foi feita para que pudéssemos qualificar melhor as informações, deste modo não se trata de uma amostra estatística. Para isso buscou-se, dentro deste recorte, contemplar diferentes situações observadas inicialmente pelos dados secundários, por visitas aos sites das empresas e visitas iniciais de campo.

Deste modo selecionaram-se os estabelecimentos conforme segue o quadro 7:

Quadro 7: Características dos estabelecimentos entrevistados

Estabelecimentos	Município	Setor	Ano de instalação
Cerâmica Modelo Ltda.	Panorama	Minerais não-metálicos	1985
Fioravante Ind. Com. Exp. Imp. de Bebidas Ltda.	Dracena	Alimentos e bebidas	2005
Coimma – Com. e Ind. Mad. e Metal. S. Cristóvão Ltda.	Dracena	Madeira e metalúrgica	1951
Granol Ind. e Com. e Exportação S. A.	Junqueirópolis	Alimentos e bebidas	1959
Hidro-Mecânica Caçula Ltda.	Dracena	Metalúrgica	1960
Fruteza Sucos Naturais Ltda.	Dracena	Alimentos e bebidas	1992
Faima – Fab. de Impl. Agrícolas	Dracena	Madeira e metalurgia	1974
Dudel Ind. e Com. de Plásticos e Embalagens.	Dracena	Plásticos e Embalagens	1993
Medral Engenharia Ltda.	Dracena	Metalúrgica	1961
Formi Fruchi Ind. e Com. de Móveis Ltda.	Dracena	Madeira e mobiliário	1954

Fonte: Trabalho de Campo, 2010.
Org.: Carla de Souza Leão

De modo geral, elas se caracterizam por serem micro e pequenas empresas (se as classificarmos a partir do número de funcionários), porém algumas delas são consideradas empresas importantes no ramo em que atuam. A *Cerâmica Modelo*, localizada na cidade Panorama, por exemplo, é considerada a maior empresa no ramo de produção de blocos e telhas entre as 76 empresas que atuam na cidade. A *Fioravante Bebidas* é uma das mais recentes empresas a atuarem na região e sua origem está relacionada com as recentes transformações no campo na região, enquanto que a *Granol* teve sua produção fortemente ligada a produção de amendoim, cuja redução na matéria-prima levou a interromper a produção de óleo de amendoim e de confeitos. A *Hidro-Mecânica Caçula*, assim como a *Faima*, também teve sua origem ligada à dinâmica pretérita do campo, porém hoje ambas criam novas estratégias para se manterem no mercado. A *Coimma*, que é considerada a maior produtora no Brasil de balanças de bovinos e troncos de contenção animal, possui a maior planta industrial da cidade de Dracena. A *Fruteza*, por sua vez, é a que mais exporta na região. A *Dudel* é a única empresa de embalagens plásticas da região, a *Medral* engenharia surgiu em Dracena, mas com o seu crescimento, sua sede foi transferida para a capital

do Estado, e a *Form Frucchi* é uma das mais importantes empresas no setor de móveis, dentre as que aceitaram nos receber.

Vejamos, a seguir, como essas iniciativas (a formação de empresas industriais) foram engendradas na região:

A empresa de balanças e troncos bovinos *Coimma Comércio e Indústria de Madeira e Metalúrgica Ltda.* teve origem com senhor José Dansieri que foi de Tupã para Dracena em 1951 e instalou na cidade uma oficina de conserto de carroças. Ele começou trabalhando com carroças, pois naquele momento era o principal meio de transporte da região, utilizado tanto para o deslocamento de pessoas e como da produção agrícola para as cidades onde se fazia a comercialização. Mais tarde a família passou a fabricá-las, e posteriormente começaram a fabricar balanças. Naquele momento a fábrica ficava instalada em uma área periférica da cidade, mas com o crescimento da mesma, casas foram construídas no entorno, e surgiram problemas com vizinhos por causa do barulho, do pó de serragem; por isso, eles compraram o terreno às margens da rodovia SP-294, próximo da área onde foi instalado o distrito industrial.

Figura1: Vista aérea da COIMMA ao lado da SP-294



Fonte: site da empresa, 2010.

A mudança na produção de carroças para balanças de pesagem de bovinos se deu pelo aumento da atividade pecuária na região, e hoje é o principal produto da empresa. Recentemente, a dinâmica da produção sucro-alcooleira tem alterado esta realidade e, como veremos um pouco adiante, tem interferido nas

estratégias da empresa. A empresa continua em mãos da família e dois filhos do senhor José Dansieri trabalham nela.

O *Grupo Hidro-mecânica Caçula* também surgiu de modo semelhante, a partir da iniciativa do senhor Sérgio de Souza, ex-funcionário de uma oficina mecânica, que também foi de Tupã para Dracena na década de 1960, e começou fabricando bombas manuais utilizadas para retirar água de poços, atendendo a demanda das propriedades rurais da região, onde ainda não havia energia elétrica. Com a chegada da energia elétrica nas propriedades rurais, as bombas não eram mais necessárias e a fábrica passou a produzir itens de metalurgia para a pecuária, e hoje são produzidos esticadores para cerca, aquecedores de marcas e marcadores bovinos. Depois do falecimento do fundador, a direção da empresa passou a ser do filho dele, o senhor Sérgio Roberto.

A empresa *Indústrias Fudo de Óleos Vegetais S. A.* surgiu em Junqueirópolis em 1959, a partir da iniciativa da família Fudo, que era dona de uma das máquinas de beneficiamento agrícola da cidade e atuava no comércio de café e outros grãos. Depois, passou a fazer a extração do óleo de amendoim para o uso alimentício, combustível e o farelo era utilizado como ração animal. EM 1972, a empresa foi vendida e incorporada ao *Grupo Granol – Granol Indústria, Comércio e Exportação S.A.*, cujos sócios são das cidades de São Paulo, Presidente Prudente e Tupã, com sede em São Paulo e filiais em Tupã, Adamantina, Osvaldo Cruz, Lucélia, Pacaembu, Anápolis-GO e Dourados-MS, e conta, atualmente, com aproximadamente 1.700 funcionários no total. Na unidade de Junqueirópolis chegou a ter 337 mulheres só na seleção do amendoim na década de 1980. A importância desta unidade é claramente destacada na fala da senhora Neusa Sabatine (secretaria da diretoria):

[...] era muito grande a plantação de amendoim e isso foi até os anos de 96/97. Depois já praticamente desapareceu a cultura do amendoim na nossa região. Mas a Granol sempre adquiriu amendoim até em qualquer parte do Brasil para manter a fábrica rodando. E a única fábrica da extração de amendoim era aqui em Junqueirópolis, começou aqui e sempre manteve aqui. A Granol também importava amendoim do Paraguai, para manter a produção e era muito grande o fluxo de vendas de óleo de amendoim. (30/11/2010)

Figura 2: Mulheres trabalhando na seleção manual do amendoim para a fabricação de confeitos em Junqueirópolis.



Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

Mas devido à diminuição da produção de amendoim na região, a fábrica parou a produção em 1998, o que afetou profundamente a empresa, “a Granol chegou em 1994/1995, a comprar máquinas alemãs para estar melhorando a extração desse amendoim [...] mas não deu certo porque a gente não tinha matéria-prima suficiente.” (Neusa Sabatine, 30/11/2010).

Figura 3: Instalações da Granol em Junqueirópolis.



Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

Hoje, na empresa, mantém-se apenas a produção de ração animal que é para a alimentação dos animais nas fazendas do Grupo Granol no Estado de

Mato Grosso do Sul, que se trabalha com a criação de gado, produção de óleo de soja e de biodiesel. Em Junqueirópolis ainda se localiza o setor jurídico da empresa e a administração das fazendas, contando com 12 funcionários.

Já a *Formi Fruchi Indústria e Comércio de Móveis Ltda.*, localizada no distrito industrial de Dracena, foi fundada pelos irmãos Francisco Fruchi e Orlando Fruchi, que foram para lá desde Promissão-SP, onde antes trabalhavam na agricultura. Chegando em Dracena montaram um pequeno estabelecimento comercial e depois uma oficina de funilaria no fundo do quintal, em 1954 ainda no início da ocupação da região. Nela passaram a fabricar móveis cromados, como cadeiras e mesas sob encomenda. Posteriormente começaram a fabricar móveis em grande escala. Em 1988, com o apoio da prefeitura municipal, receberam um terreno de 20.000 m² no distrito industrial da cidade, próximo à rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (SP-294), e hoje conta com 70 funcionários. Fabricam, atualmente, camas para as redes de loja Magazine Luiza, Lojas Cem, Marabraz e J. Mahfuz.

Figura 4: Instalações da Formi Fruchi no distrito industrial de Dracena.



Fonte: Trabalho de Campo, 2010

A *FAIMA – Fábrica de Implementos Agrícolas Ltda.*, surgiu da iniciativa do senhor Kunio Fujisawa, que trabalhava numa oficina mecânica, que em 1974 montou fábrica de máquinas e implementos agrícolas, como carrocerias de carretas, com tanque reservatório ou caçambas, plataformas para tratores,

sulcadores, misturadores de sementes, rolo compactador de sementes, caixas d'água, guincho para tratores, enfim vários equipamentos utilizados para a produção agrícola e também pecuária. O senhor Kunio chegou a ser vereador da cidade de Dracena entre 1989-1992, e a empresa que hoje é administrada por seus filhos e netos, conta com sete funcionários apenas, isso porque com a expansão da monocultura canavieira, diminuiu a procura pelos seus produtos, e a empresa está mais voltada para a prestação de serviços, ou seja, mais no conserto de máquinas agrícolas do que na fabricação.

Figura 5: Instalações da FAIMA em Dracena



Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

A *Fruteza Sucos Naturais Ltda.* foi fundada pelos irmãos Olívio e Antonio Zanata em 1992, que anteriormente trabalhavam em uma concessionária de automóveis de Dracena e saíram da empresa e montaram a indústria de processamento de polpa de frutas e sucos, aproveitando a produção de frutas que se destacava entre os pequenos e médios produtores da região.

A empresa começou processando seis mil toneladas de fruta por hora, principalmente de maracujá, mas devido à suscetibilidade da fruta a fungos e bactérias e aos eventos climáticos, outras frutas produzidas na região começaram a ser processadas, como acerola, uva, manga, goiaba e abacaxi. Em 2002 foi criada uma segunda linha de produção e passou-se para 12 mil toneladas/hora, sendo que, atualmente, trabalha-se com 18 mil toneladas/hora. Hoje se produz o suco de fruta concentrado, antes se produzia apenas o suco integral. Toda a

matéria-prima é produzida num raio de 30 quilômetros da empresa, que está localizada na SP-294. A empresa emprega 34 funcionários, mas nos períodos de safra, como por exemplo, da manga que vai de setembro a março, são contratados mais 80 funcionários, que se revezam em três turnos. De acordo com a tabela 16, a Fruteza é a empresa que mais exportou em toda a região.

Tabela 16: Empresas exportadoras da RG de Dracena em 2009

Empresa	Município	Valor da exportação
Fruteza Sucos Naturais Ltda	Dracena	Entre US\$ 1 e 10 milhões
Farmochem - Produtos Farmoquímicos e Biológicos Ltda.	Dracena	Até US\$ 1 milhão
Coimma Com Ind. de Mad. Met. São Cristóvão Ltda.	Dracena	Até US\$ 1 milhão
Olivar dos Santos Cia Ltda.	Dracena	Até US\$ 1 milhão
Alta Paulista Indústria e Comércio Ltda.	Junqueirópolis	Até US\$ 1 milhão
Rio Vermelho - Açúcar e Alcool S.A.	Junqueirópolis	Até US\$ 1 milhão
Frigorífico Mirante do Paraná Ltda.	Panorama	Até US\$ 1 milhão
Frigorífico Mirante do Paraná Ltda.	Paulicéia	Até US\$ 1 milhão
RHJ Indústria e Comércio de Equipamentos Médicos Ltda.-M	Paulicéia	Até US\$ 1 milhão

Fonte: Secex - Secretaria do Comércio Exterior, 2009
Org.: Carla de Souza Leão, 2010.

A *Medral Engenharia Ltda.* foi fundada em 1961 pelo senhor Sérgio Gonzáles que saiu de Penápolis-SP. A princípio, a empresa prestava serviços de manutenção de motores elétricos, e aos poucos foi ampliando suas atividades e suas unidades de produção. Passou a atuar no ramo de energia elétrica, com as construções de redes elétricas nas áreas do município de Dracena e na venda de materiais elétricos. Atualmente, em Dracena, fabricam componentes e acessórios de transformadores, assim como os próprios transformadores.

Com o passar do tempo, outras empresas foram sendo compradas passando a integrar o Grupo Medral e outras filiais foram abertas, estando hoje presente em 13 cidades: no Estado de São Paulo, em Dracena, Itanhaém, Santa Izabel, São Paulo e Ubatuba; no Estado do Mato Grosso do Sul, em Andradina e Três Lagoas, e no Estado do Rio de Janeiro, em Itaboraí, Niterói, Petrópolis, Teresópolis, Resende e Rio de Janeiro. Em 1996, a empresa foi transferida para o distrito industrial de Dracena, localizado na rodovia SP-294. Em 2000, a gestão da empresa foi transferida de Dracena para a cidade de São Paulo, o que confirma o movimento de centralização espacial na metrópole paulista, conforme já demonstrado por Sposito (2004, p. 240), pois enquanto há uma tendência à desconcentração da atividade produtiva industrial da região metropolitana em relação ao Estado de São Paulo, e do Estado de São Paulo em relação as demais regiões do país, a região metropolitana mantém-se como forte centro da gestão empresarial.

Em 2008, o grupo se segmentou em quatro empresas: Medral Energia, Medral Equipamentos, Medral Geotecnologias e Medral Serviços, não apenas produzindo equipamentos de energia elétrica, mas prestando serviços em diversas áreas. As empresas contam com mais de 500 funcionários e, na unidade de Dracena, são 70 funcionários.

A Dudel Indústria e Comércio de Plásticos e Embalagens é uma empresa um pouco mais jovem, que foi fundada em 1993 pelos senhores Eduardo de Souza Alves e Alves Figueiredo Filho, ambos nascidos em Dracena, que antes de montarem a empresa trabalhavam como vendedores autônomos. Começaram

produzindo sacos plásticos lisos e bobinas plásticas, pois acharam que esses produtos apontavam para um mercado promissor e ainda não havia nenhuma indústria plástica na cidade. Depois, acrescentaram a linha de produção de sacos de lixos, que tem bastante procura e tem como matéria-prima o material reciclado. A empresa cresceu rapidamente, logo foi necessária a modernização das máquinas para tornar o processo produtivo mais rápido. Trabalham nela 50 funcionários e ela está abrindo uma nova unidade no Estado do Mato Grosso do Sul, onde está localizada a maior parte do mercado consumidor, para reduzir os custos com o transporte da produção.

A Fioravanti Indústria, Comércio, Exportação, Importação de Bebidas Ltda. surgiu em 2005, a partir da iniciativa do senhor André Fioravante, que residia em São Paulo, mas resolveu se mudar para Dracena para ajudar o pai na propriedade rural da família. Após a realização de alguns cursos, resolveu montar uma microdestilaria de aguardente, onde é produzida artesanalmente a “Cachaça Santa Catarina”. Na propriedade é cultivada a cana-de-açúcar em parceria com usinas da região, a idéia de produzir cachaça foi uma forma de aproveitar o plantio existente e agregar valor a propriedade produzindo algo que não tem concorrência na região.

Porque achei que podia ser um ramo que primeiro um projeto igual o nosso hoje aqui na região não tem, desconheço um projeto como o nosso, com essa capacidade produtiva de produção de aguardente em alambiques de cobre, que é um produto diferenciado, então com a capacidade de produzir mil litros por dia, a gente não vislumbrou nenhum lugar, um projeto igual o nosso, então achei que pudesse ser uma coisa a mais, e como achei que poderia ser um bom negócio, pra aproveitar a propriedade, pra agregar, eu resolvi investir na produção e na montagem do empreendimento. (André Fioravante, 30/11/2011).

Atualmente a Fioravante Bebidas conta com oito funcionários e a produção é vendida aos distribuidores e diretamente aos supermercados, bares e restaurantes. Há intenção de exportar a produção futuramente.

Outro exemplo de indústria presente na região são as de cerâmica vermelha presentes nos municípios de Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes e Ouro Verde.

A maior destas é a *Cerâmica Modelo Ltda.*, localizada na cidade de Panorama, que conta com o maior número de empresas do ramo na região.

A *Cerâmica Modelo Ltda.* foi fundada pelo senhor José Gonçalves, que viveu nas cidades Bauru e Tupã, antes de chegar a Panorama para trabalhar como advogado, e percebendo o potencial da cidade nesta atividade, devido à proximidade da matéria-prima, a argila, resolveu também abrir a sua própria empresa no ano de 1985, que acabou por se tornar a maior empresa da região.

A princípio fabricava-se apenas lajota para laje, e hoje são produzidas telhas e blocos estruturados. De lá pra cá foram introduzidos novos maquinários na produção e também inovações que se disseminaram entre as outras empresas do município como o uso da serragem residual de madeireiras nos fornos e, mais recentemente, tem-se utilizado o bambu, plantado pela própria empresa.

Atualmente, a empresa com 35 funcionários trabalha com a capacidade máxima, e ainda com a exploração de novas áreas de argila, existe a possibilidade de expansão da produção na região, mas para a Cerâmica Modelo seria necessária a criação de uma nova unidade de produção.

Dos estabelecimentos entrevistados percebemos que, no caso dos surgidos nas décadas de 1950, 1960 e 1970, tiveram por origem a iniciativa de pessoas que foram atraídas para a região pela sua condição de crescimento e dinamismo presentes na frente de pioneira. Vieram para trabalhar nos ofícios que conheciam, tentando montar um pequeno negócio, aliados às necessidades de determinados bens e serviços e oportunamente perceberam a possibilidade de expandir suas atividades. Ou seja, não surgem como empresários industriais, mas assim vão se tornando.

Na medida em que a dinâmica regional se altera e as necessidades se tornam outras, elas também alteram o seu produto e por isso permanecem no mercado, em alguns casos passam atender às demandas de outras regiões.

Já sobre as iniciativas, podemos dizer que as mais recentes, das décadas de 1980, 1990 e 2000, as empresas nascem como tal, produzindo até hoje o mesmo produto com o qual se iniciaram, ou com pequenas modificações. Sua relação com o local não é tão marcante, pois estão aproveitando uma condição de estarem próximas da matéria-prima e sua produção não está voltada para atender as demandas locais.

De qualquer modo, a indústria é o principal elemento que permite a existência de relações não-hierárquicas na rede urbana, permitindo que municípios de como Dracena, Junqueirópolis e Panorama mantenham relações

com outros estados, regiões e até mesmo com o exterior, atribuindo-lhes papéis que tem um alcance espacial muito maior. Conforme vemos no quadro 8, sobre a origem da matéria-prima e da destinação do produto, ela mantém relações com diferentes espaços, desde cidades próximas da região até para outros países para os quais a produção é exportada, passando por outras regiões do país.

Quadro 8: Origem da matéria-prima e destino da produção nos estabelecimentos entrevistados

Empresa	Produto	Origem	Destino
Cerâmica Modelo Ltda.	Telhas, lajotas e blocos estruturados	Própria região e Água Clara – MS	Andradina, Adamantina, Pres. Prudente-SP; Londrina-PR, Campo Grande, Dourados e Três Lagoas-MS; e Iturama e Campina Verde-MG.
Fioravante Bebidas	Aguardente/Cachaça	Própria propriedade	-
Coimma	Balanças rodoviárias, comerciais e para animais, troncos de contenção animal e móveis planejados.	Rio Branco – AC	Todo o Brasil, Paraguai, Costa Rica, Colômbia, México, Bolívia e Angola.
Granol	Óleos Vegetais comestíveis e biodiesel	-	-
Hidro-Mecânica Caçula Ltda	Esticadores para cercas, marcadores para animais e aquecedor de marcas.	Minas Gerais	São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rondônia, África, Paraguai e Uruguai
Fruteza Sucos Naturais Ltda.	Processamento de polpas de frutas	Própria região	Caçapava-SP, Americana-SP, Argentina, Estados Unidos, Israel, Japão, França e Alemanha.
Faima	Carretas Agrícolas e implementos para tratores (pá-carregadeira, guinchos, etc.)	Penápolis e Presidente Prudente	Presidente Prudente, Marília e Andradina.
Dudel	Embalagens plásticas: sacos, sacolas e bobinas.	Marialva-PR e Mogi-Guaçu-SP	Campo Grande-MS, Cuiabá-MT e interior do Estado de S. Paulo.
Medral	Tanques para transformadores elétricos e acessórios	Presidente Prudente, Bauru e Araraquara	Blumenau-SC; São Paulo, Jaú-SP; Manaus-AM, Cornélio Procopio-PR; João Pessoa-PB; Chile, Uruguai, Argentina e Colômbia.
Formi Fruchi	Camas	Cajamar-SP; Jaguariaíva-PR	São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, e Rio Grande do Sul.

Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

Org.: Carla de Souza Leão

Em algumas empresas observamos que as relações mantidas com o Estado do Mato Grosso do Sul são mais intensas e fortes do que mesmo com a

capital do Estado de São Paulo, fato que se explica não apenas pela proximidade geográfica desta região com o Estado do Mato Grosso do Sul, mas também pelas políticas de incentivos fiscais deste Estado, visando à atração de empresas principalmente sobre a indústria em geral, prática que ficou corrente no Brasil após a Constituição Federal de 1988, com a descentralização fiscal, transferindo a estados e municípios a responsabilidade de arrecadação de alguns impostos, gerando o fenômeno que ficou conhecido como “Guerra Fiscal”.

O surgimento de algumas iniciativas voltadas para o consumo produtivo no campo, principalmente entre as empresas mais antigas da região, revela o quão dinâmico foi o processo de ocupação ligado à produção agropecuária, fazendo com que os municípios tenham uma dinâmica econômica fortemente ligada ao campo, e não somente pela presença de agroindústrias, mas também outras empresas que têm sua produção voltada para o atendimento das demandas do campo, como por exemplo, madeireiras e metalúrgicas, como a *FAIMA*, a *Coimma* e a *Hidro-mecânica*. Podemos considerá-la em certa medida como uma região agrícola, com definiu M. Santos (1993), em que suas cidades são marcadas pela relação com o campo.

Os melhores exemplos de como as lógicas de produção externamente determinadas vêm afetando a dinâmica da produção são a *COIMMA*, a *Hidro-mecânica Caçula* e a *FAIMA*. As primeiras estão diretamente ligadas a uma dinâmica pretérita, mas ainda presente, da produção pecuária da região; já a terceira está ligada à dinâmica de atividades agrícolas mais diversificadas e atendendo principalmente as demandas da pequena e média propriedade rural. Entretanto, a substituição da pastagem e das atividades agrícolas em geral pela monocultura da cana-de-açúcar resulta no desaquecimento da atividade agropecuária, o que lança sobre as empresas novos desafios.

No caso da *COIMMA*, recentemente passou-se a investir em outros setores como a fabricação de móveis planejados e, no ano de 2010, lançou-se no mercado como incorporadores e construtores imobiliários com a criação da *COIMMA Empreendimentos Imobiliários Ltda.*, através da qual promoveu dois loteamentos residenciais em Dracena e a construção de prédio de quatro andares com quatro apartamentos por andar, conforme depoimento do senhor Lídio Galetti, gerente administrativo da empresa

[...] a cidade está crescendo, precisamos diversificar nosso produto, quem tem um produto só fica refém do mercado, [...] este ramo de empreendimentos aqui em Dracena é muito recente, começamos este ano, foi um ano de investimentos apenas, mas essa empresa já ta nascendo uma empresa modernizada, com equipamentos de última geração, a fabricação de móveis e o setor de empreendimentos imobiliários, estes sim são para atender a demanda regional [...] Mas nossa maior produção ainda é de balanças, mas temos que estar preparados para as mudanças do mercado. (Lídio Galetti, 30/11/2010)

No caso da *Hidro-mecânica Caçula* tem sido cogitada a possibilidade de transferência da empresa para outros estados, onde pudesse receber mais incentivos tributários e estivesse mais próximos do mercado consumidor. No caso da *FAIMA*, a empresa tem fabricado cada vez menos e se voltado para a prestação de serviços.

Essa dinâmica força as empresas da região a se adaptarem às alterações no campo para conseguir se manter no mercado, a exemplo da unidade de Junqueirópolis da *Granol* que parou de produzir o óleo de amendoim por falta da matéria-prima, e hoje mantém-se apenas pelas atividades administrativas.

Analisando o quadro 9, observamos ainda que, embora os estabelecimentos industriais da região permitam a existência de relações com outros espaços através da compra de matéria-prima e da destinação dos seus produtos, vemos que a indústria tem pouca força em criar esse tipo de relação através da mão-de-obra, mesmo que na escala intra-regional, pois a maioria dos funcionários que nela trabalham reside no próprio município onde estão instalados os estabelecimentos. Vemos que nos estabelecimentos entrevistados apenas 2,07% dos funcionários residem em municípios vizinhos, normalmente de municípios bem próximos como Tupi Paulista, Junqueirópolis, Ouro Verde e Nova Guataporanga. No próximo subcapítulo analisamos melhor a questão dos deslocamentos de pessoas na região.

Quadro 9: Origem dos funcionários dos estabelecimentos entrevistados

Empresa	Município de instalação	Nº. de funcionários	Nº funcionários que não residem no município de instalação	Municípios de origem
Cerâmica Modelo Ltda.	Panorama	35	0	-
Fioravante Ind. Com. Exp. Imp. de Bebidas Ltda.	Dracena	8	1	Ouro Verde
Coimma – Com. e Ind. Mad. e Metal. S. Cristóvão Ltda.	Dracena	102	1	Junqueirópolis
Granol Ind. E Com. e Exportação S. A.	Junqueirópolis	12	0	-
Hidro-Mecânica Caçula Ltda.	Dracena	96	2	Junqueirópolis e Nova Guataporanga
Fruteza Sucos Naturais Ltda.	Dracena	34	3	Tupi Paulista
Faima – Fab. de Impl. Agrícolas	Dracena	7	0	-
Dudel Ind. e Com. de Plásticos e Embalagens.	Dracena	50	0	-
Medral Engenharia Ltda.	Dracena	70	3	Tupi Paulista
Formi Fruchi Ind. e Com. de Móveis Ltda.	Dracena	70	0	-
Total		484	10	

Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

Org.: Carla de Souza Leão

Apesar desta última colocação, ainda podemos afirmar que a indústria na Região de Governo de Dracena insere as cidades na rede urbana como o elemento mais concreto e mediador da articulação da cidade com o campo e da cidade com outras cidades. Desde o princípio a indústria não apenas absorve a matéria-prima do campo, como a produção no campo também se adapta às suas necessidades. Neste sentido, ela determinou a organização da produção no campo, como é o caso mais recente com a agroindústria sucroalcooleira, que também impacta as cidades pelo grande fluxo migratório de trabalhadores, vindos a maioria da região nordeste do país, que trabalham principalmente no corte da cana-de-açúcar.

Mas também o campo determinará as funções das cidades, na medida em que consome insumos, maquinários, além da mão-de-obra, como é o caso das indústrias que produzem para o campo. Nesses casos, podemos afirmar que as relações na Região de Governo de Dracena são marcadas por uma forte complementaridade entre campo e cidade.

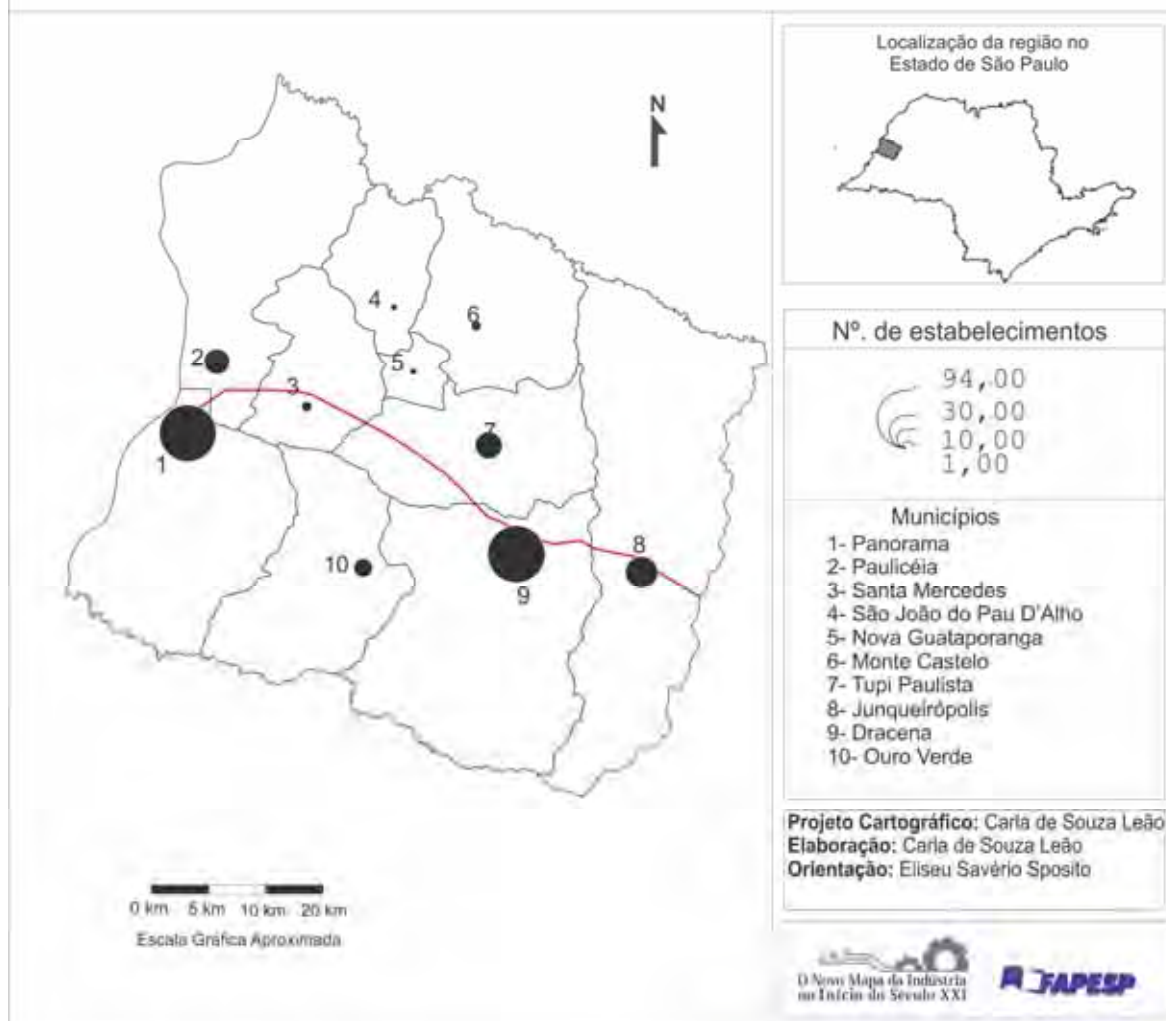
As indústrias locais podem até produzir interações espaciais que podem não ser perceptíveis pela população local, pelo modo como a indústria se relaciona com o lugar, muitas vezes com produção voltada para o atendimento de

demandas exógenas, se relacionando muito mais na escala nacional do que com o local, pois como afirmou de Jurado da Silva (2011, p. 258) em sua análise sobre a indústria e pequenas cidades

Velhos modelos explicativos da hierarquia urbana são afastados e aqui se adota o enfoque das interações espaciais diversas, uma vez que os centros pequenos, ao produzirem sua trama de relações no universo da mundialização, dão novo contorno ao processo de compreensão da espacialidade econômica [...]

Quanto ao eixo rodoviário, ele foi importante não apenas para o ganho de funções e o desenvolvimento da centralidade em algumas cidades principalmente Dracena facilitando as interações e os fluxos entre as cidades da região e com outras regiões. Como também a indústria na região só se desenvolveu nas cidades que são cortadas por ele. Nas demais cidades ela é incipiente, praticamente inexistente. Como verificamos no mapa 4, as cidades que apresentam um maior número de estabelecimentos industriais são Junqueirópolis, Dracena e Panorama. Entretanto, quando questionamos aos empresários sobre a importância da rodovia nas suas atividades a maioria atribuiu a sua maior ou menor proximidade como pouco importante. Dos 10 entrevistados, apenas quatro deles atribuem uma importância maior na localização.

Mapa 3: Distribuição dos estabelecimentos industriais na Região de Governo



Dentre os que estão próximos da rodovia, justifica-se a localização como mais adequada do que próximo às áreas centrais das cidades, onde estavam a princípio, mas com a expansão da malha urbana começaram a ter problemas com a vizinhança, ou mesmo para ampliação da unidade produtiva, por isso foram se transferindo para as áreas mais próximas à rodovia. E mesmo entre os que estão localizados a uma distância maior, eles não acreditam que teriam muitos benefícios numa transferência de local. Ou seja, a sua importância é relativizada, o que provavelmente ocorre porque os empresários não se sentem diretamente beneficiados por ela, o que talvez ocorra pela distância da região para os centros mais dinâmicos do estado, que é o que tem maior peso, entre os que disseram ter algum tipo de dificuldade de escoamento da produção, e não a proximidade imediata da rodovia.

No caso de Panorama, a proximidade do Rio Paraná e a presença das cerâmicas conferem à cidade papéis muito mais especializados, diferentes dos que os exercidos pela cidade de Dracena. Através dessa especialização produtiva das empresas ceramistas vem se propondo a integração ao projeto “APL – Desenvolvimento do Setor Oleiro Ceramista do Oeste Paulista”, coordenado pelo SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas de Presidente Prudente-SP. Os projetos de Arranjo Produtivo Local – APL do SEBRAE têm, como objetivo, “tornar o território competitivo, ou seja, promover e fortalecer, a partir das demandas e potencialidades dos mercados, seu adensamento empresarial, seu dinamismo socioeconômico, sua inserção efetiva no mercado por meio de seus produtos e suas especializações produtivas.” (SEBRAE, 2003).

Conforme o próprio conceito utilizado pelo SEBRAE, os APLs são

aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. (SEBRAE, 2003).

Embora as indústrias ceramistas de Panorama façam parte deste projeto, sua localização se deve à proximidade da matéria-prima e não exige emprego de alta tecnologia ou qualificação da mão-de-obra, a ponto de gerar entre essas empresas externalidades e parcerias com instituições envolvendo a disseminação de tecnologias e conhecimento, que é um dos elementos utilizados na definição.

De modo geral, a incorporação de atividades industriais é mais um elemento que contribui para um dinamismo diferenciado entre as cidades que possuem este tipo de estabelecimento das que não o possuem. Dotam as cidades de funções diferenciadas, permitindo uma especialização produtiva em algumas delas. No caso de Dracena, as interações promovidas a partir da atividade industrial, concorrem para uma maior articulação com outras cidades, possibilitou um maior crescimento econômico e acúmulo de papéis, colaboram para que se mantivesse uma posição mais central na rede urbana.

3.3 A circulação na rede: infra-estrutura, economia e serviços

Recapitulando o que Corrêa (1989) organiza como condições para a existência da rede urbana, uma delas trata justamente da circulação: “[...] existência de um mínimo de articulação entre os núcleos anteriormente referidos, articulação que se verifica no âmbito da circulação, [...]” (CORRÊA, 1989, p. 7).

A compreensão da circulação é essencial para a compreensão da diferenciação e hierarquização das cidades na rede urbana. Para a formação da hierarquia urbana, a circulação da produção excedente é fundamental e podemos entender que a circulação de pessoas também é um reflexo dessa hierarquização.

No caso das cidades da Região de Governo de Dracena, a presença da ferrovia favoreceu o desenvolvimento de algumas cidades em detrimento das que ficaram fora do eixo e, hoje, a Rodovia Estadual Comandante João Ribeiro de Barros – SP-294 favorece o desenvolvimento de algumas cidades pelo fato de ser elemento facilitador da circulação. É evidente o efeito polarizador que as infra-estruturas de transporte adequadas podem exercer sobre as cidades que estão em seu eixo ou entroncamento.

Podemos considerar a existência de tipos básicos de circulação: de pessoas, de capital, de mercadorias e de idéias, que podem originar inclusive diferentes tipos de rede, as técnicas, as sociais e a de cidades.

Para entender as relações entre as pequenas cidades, buscamos o tipo mais elementar de circulação, a de pessoas, utilizando como exemplos os elementos básicos que satisfazem as necessidades mais imediatas da população, quais sejam: os serviços educacionais e de saúde e o comércio.

De acordo com Singer (1983)

“A distribuição nem sempre perfeita do sistema escolar pela rede urbana provoca movimentos de estudantes (e de recursos, portanto) entre as cidades que a compõem. O mesmo pode ser dito em relação ao equipamento de assistência à saúde.” (SINGER, 1977, p. 142)

Isto ocorre porque, nas pequenas cidades analisadas, a presença ou mesmo a ausência de tais elementos que não são oferecidos em todas elas ou então são de forma muito precária, o que faz com que haja uma circulação relativamente intensa entre as cidades. Os exemplos dados nos parecem

fundamentais para a conformação da centralidade e da hierarquia urbana na região de Governo de Dracena.

3.3.1 As instituições de ensino

Para entender a circulação de pessoas na Região de Governo de Dracena foram levantados os dados sobre o número e origem dos alunos de quatro dos cinco centros de Ensino Superior localizados na região, através do encaminhamento de ofício dirigido aos diretores do Campus Experimental da Universidade Estadual Paulista – UNESP; do Centro de Ensino Superior de Dracena – CESD, das Faculdades de Dracena – Unifadra, localizados em Dracena; e do Instituto Superior de Educação de Junqueirópolis. As instituições de ensino na região oferecem os cursos apresentados conforme no quadro abaixo.

Quadro 10: Cursos de nível superior presentes na RG de Dracena.

Instituição	Cursos de Graduação	Cursos de Pós-Graduação	Município	Nº. de alunos
Campus Experimental da Unesp	Zootecnia	Estratégias integradas para pecuária de corte	Dracena	208
Unifadra	Arte, Ciências Biológicas, Computação, Educação Física, Enfermagem, Letras, Matemática, Pedagogia, Psicologia e Serviços Social	Ciência do exercício físico; Educação ambiental; Interlinguagens do texto e da imagem; Modelagem matemática; Psicopedagogia	Dracena	1.077
CESD	Administração, Ciências Contábeis, Direito e Turismo	Agrobusiness; Gestão estratégica de marketing; Liderança e gestão de talentos humanos; Controladoria e finanças; Auditoria e perícia contábil	Dracena	865
ISE	Pedagogia e Letras	-	Junqueirópolis	241
Cestupi	Administração e Pedagogia	Gestão ambiental; Psicopedagogia institucional e clínica	Tupi Paulista	-

Fonte: Trabalho de Campo, 2010.
Org.: Carla de Souza Leão.

A instituição CESD foi criada em Dracena no ano de 1989, e em 1995

passou a oferecer o curso de Ciências Contábeis. No ano de 1996, teve início o curso de Administração e em 2002 o curso de Direito. A instituição integra a Rede Gonzaga de Ensino Superior, que agrega outras 12 instituições nos estados de São Paulo, Paraná, Rondônia e Acre. Também fazem parte da mesma rede o ISE de Junqueirópolis, que oferece o curso de Letras e de Pedagogia desde 2002; e ainda o Cestupi, que oferece o curso de Pedagogia desde 2006.

A Unifadra faz parte das instituições de ensino da Fundec – Fundação Dracenense de Educação e Cultural, que é uma instituição pública municipal criada em 1968, quando se iniciaram os cursos de Ciências, Matemática, Letras e Pedagogia, em 1977 foi criado o curso de Artes e, mais recentemente, entre os anos de 2006 e 2007, foram criados os cursos Ciências Biológicas, Computação, Educação Física, Enfermagem e Serviço Social. A instituição oferece ainda outros cinco cursos de pós-graduação.

A Fundec mantém ainda as instituições UME – Unidade Modelo de Ensino e CEP – Centro de Educação Profissional “Francisco Graziano Filho”, que oferecem juntas 13 cursos técnicos e profissionalizantes, uma escola de ensino fundamental e médio.

Dentre as instituições estaduais de ensino tem-se o campus experimental da UNESP foi criado no ano de 2003, sendo parte do Plano de Expansão da instituição, que criou oito novos campi; e ainda, a Escola Técnica Prof^a Carmelina Barbosa que foi criada em 1972 e está ligada ao Centro Paula Souza e oferece quatro cursos: Técnico em Açúcar e Alcool, Técnico em Agropecuária, Técnico em Agricultura e Técnico em Enfermagem, além do ensino médio.

O levantamento desses dados torna-se relevante porque se observa uma concentração desse tipo de estabelecimento de ensino na cidade de Dracena; além do mais, os dados muito provavelmente não apareceriam nos questionários aplicados aos usuários do transporte coletivo, visto que a maior parte dos cursos ocorre em horário noturno, quando o deslocamento dos alunos oriundos de outras cidades se dá na maioria das vezes por meio do fretamento de ônibus e vans ou, mesmo, automóvel particular.

Analisando os dados da origem dos alunos das faculdades particulares de Dracena vemos que 50,72% são de outras cidades, a maioria de cidades da própria região, cidades próximas a Presidente Prudente ou na região de Araçatuba. Ou até mesmo cidades como Três Lagoas e Bataguassu no Mato

Grosso do Sul, próximas à divisa com o Estado de São Paulo. A maioria dos alunos se desloca diariamente até Dracena.

Tabela 17: Origem dos alunos das Faculdades Unifadra e CESD de Dracena

Município	Unifadra	CESD
Dracena	512	473
Adamantina	2	-
Álvares Machado	1	-
Andradina	9	-
Brasilândia	4	-
Castilho	25	-
Emilianópolis	1	--
Flora Rica	4	28
Irapuru	12	-
Junqueirópolis	102	119
Monte Castelo	31	13
Nova Guataporanga	12	4
Nova Independência	7	1
Osvaldo Cruz	1	-
Ouro Verde	62	21
Pacaembu	14	21
Panorama	83	38
Paulicéia	28	15
Presidente Venceslau	8	52
Santa Bárbara D'Oeste	1	-
Santa Mercedes	13	3
Santo Anastácio	1	-
São João do Pau D'Alho	37	2
São Jose do Rio Preto	1	-
Três Lagoas	4	-
Tupi Paulista	102	74
Total	1.077	865

Fonte: Centro de Ensino Superior de Dracena/Fundação Dracenense de Educação e Cultura, 2010.
Org.: Carla de Souza Leão.

Um pouco diferente desta realidade é o que ocorre com o Campus Experimental da Unesp, em que 8,41% dos alunos são de Dracena e apenas 20,79% são de outras cidades da região. A maioria dos alunos (68,31%) é de outras regiões do Estado de São Paulo e 2,97% de outros estados. Podemos deduzir que, no caso da Unesp, os deslocamentos diários até Dracena são menores e a maioria passa a residir na própria cidade, levando à intensificação da dinâmica do mercado imobiliário com o aluguel de residências e construção de apartamentos do tipo “kitnet”.

Tabela 18: Origem dos alunos do Campus Experimental da Unesp.

Município	Nº. de alunos	Região/estado	Nº. de alunos
Adamantina	3	R. A. Araçatuba	5
Alvares Machado	1	R. A. Campinas	24
Dracena	17	R. A. Central	9
Indiana	1	R. A. Barretos	5
Irapuru	1	R. A. Marília	5
Junqueirópolis	1	R. A. Bauru	12
Monte Castelo	1	R. A. Franca	3
Osvaldo Cruz	1	R. A. Ribeirão Preto	15
Ouro Verde	1	R. A. Santos	3
Panorama	3	R. A. Sorocaba	15
Pirapozinho	2	R. M. São Paulo	34
Presidente Epitácio	1	R. A. São José do Rio Preto	12
Presidente Prudente	3	R. A. São José dos Campos	11
Presidente Venceslau	1	Goiás	1
Rosana	1	Mato Grosso do Sul	1
Santa Mercedes	1	Minas Gerais	2
Tupi Paulista	3	Paraná	1
		Santa Catarina	1
		Exterior	1
Total		202	

Fonte: Seção Técnico Acadêmica da Unesp-Dracena, 2010.

Org.: Carla de Souza Leão.

No caso do Instituto Superior de Ensino de Junqueirópolis, 65,14% dos alunos são da própria cidade e a entidade atrai alunos de outras quatro cidades vizinhas.

Tabela 19: Origem dos alunos do ISE de Junqueirópolis

Município	Nº. de alunos
Dracena	34
Flora Rica	7
Irapuru	24
Junqueirópolis	157
Pacaembu	19
Total	241

Fonte: ISE Junqueirópolis, 2010.

Org.: Carla de Souza Leão

Mas, como neste caso há um número menor de alunos e por ser a única Instituição de Ensino de Junqueirópolis, ele não cria uma intensidade nos fluxos de pessoas que possa configurar uma centralidade, embora esse papel tenha sua importância para a própria cidade.

3.3.2 Os serviços de saúde

Em relação à saúde, é nítido que os equipamentos, embora indispensáveis ao bem-estar de qualquer pessoa, não estão distribuídos equitativamente pelas cidades da região. Das 10 cidades estudadas, apenas quatro possuem hospitais, em seis delas o número de estabelecimentos de saúde em geral é menor que cinco, e nesses casos, eles correspondem aos Centros de Saúde com atendimento ambulatorial que realizam atendimentos de clínica geral, pediatria, ginecologia, ortopedia, odontologia apenas, ou então estão ligados ao Programa Saúde da Família do Governo Federal, onde é feito o atendimento básico, considerando as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica (2006). Por outro lado, no que concerne aos atendimentos nas outras especialidades ou às emergências mais complexas, é necessário o encaminhamento dos pacientes aos outros centros de atendimentos em outras cidades e a maioria dos pacientes acaba por se dirigir a Dracena, que conta com uma maior estrutura médica e hospitalar, ou para Presidente Prudente.

Tabela 20: Estabelecimentos de saúde das cidades da Região de Governo de Dracena

Município	Nº. de estabelecimentos de saúde	Nº. de hospitais	Nº. de leitos
Dracena	140	1	143
Junqueirópolis	16	1	52
Monte Castelo	1	0	0
Nova Guataporanga,	1	0	0
Ouro Verde	4	0	0
Panorama	12	1	65
Paulicéia	3	0	0
Santa Mercedes	2	0	0
São João do Pau D'Alho	3	0	0
Tupi Paulista	26	1	48
Total	208	4	308

Fonte: CNES-DATASUS, 2010.

Org.: Carla de Souza Leão.

Analisando os dados sobre o número e a origem dos pacientes internados na Santa Casa de Dracena, no período de julho de 2009 a junho de 2010, vemos que 31,13% dos pacientes eram de outras cidades, a maioria da própria região, e 11,37% era da cidade de Ouro Verde, que fica a 17 quilômetros de distância e não possui nenhum hospital. Mesmo havendo hospitais nos municípios de Panorama, Junqueirópolis e Tupi Paulista, o número de pacientes dessas cidades que

ficaram internados na Santa Casa de Dracena pode ser considerado proporcionalmente alto ao total dos atendidos, o que revela que os hospitais não possuem estrutura suficiente para atender sua própria demanda.

Ocasionalmente também foram atendidas pessoas de outras cidades mais distantes situadas na região de Presidente Prudente ou ainda de outras partes do Estado e dos Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná.

Tabela 21: Proveniência e número de pacientes internados na Santa Casa de Dracena-Período julho de 2009 a junho 2010.

Município	Número de Pacientes
Dracena	2772
Ouro Verde	458
Panorama	195
Junqueirópolis	148
Tupi Paulista	114
Paulicéia	94
Monte Castelo	49
Irapuru	46
Santa Mercedes	30
Nova Guataporanga	27
São João do Pau d'Alho	17
Flora Rica	15
Nova Independência	8
Presidente Epitácio	8
Presidente Venceslau	8
Pacaembu	6
Santo Anastácio	4
Flórida Paulista	3
Adamantina	2
Bastos	2
Teodoro Sampaio	2
Aparecida do Taboado-MS	2
Assis	1
Bauru	1
Cotia	1
Emilianópolis	1
Lins	1
Marabá Paulista	1
Mariápolis	1
Osvaldo Cruz	1
Parapuã	1
Piquerobi	1
Pirapozinho	1
Rinópolis	1
São Paulo	1
Tupã	1
Marechal Cândido Rondon-PR	1
Total	4025

Fonte: TabWin-Datasus, 2010.

Org.: Carla de Souza Leão.

3.3.3 O comércio local e os serviços bancários.

Os estudos clássicos sobre a rede urbana levavam em conta principalmente a comercialização da produção e a prestação de serviços, mas não seria conveniente desenvolvermos uma análise sobre esses elementos para entendermos a evolução da rede urbana, pois os hábitos de consumo transformaram-se na medida em que surgiram novas formas de produzir, novos produtos e novas formas de comercialização.

Portanto, para compreender a diferenciação entre as cidades na rede, partimos do princípio de que quanto maior e mais variada a oferta de bens e serviços maior seria a sua centralidade.

Através das tabelas 22-A e 22-B é possível observar que, de modo geral, os tipos de estabelecimentos comerciais mais presentes nas cidades estudadas são aqueles compostos por itens de consumo mais comum, que configuram um alcance espacial reduzido, como o comércio varejista não-especializado, produtos alimentícios e materiais para construção, presentes em praticamente todas as cidades. Entretanto, itens de consumo mais esporádicos não podem ser encontrados em todas as cidades, como é o caso da comercialização de veículos, de artigos esportivos e o comércio atacadista. Como esses itens não aparecem em todas as cidades, podemos afirmar que ficam concentrados apenas naquelas de maior dinamismo, pois são de alcance espacial maior.

Tabela 22-A: Tipo de estabelecimentos comerciais.

Município	Veículos	Peças e acessórios p/ veículos	Matérias-primas agrícolas e animais	Atacadista em geral	Varejista não-especializado	Produtos alimentícios, bebidas e fumo
Dracena	10	72	2	43	54	42
Junqueirópolis	1	16	1	8	17	16
Monte Castelo	0	1	0	0	4	0
Nova Guataporanga	0	0	0	0	2	2
Ouro Verde	0	1	0	0	7	1
Panorama	1	19	0	0	22	12
Paulicéia	0	4	0	0	6	4
Santa Mercedes	0	0	0	0	2	1
São João do Pau D'Alho	0	0	0	1	2	3
Tupi Paulista	2	14	0	5	15	20
Total	14	127	3	57	131	101

Fonte: PDET/Rais, 2009.
Org.: Carla de Souza Leão.

Tabela 22-B: Tipo de estabelecimentos comerciais.

Município	Combustível p/ veículos	material de construção	equipamentos de informática	artigos culturais e esportivos	farmacêutico e perfumaria	produtos não especificados	Total
Dracena	16	62	61	29	53	196	649
Junqueirópolis	7	16	17	10	15	54	180
Monte Castelo	1	3	1	0	1	1	12
Nova Guataporanga	1	1	0	0	1	2	9
Ouro Verde	2	5	3	3	7	8	37
Panorama	4	23	13	2	12	34	142
Paulicéia	2	7	4	2	4	9	42
Santa Mercedes	1	3	0	0	1	1	9
São João do Pau D'Alho	1	2	1	0	1	1	12
Tupi Paulista	6	14	24	5	20	46	172
Total	41	136	124	51	115	352	1264

Fonte: PDET/Rais, 2009.

Org.: Carla de Souza Leão.

Os estabelecimentos atacadistas estão presentes apenas nas cidades de Dracena, Junqueirópolis, São João do Pau D'Alho e Tupi Paulista, e mesmo assim, dos 57 estabelecimentos deste tipo, 43 estão localizados em Dracena. O mesmo ocorre com o comércio de veículos, pois dos 14 estabelecimentos, 10 estão em Dracena.

Observamos que, dos 1.264 estabelecimentos comerciais existentes nas cidades da Região de Governo de Dracena, 649 estão em Dracena, ou seja, 51,14%, enquanto que, no outro extremo, as cidades de Santa Mercedes e Nova Guataporanga contam com nove estabelecimentos cada, e São João do Pau D'Alho e Monte Castelo contam com 12 estabelecimentos cada, o que revela um comércio fortemente concentrado, onde Dracena passa a ser o principal centro comercial.

É possível notar, ainda, que há uma diferenciação entre Santa Mercedes, Nova Guataporanga, São João do Pau D'Alho e Monte Castelo em relação às cidades de Panorama, Junqueirópolis e Tupi Paulista, que possuem mais de 100 estabelecimentos comerciais.

Nas cidades menores é possível observar ainda que o comércio é representado por pequenos estabelecimentos, na maioria das vezes mal equipados e com um pequeno número de funcionários.

Figura 7: Comércio em Nova Guataporanga



Fonte: Trabalho de Campo, 2010

Figura 8: Supermercado em Monte Castelo



Fonte: Trabalho de Campo, 2010

Enquanto que nas cidades de Tupi Paulista, Panorama, Junqueirópolis e Dracena é possível encontrar pequenas redes de lojas de capital local que atuam regionalmente, por exemplo: as lojas Santa Helena Home Center (matérias para construção, com matriz em Dracena e presente em Tupi Paulista); Magazine Parrila e Lojas do Retalhos (segmento de vestuário e calçados, com matriz em Dracena e lojas em Tupi Paulista e Junqueirópolis); Lojas Dumas (no setor de móveis, também de Dracena com filiais em Tupi Paulista e Junqueirópolis); Supermercado Troyano (matriz em Dracena, e lojas também em Junqueirópolis e Tupi Paulista); e Supermercados São João (matriz em Tupi Paulista e lojas em Ouro Verde e Panorama).

Outra diferença no tipo de estabelecimentos existentes entre as cidades é a presença de redes de lojas varejistas e *franchising*, onde é possível encontrar lojas como Magazine Luiza, Casas Bahia, Pernambucanas, Ponto Certo, Farmamais e Famaúlica, na cidade de Dracena, que não estão presentes nas demais cidades.

Em relação ao número de instituições financeiras (bancos, empresas de seguros e de capitalização), observamos que Dracena ainda se sobressai em relação às demais, no qual houve ainda um aumento significativo no número de instituições no período entre 2005 e 2009.

Tabela 23: Número de Instituições financeiras nas cidades da Região

Município	1985	1990	1995	2000	2005	2009
Dracena	12	10	12	12	12	16
Junqueirópolis	7	6	5	5	6	7
Monte Castelo	2	1	1	1	2	1
Nova Guataporanga,	3	1	1	1	1	2
Ouro Verde	2	2	2	1	1	1
Panorama	2	2	3	3	4	4
Paulicéia	2	1	1	1	2	2
Santa Mercedes	2	1	1	1	1	0
São João do Pau D'Alho	2	1	1	1	1	2
Tupi Paulista	7	5	5	5	6	6
Total	41	30	32	31	36	41

Fonte: PDET/RAIS, 2010.

Org.: Carla de Souza Leão, 2010

Comparando o intervalo entre 1985 e 2009, observamos que houve a princípio uma diminuição no número total de estabelecimentos até o ano de 2005, momento a partir do qual houve um crescimento, resultando no mesmo número total que havia em 1985 e 2009; entretanto, a distribuição de instituições pelas cidades da região ficou mais concentrada com a diminuição no número de estabelecimentos nas cidades de Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde e Santa Mercedes, que já possuíam poucas instituições em 1985.

Diante do quadro, pode-se considerar que a movimentação financeira em alguns municípios não é suficiente para justificar a permanência deste tipo de instituição em algumas cidades, havendo assim a sua diminuição. A própria conjuntura neoliberal favoreceu a diminuição de agências bancárias em todo o país, principalmente nas pequenas cidades.

3.3.4 Os deslocamentos de pessoas entre as cidades

Nos dados que apresentamos a seguir, focamos a circulação intra-regional de pessoas, através do transporte coletivo e também por automóveis particulares.

Quadro 11: Empresas de transporte de passageiros intermunicipal e interestadual que atuam na região de Governo de Dracena.

Empresa	Linha	Itinerário	Nº. de ônibus/dia
Expresso Prata	Dracena - São Paulo	direto	4
	Dracena – Bauru	Pacaembu, Adamantina Lucélia, Osvaldo Cruz, Parapuã, Tupã, Pompéia, Marília e Garça	2
	Panorama – São Paulo	Paulicéia, Tupi Paulista, Dracena, Pacaembu, Adamantina Lucélia, Osvaldo Cruz, Parapuã, Tupã, Pompéia, Marília, Garça e Bauru	1
	Panorama - Bauru	Paulicéia, Tupi Paulista, Dracena, Pacaembu, Adamantina Lucélia, Osvaldo Cruz, Parapuã, Tupã, Pompéia, Marília e Garça	1
	Tupi Paulista – São Paulo	Dracena, Pacaembu, Adamantina Lucélia, Osvaldo Cruz, Parapuã, Tupã, Pompéia, Marília, Garça e Bauru	1
	Tupi Paulista - Bauru	Dracena, Pacaembu, Adamantina Lucélia, Osvaldo Cruz, Parapuã, Tupã, Pompéia, Marília e Garça	1
Jandaia	Dracena - Presidente Prudente	Junqueirópolis, Irapuru, Flora Rica, Santo Expedito e Alfredo Marcondes	4
Viação São Luiz	Araçatuba - Campo Grande	Birigui, Osvaldo Cruz, Lucélia, Adamantina, Pacaembu, Junqueirópolis, Dracena, Tupi Paulista, Andradina, Três Lagoas, Água Clara e Ribas do Rio Pardo	2
Reunidas	Presidente Epitácio - Andradina	Presidente Venceslau, Ouro Verde, Dracena, Tupi Paulista, Monte Castelo, Nova Andradina	1
	Dracena – São Paulo	direto	1
	Dracena - Andradina	Tupi Paulista, Monte Castelo	1

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010
Org.: Carla de Souza Leão.

Para isso, realizamos um levantamento das empresas de transporte que atuam na região, sobre as linhas e itinerário realizado e o número de viagens realizadas por dia, conforme o quadro 11.

As empresas Jandaia, Expresso Prata, Viação São Luiz e Reunidas são responsáveis pelo transporte intermunicipal e interestadual na região.

Através do quadro, observamos que a maioria das linhas de transporte intermunicipal e interestadual tem início em Dracena com destino à capital do estado ou a cidades médias, como Presidente Prudente, Bauru e Marília, ou ainda ligam a região até a capital do Estado do Mato Grosso do Sul. As linhas das empresas São Luiz e Reunidas têm como itinerários as cidades da região: Tupi Paulista, Junqueirópolis e Ouro Verde. A empresa Expresso Prata tem linhas com origem em Panorama e Tupi Paulista, além de Dracena, com destino a São Paulo e Bauru.

Quanto ao transporte intra-regional, a empresa “Expresso Adamantina” é a principal que faz a integração entre as cidades da região. Ela surgiu em 1953 na cidade de Adamantina, quando o senhor Tamotu Matuoka comprou “ônibus jardineiras” que faziam o transporte de pessoas nos trechos entre Adamantina, Dracena, Tupi Paulista e Lucélia. Atualmente, a empresa está sediada em Dracena e suas linhas suburbanas interligam mais de 20 municípios do Estado de São Paulo.

Como podemos verificar nas tabelas 24-A e 24-B, a cidade que melhor está interligada por linhas de transporte inter-regional é Dracena, da qual partem ônibus para todas as cidades da região e, ao mesmo tempo, recebe ônibus de todas elas. O número total de linhas de ônibus que partem de Dracena é de 47 linhas diárias e ela é destino de 48 linhas diárias, enquanto que a segunda cidade de onde mais partem linhas, Tupi Paulista, é origem de 32 linhas diárias e recebe 35 linhas diárias, não tendo conexão apenas com Nova Guataporanga e com Ouro Verde através do transporte intermunicipal. Já a cidade que está menos conectada com as demais é Nova Guataporanga que recebe apenas duas linhas diárias de Dracena e duas outras de Monte Castelo.

Tabela 24- A: Número de linhas do transporte coletivo intermunicipal da empresa Expresso Adamantina com destino a Dracena, Junqueirópolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga e Ouro Verde.

Partida/Destino	Dracena	Junqueirópolis	Monte Castelo	Nova Guataporanga	Ouro Verde
Dracena	---	5	2	2	5
Junqueirópolis	8	---	0	0	0
Monte Castelo	2	0	---	2	0
Nova Guataporanga	2	0	2	---	0
Ouro Verde	5	0	0	0	---
Panorama	7	0	0	0	1
Paulicéia	6	0	0	0	0
Santa Mercedes	6	0	0	0	0
S. João do Pau D'Alho	2	0	2	0	0
Tupi Paulista	9	1	2	0	0
Total	47	6	8	4	6

Fonte: Astor: Rede de Consulta e Venda de Passagens *online*, 2010.

Org.: Carla de Souza Leão.

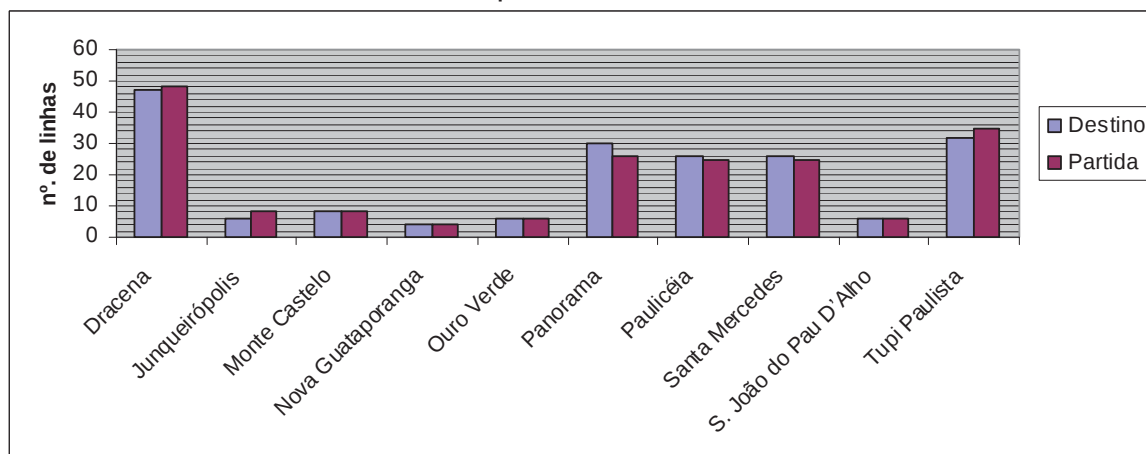
Tabela 24-B Número de linhas do transporte coletivo intermunicipal da empresa Expresso Adamantina com destino a Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Pau D'Alho e Tupi Paulista.

Partida/Destino	Panorama	Paulicéia	Santa Mercedes	S. João do Pau D'Alho	Tupi Pta.
Dracena	8	7	7	2	10
Junqueirópolis	0	0	0	0	0
Monte Castelo	0	0	0	2	2
Nova Guataporanga	0	0	0	0	0
Ouro Verde	1	0	0	0	0
Panorama	---	6	6	0	6
Paulicéia	7	---	6	0	6
Santa Mercedes	7	6	---	0	6
S. João do Pau D'Alho	0	0	0	---	2
Tupi Paulista	7	7	7	2	---
Total	30	26	26	6	32

Fonte: Astor: Rede de Consulta e Venda de Passagens *online*, 2010.

Org.: Carla de Souza Leão.

Gráfico 1: Número de Linhas do transporte coletivo.

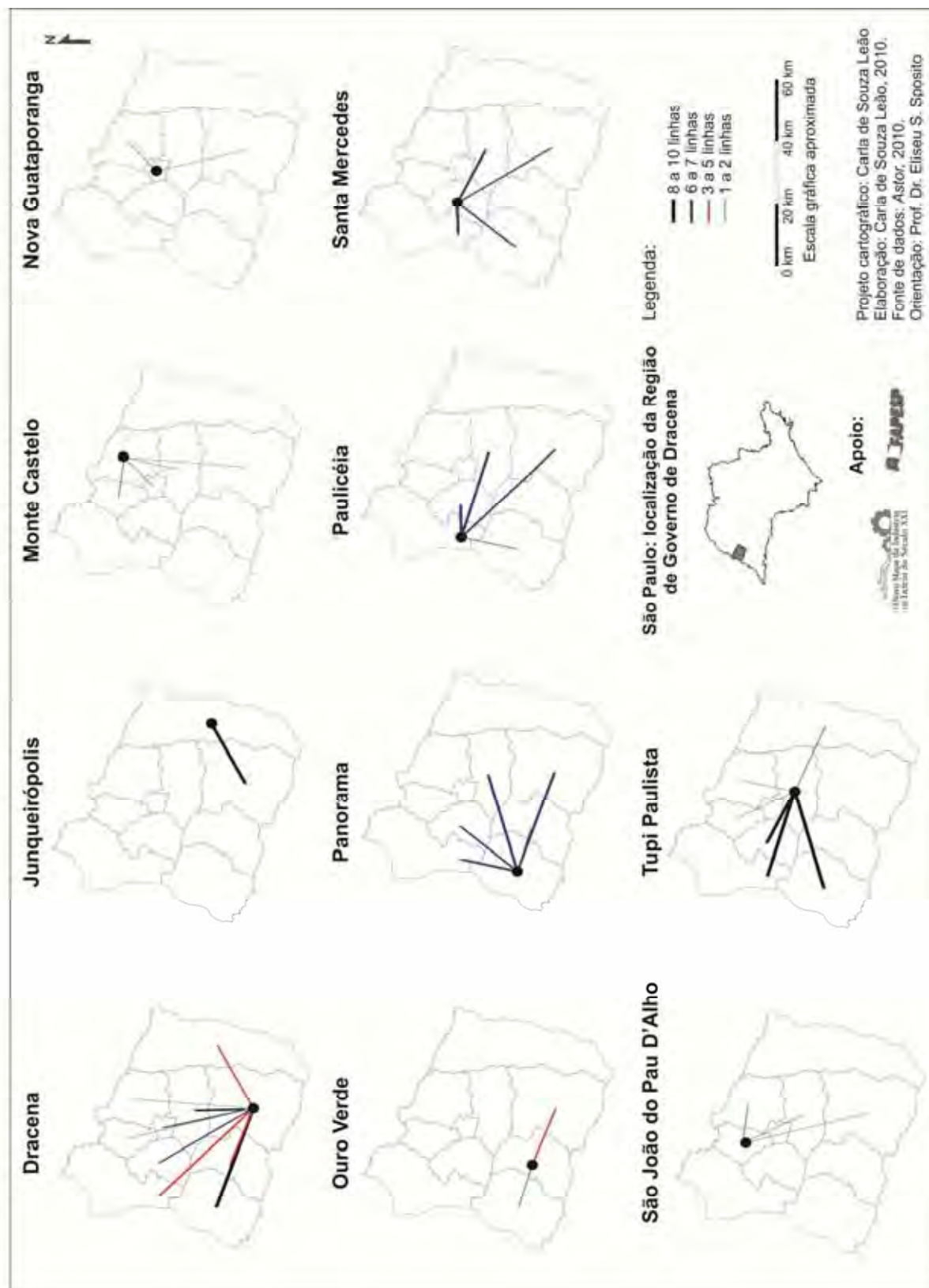


Fonte: Astor: Rede de Consulta e Venda de Passagens *online*, 2010.

Org.: Carla de Souza Leão.

As ilustrações contidas no quadro Mapa 3 permitem visualizar como estão interligadas as cidades da região e o nível das conexões. Eles demonstram que as cidades de Panorama, Paulicéia e Santa Mercedes, embora tenham relações mais fortes com a cidade de Dracena, também apresentam ligações entre si, enquanto que outras cidades mantêm relações quase que exclusivamente com Dracena.

Mapa 4: Linhas de Transporte diário entre as cidades da Região de Governo de Dracena-SP



Já nas tabelas 25-A e 25-B temos o deslocamento diário de pessoas entre as cidades da região, motivadas por estudo ou trabalho. Os dados são do censo de 2000, onde se observa que o maior número de deslocamentos ocorre em direção a Tupi Paulista e Dracena, com 787 e 723 deslocamentos diários respectivamente; em seguida vêm Junqueirópolis, Panorama e Paulicéia.

Tabela 25- A: Deslocamento diário de pessoas por motivo de estudo e trabalho com destino a Dracena, Junqueirópolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga e Ouro Verde.

Partida/Destino	Dracena	Junqueirópolis	Monte Castelo	Nova Guataporanga	Ouro Verde
Dracena	-	156	0	0	56
Junqueirópolis	224	-	10	0	12
Monte Castelo	49	3	-	17	6
Nova Guataporanga	3	12	0	-	0
Ouro Verde	65	0	3	0	-
Panorama	106	0	0	0	8
Paulicéia	17	0	0	0	0
Santa Mercedes	8	0	0	6	0
S. J. do Pau D'Alho	11	8	0	0	0
Tupi Paulista	240	45	21	40	0
Total	723	224	34	63	82

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000
Org.: Wagner Batella e Carla de Souza Leão.

Tabela 25-B Deslocamento diário de pessoas por motivo de estudo e trabalho com destino a Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Pau D'Alho e Tupi Paulista.

Partida/Destino	Panorama	Paulicéia	Santa Mercedes	S. J. do Pau D'Alho	Tupi Pta.
Dracena	83	8	22	8	128
Junqueirópolis	0	13	0	9	43
Monte Castelo	0	18	0	23	261
Nova Guataporanga	24	0	0	0	230
Ouro Verde	27	10	0	0	17
Panorama	-	75	21	7	35
Paulicéia	101	-	23	0	4
Santa Mercedes	38	16	-	14	34
S. J. do Pau D'Alho	0	14	6	-	35
Tupi Paulista	38	7	20	10	-
Total	311	161	92	71	787

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000
Org.: Wagner Batella e Carla de Souza Leão.

Nesta situação, Tupi Paulista aparece com um maior número de deslocamentos, fato que pode ser vinculado ao funcionamento do Cefam – Centro Específico de Formação do Magistério, destinado a formação de professores para as séries iniciais, que costumava atender alunos de toda região. O Cefam foi criado em 1988 pelos Decretos nº. 10.623/1977 e nº. 11.625/1978, sendo desativado no ano de 2005, e talvez isso signifique hoje uma possível diminuição no número de pessoas que se deslocam para Tupi Paulista.

Ao mesmo tempo em que a circulação de pessoas que partem ou retornam da cidade de Dracena é uma consequência do papel central desta cidade na região, ela reforça a centralidade que se construiu.

As dificuldades de acesso a certos bens e serviços ou, até mesmo, um relativo isolamento de algumas cidades pequenas, faz com que não seja possível observar centralidade nesses locais.

Neste sentido, também realizamos um levantamento dos veículos particulares que se deslocam em direção a Dracena, com intuito de obter uma noção sobre a origem daqueles que também utilizam meios particulares para o deslocamento. O levantamento não seguiu um critério estatístico, por isso mesmo nos dá apenas uma noção desse tipo de circulação, o que nos impede de fazer generalizações. Deste modo, durante dois dias no horário de funcionamento do comércio, foram anotadas as cidades de origem das placas dos carros que estacionados nas quatro principais avenidas da área central de Dracena, Avenidas Presidente Vargas, Presidente Roosevelt, dos Expedicionários e José Bonifácio.

Como podemos observar na tabela 26, muitas das cidades que aparecem são as mesmas que estão ligadas através do transporte coletivo, embora não se possa estabelecer se há ou não uma proporção entre o número de linhas e o número de veículos. Mas podemos observar, com mais evidência, as conexões com as cidades que estão em níveis acima na hierarquia urbana, com as quais Dracena está diretamente relacionada, como Presidente Prudente e São Paulo. E mesmo cidades como Marília e Campinas com as quais, de acordo com a REGIC, não estaria diretamente relacionada.

Tabela 26: Placas dos carros encontrados em Dracena

Cidade	Nº. de ocorrências	Porcentagem do total
Presidente Prudente	24	8,70
Tupi Paulista	22	7,97
São Paulo	21	7,61
Junqueirópolis	20	7,25
Panorama	20	7,25
Ouro Verde	10	3,62
Marília	8	2,90
Pacaembu	8	2,90
Presidente Venceslau	8	2,90
Adamantina	8	2,90
Irapuru	7	2,54
Lucélia	7	2,54
Santa Mercedes	7	2,54
Osvaldo Cruz	6	2,17
Presidente Epitácio	5	1,81
Belo Horizonte-MG	4	1,45
Campinas	4	1,45
Paulicéia	3	1,09
São Bernardo do Campo	3	1,09
Três Lagoas-MS	3	1,09
Brasilândia-MS	3	1,09
Tupã	3	1,09
Outros	72	26,09
Total	276	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

Org.: Carla de Souza Leão

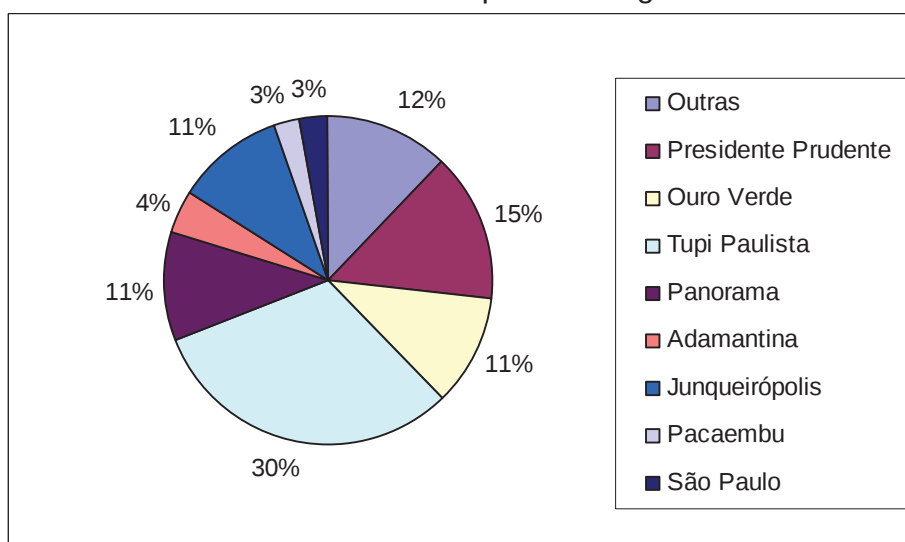
Nota-se que também é grande a presença de veículos de cidades que estão em regiões de influência que não a de Dracena, mas sob influência imediata cidade de Adamantina, classificada como um Centro de Zona A (tendo sob sua influência as cidades de Lucélia e Pacaembu) e Presidente Prudente, classificada como Capital Regional C (tendo sob sua influência Osvaldo Cruz, Presidente Epitácio e Presidente Venceslau). Nota-se, ainda, a presença de veículos de cidades do Mato Grosso do Sul, como Bataguassu e Três Lagoas. Assim como no caso dos automóveis pelas ruas centrais da cidade, as faculdades também demonstram haver relações entre a cidade de Dracena com as cidades mais próximas do Estado do Mato Grosso do Sul.

Para entender os motivos dos deslocamentos para Dracena, foram aplicados 85 questionários entre os usuários das linhas na rodoviária dessa cidade. A aplicação dos questionários não teve caráter amostral, no qual normalmente se tem por preocupação quantificar do modo mais exato a hierarquia entre as cidades. Neste caso procurou-se traçar o perfil das pessoas que circulam das cidades da região em direção a Dracena, pois já se observara

através dos demais dados trabalhados a centralidade desta cidade na região. Por essa razão o questionário foi aplicado diretamente no terminal rodoviário de Dracena, nos períodos da manhã e tarde, durante diferentes dias da semana.

Das pessoas que responderam o questionário a maioria é originária de Tupi Paulista, com 30% dos participantes, Presidente Prudente com 15%, Ouro Verde com 11% e Panorama com 11%.

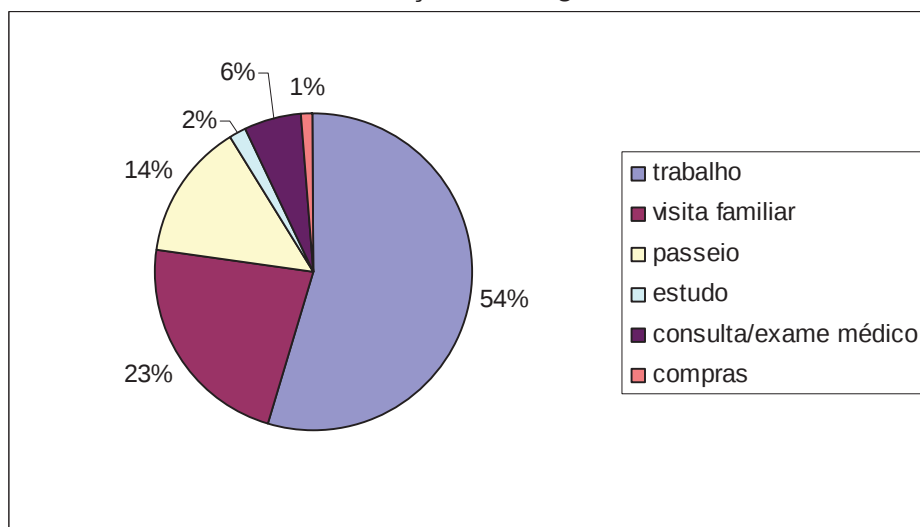
Gráfico 2: Municípios de Origem



Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.
Org.: Carla de Souza Leão.

Para as pessoas que responderam no questionário aplicado, o motivo que as levaram ao deslocamento até Dracena, dentre as alternativas as mais expressivas, foram trabalho com 54%, visita a familiares com 23% e passeio com 14%, e apenas 6% responderam que foram para a realização de consulta ou realização de exame médico e 1% disse que foi para fazer compras, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 3: Motivação da viagem a Dracena.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.
Org.: Carla de Souza Leão.

Deste modo, foi possível traçar os seguintes perfis entres as pessoas que nos responderam:

Os que se deslocam motivados por trabalho:

Este grupo é composto em sua maioria por pessoas que residem em Junqueirópolis, Ouro Verde, Panorama, Presidente Prudente e Tupi Paulista. Porém, nem todos se deslocam diariamente, e embora 54% do total se desloquem por este motivo, apenas 26,19% do total se desloca todos os dias úteis: são os trabalhadores dos estabelecimentos industriais, da construção civil, na maioria dos casos. Dos demais, 27,80% se deslocam com menor frequência: nesse grupo encontramos representantes comerciais e vendedores que vão a Dracena uma vez ao mês ou a cada 15 dias, geralmente vindos de Presidente Prudente. Encontramos, também, empregadas domésticas, que vão de duas a quatro vezes por semana, vindas das cidades de Tupi Paulista, Santa Mercedes e Monte Castelo, e desempregados de Tupi Paulista e Panorama que vão à busca de trabalho.

Os que se deslocam para visita familiar e passeio:

Este outro grupo é composto por pessoas de várias localidades: Presidente Prudente, Santo Anastácio, Adamantina, Tupã, Tupi Paulista, São Paulo, entre outras, que costumam ir raramente a Dracena ou uma única vez ao

mês.

Os que se deslocam para realização de consultas ou exames médicos:

É composto por duas pessoas de Tupi Paulista, duas de Junqueirópolis, uma de Monte Castelo e uma de Santo Anastácio, perfazendo um total de 6% das pessoas que se deslocam a Dracena, e costumam ir uma vez por mês.

A questão do trabalho aparece como algo relevante nas respostas e isso é consequência do baixo dinamismo econômico nas cidades vizinhas onde não há grande geração de emprego. Para aqueles que se deslocam diariamente para trabalhar, as cidades de origem acabam sendo apenas o local de residência.

Entretanto, quando questionados sobre se sentem necessidade de algo que não encontram em sua cidade mas que encontram em Dracena, a maioria disse que não. Dos que disseram sim (19 dos entrevistados) as repostas mais comuns foram *trabalho* com 14 ocorrências e *saúde*, com seis ocorrências, que são elementos mais básicos para que se tenha qualidade de vida. Apenas duas vezes foi mencionado o comércio, o que indica que embora o tipo de comércio encontrado nas pequenas cidades ofereça apenas os itens mais básicos a população, aparentemente, entre os entrevistados, eles sentem suas necessidades satisfeitas, o que provavelmente está ligado ao baixo poder aquisitivo dos habitantes dessas cidades pequenas.

Quadro 12: Importância dos elementos presentes na cidade de Dracena.

Sente falta de algo que não encontra em sua cidade e encontra em Dracena			Do que sente falta	
Não	66 respostas	77,64%	-	
Sim	19 respostas	22,33%	trabalho	14 vezes
			saúde	6 vezes
			comércio	2 vezes

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

Org.: Carla de Souza Leão.

Outra questão feita aos entrevistados foi se as pessoas que se deslocam costumam ir a outras cidades da região e por qual motivo. As repostas encontradas foram:

Quadro 13: Relação com as demais cidades.

Cidade	Frequência nas respostas	Motivo mais recorrente
Panorama	14%	Passeio
Tupi Paulista	14%	Trabalho
Junqueirópolis	12%	visita familiar
Ouro Verde	11%	visita familiar
Paulicéia	10%	visita familiar
Presidente Prudente	9%	compras
Outras	32%	visita familiar

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

Org.: Carla de Souza Leão.

O quadro acima revela haver poucas relações entre as demais cidades que não seja Dracena, já que os principais motivos para deslocamento seria a visita aos familiares, exceto Panorama, que foi uma das cidades mais mencionadas, sempre relacionada ao lazer, o que demonstra seu papel nas atividades turísticas na região, fato facilmente explicável pela proximidade com o Rio Paraná. A cidade de Tupi Paulista, por sua vez, foi mais relacionada ao trabalho e Presidente Prudente como local de compras.

Considerações finais

O exposto neste trabalho leva-nos a refletir sobre as diferenças e os papéis das pequenas cidades da Região de Governo de Dracena. Embora a região tenha como base de seu processo de formação socioespacial, a especulação fundiária gerada pela valorização de terras da expectativa da construção ferroviária, a produção agrícola aliada ao surgimento de núcleos urbanos que davam suporte a esta produção, vimos que desde o início da ocupação da região, a atuação de diferentes agentes contribuiu para que houvesse uma dinâmica diferenciada entre as cidades. Reconhecemos, como agentes, os próprios incorporadores/loteadores de terras na região, que através do desenvolvimento dos centros urbanos que promoviam ocupação, procuravam atrair um maior número de pessoas e agregavam valor as suas terras e cidades. A partir de então, a iniciativa de pessoas que se tornaram empresários também foi importante.

Vemos que a centralidade de Dracena em relação às demais cidades da região se verifica justamente pela ausência de elementos básicos para satisfazer as necessidades da população, como trabalho, saúde e educação, provocando a circulação intensa em direção a esta cidade. Deste ponto de vista podemos afirmar que a cidade de Dracena cresce em detrimento das cidades do seu entorno.

Na escala da região composta por essas pequenas cidades, não é a produção que determina a interação entre seus espaços, mas o consumo de bens e serviços. A produção, por sua vez, aparece na escala intra-regional de modo discreto por meio da venda da força de trabalho.

Há uma nítida seletividade espacial na localização dos equipamentos que acentua a diferenciação entre as cidades, que é um reflexo do modo como a rede urbana se constituiu e é uma condição para sua permanência. Neste sentido, também se pode afirmar que as cidades com melhores condições de oferecer serviços a sua população são aquelas onde se encontravam as estações ferroviárias que eram pontos de parada quando a ferrovia tinha importância na circulação de pessoas e mercadorias, no caso Junqueirópolis, Panorama e Dracena, que é a principal. Fugindo à regra está a cidade de Tupi Paulista, mais distante da ferrovia, porém próxima ao entroncamento entre as rodovias SP-294 e

SP-563.

De modo geral, a incorporação de atividades industriais é mais um elemento que contribui para um dinamismo diferenciado entre as cidades que possuem este tipo de estabelecimento e as que não o possuem. Dotam as cidades de funções diferenciadas, permitindo uma especialização produtiva no caso de Panorama, e tornam divisão territorial do trabalho entre as cidades da região um pouco mais complexa, colaborando para diferenciados modos de inserção na rede urbana.

No caso de Dracena, as interações promovidas a partir da atividade industrial concorrem para uma maior articulação com outros espaços, outras regiões dentro e fora do Estado de São Paulo e até mesmo internacionais. Isso possibilitou um maior crescimento econômico e acúmulo de papéis, contribuindo para que se mantivesse uma posição mais central na rede urbana. Ficou nítida a relação de complementaridade que a indústria estabelece com o campo, que ora busca atender as demandas da atividade produtiva no campo, ora a produção no campo se adapta as necessidades da indústria, como é o caso da implantação das usinas de açúcar e álcool na região.

Deste modo, foi possível através do enfoque sobre a indústria e o campo a apreensão de relações e dinâmicas peculiares ao estabelecimento da rede urbana regional, a integração e articulação entre espaços que por sua natureza são diferentes e interdependentes.

A configuração regional oficializada pelo Decreto Estadual 22.970/1984, que criou as regiões de governo já se deu com base na centralidade verificada em Dracena em relação às demais, mas hoje verificamos que sua influência se estende para outras áreas e, neste caso, talvez se torne necessária uma nova regionalização.

Sendo assim, podemos afirmar que, além do próprio processo de ocupação, o processo de regionalização, os investimentos em educação tanto pública quanto privada, a iniciativa de empresários locais e ainda a relação que a indústria estabelece com o campo contribuem para o modo como as cidades se inserem e se articulam na rede urbana:

- Dracena se insere como centro local de maior importância e maior dinamismo, cuja influência vai além dos limites de sua região de governo.

- Tupi Paulista, Junqueirópolis e Panorama, como centros locais com crescimento econômico e papéis menos complexos que os de Dracena, apresentam-se com melhores equipamentos para atender as demandas da população, ainda que sejam necessários deslocamentos, na maioria das vezes até Dracena, para que elas possam ser plenamente satisfeitas.
- As demais cidades, que são São João do Pau d'Alho, Santa Mercedes, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Paulicéia e Ouro Verde podem ser classificados com níveis mínimos de complexidade de suas atividades urbanas e dependentes dos serviços oferecidos em Dracena.

Deste modo, as cidades classificadas como pequenas, apresentam diferenças para além do tamanho demográfico, e neste trabalho destacamos as diferenças entre cidades de uma mesma região, mas estas se tornam ainda maiores se transpormos a questão para a escala do Estado ou nacional, por isso a criação de tipologias e de classificações é algo tão importante.

Enfim, conhecer a inserção das pequenas cidades na rede urbana e estabelecimento da divisão do trabalho entre elas é apenas o primeiro passo para a criação de estratégias e de ações, até mesmo de políticas públicas voltadas para esta face do urbano no Brasil, de modo inclusivo e mais completo, onde não apenas as grandes cidades e metrópoles devem estar presentes, mas também as pequenas e as médias cidades.

Bibliografia

ALEGRE, Marcos. **Aspectos do fato urbano no Brasil**: análise quantitativa pelo método cartográfico. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Unesp de Presidente Prudente, 1970.

ALMEIDA, Jalcione. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, Dinizar Firmiano. **Desenvolvimento sustentável**: necessidade ou possibilidade? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. p. 17-26.

ARROYO, María Mónica. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPOSITO, Eliseu; SPOSITO, Maria Encarnação B.; SORBAZO, Oscar (orgs.). **Cidades Médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BARQUERO, Antonio Vazquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística da UFRGS, 2001.

BELLENTANI, Natália Freire. **Indicadores de desenvolvimento humano no campo e na cidade – Ribeirão Preto-SP**. (Dissertação de mestrado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2010. 197p.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização**: na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996.

BERNADELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. **Pequenas cidades na Região de Catanduva-SP**: Papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias. (Tese de Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2004. p.350.

BITOUN, Jan. Tipologia das cidades brasileira e políticas territoriais: pistas para reflexão. In: BITOUN, Jan; MIRANDA, Livia (orgs.). **Desenvolvimento e cidades no Brasil**: Contribuições para o debate sobre as políticas territoriais. Recife: FASE: Observatório das Metrôpoles, 2009. p. 17-44.

BOISIER, Sergio. El vuelo de una cometa. Una metáfora para una teoría del desarrollo territorial. In: **Estudios Regionales**, nº 48, 1997. p. 41-79.

BORDO, Adilson Aparecido. As influências do eixo de desenvolvimento da Rodovia Washington Luiz na estruturação econômica do município de Itápolis/SP. In: **I CIMDEPE – Simpósio Internacional Cidades Médias: Dinâmica Econômica e Produção do Espaço Urbano**. 2, Presidente Prudente – SP, Anais, 2005.

_____. **As influências do eixo de desenvolvimento da rodovia Washington Luiz na estruturação econômica do Município de Itápolis/SP**. (Dissertação de mestrado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2006. 200p.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**.

_____. Emenda Constitucional nº 15, 1996.

_____. Projeto de Lei PLS 98/2002, 2002.

CARLOS, Ana Fani A. **Espaço e indústria**. São Paulo: Contexto, 1988.

CASARIL, Carlos Cassemiro. “Pequenas cidades” ou “cidades locais”? Por uma perspectiva teórico-metodológica atual. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre, 2010. Disponível em < www.agb.org.br.> acesso em 01/09/2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Globalização e reestruturação da rede urbana – Uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro, v.4 nº6, jan./jun. 1999. p.41-53.

_____. **Região e organização espacial**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

_____. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Cidades**, Presidente Prudente, v.1 nº1, jan./dez.2004. p. 65-78.

CURRIEN, Nicolas. D'une problématique générale des réseaux à l'analyse économique du transport des informations. In: DUPUY, Gabriel. **Réseaux territoriaux**. Caen, Paradigme, 1988. p. 211-228.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marcos. Introdução – Bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade no Brasil: uma breve reflexão. In: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marcos (orgs.). **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 9-31

DUARTE, Ligia Schiavon; NAVARRO, Alessandra Martins. As transformações na rede urbana no Estado de São Paulo: uma contribuição a luz dos resultados do REGIC 2007. In: **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. Brasília: IPEA, nº. 03, dez., 2009. p. 77-84.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. (Tese de Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/ Unesp, 2006a. 507p.

_____. Perspectivas sobre o rural e o urbano. In: SPOSITO, Maria E. B.; WHITACKER, Arthur M. (orgs.). **Cidade e Campo: Relações e contradições entre o rural e o urbano**. São Paulo: Expressão Popular, 2006b. p.11-31.

_____. Novos referenciais sobre o desenvolvimento e o planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades. In: **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 12, nº. 02, p. 5-35, mai./ago. 2007.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes,

2000. p. 59-83.

FERNANDES, Ana Cristina. Conhecimento, Desenvolvimento Regional e as Cidades Brasileiras. In: BITOUN, Jan; MIRANDA, Livia (orgs.). **Desenvolvimento e cidades no Brasil**: Contribuições para o debate sobre as políticas territoriais. Recife: FASE: Observatório das Metrôpoles, 2009. p. 63-92.

FERNANDES, Bernardo M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera** nº. 6, 2005. Disponível em <<http://www4.fct.unesp.br/nera/rev06.php>> acesso em 07/06/2008.

FERREIRA, Sandra Cristina. **Rede urbana, cidade de porte médio e cidade média**: estudo sobre Guarapuava no Estado do Paraná. (Tese de Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2010. 298p.

FIGUEIREDO, Vilma Dominga M. **Pequenos municípios e pequenas cidades do Estado do Rio Grande do Sul**: contrastes, perfil de desenvolvimento e de qualidade de vida 1980-2000. (Tese de Doutorado em Geografia). Rio Claro: IGCE, 2008. 265p.

FRESCA, Tânia Maria. **A dinâmica funcional da rede urbana do Oeste Paulista. Estudos de caso: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista**. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Departamento de Geociências. Florianópolis – Santa Catarina: UFSC, 1990. 282p.

_____. Centros Locais e Pequenas cidades: distinções necessárias. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre, 2010. Disponível em <www.agb.org.br> acesso em 01/09/2010.

GEORGE, Pierre. **Geografia Econômica**. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

_____. **Geografia Urbana**. São Paulo: DIFEL, 1983.

GIL, Izabel Castanha. **Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos**. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional. (Tese de Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2007. 411 p.

GONÇALVES, Márcio Teixeira. **As articulações escalares da indústria de confecções em Ciarrota – PR**. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2005. p. 205

IBGE. **Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

_____. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

_____. **Regiões de influência das cidades 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Região de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

JUANICO, Meliton B. O desenvolvimento em cidades pequenas no terceiro mundo. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, v.35, nº252, p.24-35, jan. - mar. 1977.

JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades pequenas e indústria: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente/SP**. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2011. 282 f.

JURADO DA SILVA, Paulo Fernando; SPOSITO, Eliseu Savério. Discussão geográfica sobre cidades pequenas. **Geografia**. Rio Claro, v. 34, nº. 02, p. 203-217, mai./ago. 2009.

MARTELETO, Regina Maria. Análise das redes sociais – aplicação nos estudos da transferência de informação. **Revista Ciência e Informação**, Brasília: v.30, n1, p.71-81, jan./abr. 2001.

MATUSHIMA, Marcos Kazuo; SPOSITO, Eliseu Savério. A dinâmica econômica no Estado de São Paulo: do paradigma de área ao paradigma de eixo de desenvolvimento. In: SILVA, João Marcio Palheta da; SILVEIRA, Marcio Rogério. **Geografia econômica do Brasil: temas regionais**. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2002. p.187-216.

MELO, Marcus André. Crise federativa, guerra fiscal e “hobbesianismo municipal” efeitos perversos da descentralização? In: **São Paulo em Perspectiva** 10(3), Fundação SEADE, 1996. Disponível em < <http://www.seade.gov.br/produtos/spp>>. Acesso em 01/09/2007.

MELO, Nágela Aparecida. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas**. (Tese de Doutorado em Geografia). Uberlândia: UFU, 2008. 527p.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec: Polis, 1984.

MOREIRA JR, Orlando. **Processos excludentes e produção do espaço urbano em pequenas cidades paulistas: os casos de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande**. (Dissertação de Mestrado em Engenharia Urbana). São Carlos: UFSCAR, 2009, 196 p.

OLANDA, Élson Rodrigues. **Sanclerlândia – GO: do povoado do Cruzeiro às novas centralidades**. (Tese de Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2010. 208p.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **A fruticultura como alternativa econômica aos pequenos produtores rurais: O caso da região de Dracena/SP**. (Dissertação de Mestrado em Geografia) Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2003. 188p.

REIS Filho, Nestor Goulart. Cultura e estratégias de desenvolvimento. In: LORENZO, Helena C. de; COSTA, Wilma P. da. **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997, p. 143-157.

ROCHEFORT, Michel. **Redes e sistemas: ensinando sobre a o urbano e a região**. São Paulo: Hucitec, 1998.

ROMA, Cláudia Marques. **Segregação socioespacial de cidades pequenas**. (Dissertação de Mestrado em Geografia) Presidente Prudente: FCT/ Unesp, 2008. 144 p.

SANTOS, Milton. Cidade e Região nos países subdesenvolvidos. In: SANTOS, Milton. **As cidades nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. **Espaço e sociedade (ensaio)**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Manual de Geografia Urbana**. 2ªed. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 3ªed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. Por uma Geografia das Redes. In: SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 261-279.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**. Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHOR, Tatiana; COSTA, Danielle Pereira da; OLIVEIRA, José Aldemir de. Cidades, Rede Urbana e Desenvolvimento na Amazônia dos Grandes Rios. In: TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da; CARVALHO, Guilherme; MOURA, Aldebaran; NETO, João Gomes. (orgs.) **Pequenas e Médias Cidades na Amazônia**. Belém: FASE/ ICSA-UFPA, 2009.

SEBRAE. **Termo de Referência para Atuação em APL do sistema SEBRAE**. (2003). Disponível em <http://www.tci-network.org/media/asset_publics/resources/000/001/594/original/Termo_de_Referencia_p_Atua_do_Sistema_SEBRAE_em_APL.pdf>, acesso em 15/11/2010.

SEGATTI, Sonia Maria. **A expansão da agroindústria sucroalcooleira e a questão do desenvolvimento da microrregião de Dracena-SP: Desafios e perspectivas**. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2009. p. 153.

SILVA NETO, Manoel Lemes da. **Implicações da aceleração contemporânea na escala local: o caso do Estado de São Paulo**. (Tese Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) São Paulo: FAU – USP, 1998. p. 398.

SILVA, Rubens Galdino da. **Incorporação da Nova Alta Paulista no setor produtivo do Estado de São Paulo**: município de Adamantina (1973 a 1959). (Dissertação de Mestrado em História) Assis: Unesp, 1989. 196 p.

SILVA, William Ribeiro da. Reflexões em torno do urbano no Brasil. In: SPOSITO, Maria E. B.; WHITACKER, Arthur M. (orgs.). **Cidade e Campo**: Relações e contradições entre o rural e o urbano. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p 65 - 80.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

SOUZA, Marcelo Lopes. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.p.23-47.

SOUZA, Maria Adélia de. Regionalização: tema geográfico e político – O caso Paulista. In: **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, nº. 50,1976. p. 103-133.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Migração e permanência das pessoas em cidades pequenas**: Os casos de Pirapozinho e Álvares Machado na Alta Sorocabana. (Dissertação de Mestrado em Geografia) - São Paulo: FFLCH - USP, 1982. 178 p.

_____. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

_____. **Desenvolvimento Regional**: Para além da região. Xerografado, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades de São Paulo. Tese (Livre Docência) - Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2004. 508 p.

_____. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade In: SPOSITO, Maria E. B.; WHITACKER, Arthur M. (orgs.). **Cidade e Campo**: Relações e contradições entre o rural e o urbano. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.111-130.

SPOSITO, Maria Encarnação B. et al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: Sposito, Maria Encarnação B. **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-67.

_____. **Para pensar as Pequenas e Médias Cidades Brasileiras**. FASE/ICSA/UFGA: Belém, 2009.

VALLAUX, Camille. **El suelo e el Estado**. Madri: Daniel Jorro Editor, 1994.

VEIGA. José Eli da. **Cidades Imaginárias**: O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas – São Paulo: Editores Associados, 2002.

VELOSO, Fernando. **Estratégias de Permanência dos pequenos produtores rurais no espaço rural no município de Junqueirópolis-SP**. (Monografia de bacharelado em Geografia). FCT/Unesp, 2008.

VIEIRA, Alexandre Bergamim. **Mapeamento da exclusão social em cidades médias:** interfaces da Geografia Econômica e da Geografia Política. (Tese de doutorado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/Unesp. 2009.

Anexo

A - Grupo Variáveis a serem operacionalizadas - extraído de Sposito (2007, p. 64)

Eixo I: Ramos de atividades econômicas representativas da atuação dos novos agentes econômicos

- Grandes equipamentos industriais e/ou tecnologia avançada;
- Supermercados e hipermercados;
- serviços de saúde especializados;
- ensino superior, com destaque para a pós-graduação;
- empresas (comércio e serviços) associados à agricultura científica e ao agronegócio;
- rede bancária e financeira;
- empresas de consultoria;
- redes e filiais de venda de eletrodomésticos e eletrônicos;
- empresas do setor imobiliário;
- empresas de consultoria.

Eixo II: Dinâmica populacional e mercado de trabalho

- evolução da população total, urbana e rural;
- migração (cidade-campo; de mão-de-obra especializada da cidade maior para a cidade menor);
- distribuição do emprego formal, segundo diferentes setores da economia;
- evolução da PEA;
- evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Eixo III: Equipamentos e infra-estruturas

- shopping centers;
- aeroportos;
- terminais intermodais;
- rodovias de acesso;
- hotéis de alto padrão;
- distritos industriais modernos;
- espaços fixos e transitórios para a realização de eventos (festas, feiras e

convenções).

Eixo IV: Condições de moradia

- favelas e áreas de risco;
- loteamentos irregulares e clandestinos;
- programas habitacionais de interesse social públicos e não governamentais;
- loteamentos e condomínios fechados;
- intervenções do mercado imobiliário de locação;
- uso residencial e diversificado nas áreas centrais associado à verticalização;
- déficit habitacional: co-habitação, improvisação e uso de materiais rústicos;
- condições inadequadas de moradia: densidade excessiva, irregularidade fundiária, carência de infra-estrutura e de instalações sanitárias no domicílio;
- interfaces entre a questão habitacional e os conflitos de uso do solo, problemas de mobilidade, precariedade das redes de infra-estrutura, acessibilidade do deficiente aos equipamentos sociais e serviços urbanos;
- políticas públicas habitacionais nas diferentes esferas de governo;
- processos de planejamento urbano e habitacional;
- instrumentos de gestão do solo.

Apêndices

A – Questionário aplicado com os usuários do transporte

Dados do entrevistado:

Nome:

Idade:

Profissão:

Cidade de residência:

1- Qual o motivo da sua vinda a Dracena hoje?

- ☐ trabalho
- ☐ estudo
- ☐ tratamento de saúde/realização de exame médico
- ☐ compras
- ☐ passeio
- ☐ visita familiar

2 – Quantas vezes por semana costuma vir a Dracena?

- ☐ todos os dias úteis
- ☐ de duas a quatro vezes por semana
- ☐ uma vez por semana
- ☐ a cada quinze dias
- ☐ uma vez ao mês
- ☐ raramente vem a Dracena
- ☐ venho pela primeira vez

3- Na maioria das vezes que vem a Dracena, qual o motivo da viagem?

- ☐ trabalho
- ☐ estudo
- ☐ tratamento de saúde/realização de exame médico
- ☐ compras
- ☐ passeio
- ☐ visita familiar

4- Na cidade em que reside sente falta de algo que encontra em Dracena?

- ☐ sim ☐ não

Exemplos: _____

5- Costuma ir à outra cidade da região, além de Dracena?

- ☐ sim ☐ não

qual(is)? _____

porque motivo?

- ☐ trabalho
 - ☐ estudo
 - ☐ tratamento de saúde/realização de exame médico
 - ☐ compras
 - ☐ passeio
 - ☐ visita familiar
-

B – Entrevistas realizada com os empresários das indústrias

- A) Qual a cidade em que se originou a empresa e qual a sua sede?
- B) Quem foram os fundadores da empresa? Qual procedência dos fundadores?
- C) Quais atividades exerciam antes da fundação da empresa?
- D) Qual a composição do capital social da empresa no momento de sua fundação? (familiar, sociedade limitada etc.).
- E) Qual a composição do capital social da empresa atualmente? (familiar, sociedade limitada, ou sociedade anônima?).
- F) O que era produzido inicialmente na empresa? E porque se iniciou a produção neste ramo de atividade? Receberam algum tipo de incentivo ou apenas identificaram uma oportunidade?
- G) O que se produz atualmente? Por que ocorreu esta mudança? (caso tenha havido alguma mudança no produto).
- H) O Sr. Considera que a empresa passou por processo de reestruturação produtiva (mudança significativa no modo de produzir, no produto...)? Se sim, quais os principais reflexos dessa reestruturação? Quais as principais mudanças estruturais ocorridas na empresa nos últimos anos?
- I) Fale sobre a capacidade de visão empresarial do fundador e dos seus sucessores.
- J) Quais os principais motivos para a empresa ter escolhido o município em que está localizada para sua instalação?
- K) A empresa recebeu incentivos públicos municipais para a sua instalação? Quais? Ainda recebe algum tipo de apoio municipal?
- L) A localização do município no Estado de São Paulo teve alguma influência na escolha?
- M) Há dificuldades para o escoamento da produção em razão da localização da empresa no município? Quais? **(Para empresas fora do eixo rodoviário)**
- N) Se a empresa estivesse localizada próxima a rodovias, acredita que ela seria beneficiada? **(Para empresas fora do eixo rodoviário)**
- M) Qual a importância da proximidade da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (SP - 294) com o Município de Dracena? Este fator influenciou na escolha da cidade pela empresa? **(Para empresas localizadas no eixo rodoviário)**
- N) O Sr(a) considera que haja algum tipo de necessidade de duplicação da rodovia, e se isso ocorresse, traria algum benefício a empresa? **(Para empresas**

localizadas no eixo rodoviário)

O) Há dificuldades para o escoamento da produção em razão da localização da empresa no município? Quais?

P) Já foi cogitada a possibilidade de transferência da empresa para outro local, no próprio município ou em outra cidade do Estado ou até mesmo fora do Estado? Se sim, por que razões?

Q) Quais as principais estradas e rodovias utilizadas na compra da matéria-prima e na venda da produção?

R) Como avalia as condições destas estradas e rodovias:

Ótima () Boa () Ruim () Péssima()

S) Na sua opinião, qual a importância da empresa para a cidade/região?

T) Se houvesse a necessidade/possibilidade de aumento da produção e a empresa tivesse que abrir uma nova unidade, seria neste mesmo local/cidade? Por que razões?

U) Compensa continuar investindo na região? Por quê?